



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

Willian Sérgio de Jesus Lucas

**Representações relacionadas à questão das drogas ilícitas no noticiário de jornais do Rio de Janeiro à luz da teoria de Frantz Fanon**

Rio de Janeiro

2018

Willian Sérgio de Jesus Lucas

**Representações relacionadas à questão das drogas ilícitas no noticiário de jornais do Rio de Janeiro à luz da teoria de Frantz Fanon**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Território, Vigilância e Análise das Condições de Saúde.

Orientadores: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosely Magalhães de Oliveira e Prof. Dr. Gil Sevalho.

Rio de Janeiro

2018

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

L933r Lucas, Willian Sérgio de Jesus.  
Representações relacionadas à questão das drogas ilícitas no noticiário de jornais do Rio de Janeiro à luz da teoria de Frantz Fanon / Willian Sérgio de Jesus Lucas. -- 2018.  
101 f.

Orientadores: Rosely Magalhães de Oliveira e Gil Sevalho.  
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

1. Drogas Ilícitas. 2. Tráfico de Drogas. 3. Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias. 4. Notícias.  
5. Publicações Periódicas. 6. Distribuição por Etnia.  
7. Racismo. 8. Saúde Pública. I. Título.

CDD – 22.ed. – 362.29

Willian Sérgio de Jesus Lucas

**Representações relacionadas à questão das drogas ilícitas no noticiário de jornais do Rio de Janeiro à luz da teoria de Frantz Fanon**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Território, Vigilância e Análise das Condições de Saúde.

Aprovada em: 14 de junho de 2018.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roberta Gondim de Oliveira  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Ribeiro de Moraes  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Prof. Dr. Gil Sevalho (Orientador)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosely Magalhães de Oliveira (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2018

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Rosely Magalhães pela orientação e condução desde a minha chegada ao mestrado, tendo aceitado redirecionar o projeto até assumir o formato atual, pela sua generosidade e disponibilidade constantes quando precisei sanar alguma dúvida ou adquirir algum material para prosseguir o trabalho, e pela imensa compreensão dos percalços e seu grande empenho em contribuir para a excelência na minha formação, além das boas histórias que sempre tem para contar. Agradeço ao meu orientador Gil Sevalho pelo incentivo em falar sobre Fanon, pelo fornecimento de material e parceria nos debates, pela paciência quando a criatividade discursiva se evadia, por saber quando apoiar e também quando podar algumas ideias auxiliando-me a refinar a percepção crítica, e pelas imensas trocas e risadas constantes, instigando a imersão no mundo de um pesquisador. À Marly Marques, pelo carinho, incentivo e imensas contribuições ao longo da confecção da dissertação, tanto na disciplina de Seminários quanto na Banca de qualificação e extra classe.

Às meninas superpoderosas do Território Boladão: Carla, Larissa e Renata, a companhia de vocês tornou o mestrado uma experiência infinitamente mais prazerosa, enriquecedora e possível: partiu doutorado? Aos meus amigos Leandro e Carinne, sem vocês eu teria enlouquecido! Ao Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos – UERJ, e amigos do IP/UERJ, parte dessa história é de vocês. Aos familiares e demais amigos que, direta e indiretamente, contribuíram para este momento e compreenderam as ausências e cancelamentos em cima da hora, e incentivaram e torceram durante toda trajetória. Ao que de inominável se atravessou em minha história e, para além do bem e do mal, comigo caminha até aqui, fazendo de mim *“um homem que questiona”*.

À Angélica, o ser humaninho mais incrível do universo, que sempre me lembra de usar meus superpoderes para viver e sorrir... e que um novo mundo é possível não apenas na imaginação.

À Mainnah, pelo companheirismo e carinho, por tornar a jornada mais leve e bonita, por partilhar seus dias comigo e aceitar a loucura que é o amor.

*Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é*  
FANON, 2008, p. 85.

## RESUMO

Este trabalho discute a construção de representações referentes à questão das drogas ilícitas, tráfico e uso, conforme apresentado nas publicações periódicas de duas mídias impressas na cidade do Rio de Janeiro, os jornais O Globo e Extra. Para análise do material faz-se uso do conhecimento produzido por Frantz Fanon, especialmente a sua teoria da racialização. Fanon é autor de importante reflexão sobre a questão da dominação colonial, onde aponta suas relações com racismo, cultura e capitalismo, com reconhecida contribuição para os pensamentos pós-colonial e de(s)colonial. A teorização de Fanon, e suas repercussões em Stuart Hall e Homi Bhabha, dois pensadores pós-coloniais, é explorada no estudo, em argumentação que se constrói no decorrer do texto, de modo a caracterizar-se este exercício, em si, como pesquisa do uso de um método de análise. Fanon, médico e psiquiatra martinicano, com atuação na luta pela libertação colonial da Argélia, falecido precocemente aos 36 anos na década de 1960, é autor expoente na interpretação da diáspora africana, e um dos objetivos deste estudo é destacar sua contribuição crítica. Por esse prisma, evidencia-se o uso da linguagem, aqui em específico a linguagem jornalística, como forma de expressão da dominação social que forja representações específicas sobre determinados grupos, como o racismo e demais opressões. Para identificação do material, referente aos meses de julho e agosto de 2017, utilizou-se a análise de conteúdo, que foi acompanhada da teorização crítica escolhida como fundamento da análise. O exame do material possibilita inferências interpretativas sobre a discriminação velada nas representações. A produção do discurso é aquela da relação colonizadora, de dominação, que ignora o contexto social e as repercussões na saúde, naturaliza a exclusão e impõe a resignação da população pobre do Rio de Janeiro, particularmente a negra, diante do drama das drogas, da violência e da injustiça social. Sugere-se, na apresentação dos resultados, que a questão e a forma de tratamento que foi dado ao tema nesta pesquisa deve se inscrever no referencial da epidemiologia crítica, na perspectiva da Determinação Social da Saúde. A reflexão teórico-conceitual de Fanon mostrou-se adequada para a análise pretendida. Ao final, ficou a impressão de que a realização do estudo correspondeu à produção de um discurso sobre discursos. Uma forma para a qual a argumentação emocionada de Fanon chama.

Palavras-chave: Drogas ilícitas. Representação do racismo. Notícias de jornal. Frantz Fanon. Saúde Coletiva.

## ABSTRACT

This paper discusses the construction of representations on the issue of illicit drugs, trafficking and use, as shown in the periodical publications on two printed media in the city of Rio de Janeiro, the newspapers *O Globo* and *Extra*. For the analysis of the material we use the knowledge produced by Frantz Fanon, especially his racial theory. Fanon is an author of important thought about the issue of the colonial domain, where its relations with racism, culture and capitalism, with recognized contributions to postcolonial and (des)colonial thinking. Fanon's theorizing, and its repercussions on Stuart Hall and Homi Bhabha, two postcolonial thinkers, is explored in the study, in an argument that is built throughout the text, in order to characterize this exercise itself as a research on the use of a method of analysis. Fanon, a martinican physician and psychiatrist, martinian, with a struggle for the colonial liberation of Algerian, died early in the 1960s, is an outstanding author in the interpretation of the African Diaspora, and one of the objectives of this study is to highlight its critical contribution. From this perspective, it is evident the use of language, here in particular the journalistic language, as an expression of social domination that forges specific representations of certain groups, such as racism and other oppressions. For the identification of the material, referring to the months of July and August of 2017, a content analysis was used, which was accompanied by the critical theorization chosen as the basis of the analysis. Examination of the material enables interpretive inferences about veiled discrimination in representations. The production of discourse is that of the colonizing relationship, of domination, which ignores the social context and repercussions on health, naturalizes exclusion and imposes the resignation of the poor population of Rio de Janeiro, particularly the black population, in the face of the drug drama, violence and social injustice. It is suggested, in the presenting of the results, that the question and the form of treatment that was given to the theme in this research should be inscribed in the critical epidemiology referential, from the perspective of the Social Determination of Health. Fanon's theoretical-conceptual reflection proved adequate for the intended analysis. In the end, it seemed that the study was the production of a discourse on discourses. A form which Fanon's emotional argumentation calls.

Keywords: Illicit drugs. Representation of the racism. Newspaper news. Frantz Fanon. Collective Health.



## SUMÁRIO

1	<b>Introdução</b> .....	8
2	<b>Objetivos</b> .....	15
2.1	Objetivo Geral.....	15
2.2	Objetivos Específicos.....	15
3	<b>Referencial Teórico</b> .....	16
3.1	Frantz Fanon: homem e negro - a influência de sua obra no mundo e sua recepção no Brasil.....	18
3.2	Fanon, racismo, capitalismo e cultura: a sociogênese do racismo, o humanismo revolucionário e a violência.....	25
3.3	O pensamento de Fanon, para a análise crítica da produção midiática da representação.....	34
3.4	A mídia jornalística e a produção da representação.....	39
4	<b>Método</b> .....	43
4.1	Jornais <i>O Globo</i> e <i>Extra</i> .....	46
4.2	Análise de Conteúdo.....	47
4.3	Representações: em Stuart Hall e Homi Bhabha.....	51
4.4	Critérios éticos do estudo.....	56
5	<b>Apresentação e Discussão dos Resultados</b> .....	57
6	<b>Considerações Finais</b> .....	86
	<b>Referências</b> .....	89
	<b>Apêndice - Busca nos acervos e matérias citadas na dissertação</b> .....	94

## 1 Introdução

O uso de drogas se inscreve econômica e socialmente na história da humanidade, seja de forma cultural ou legalmente aceita ou vista como transgressiva.

Nas antigas metrópoles e nas colônias, para além do uso médico-curativo, o uso recreativo de cigarro, álcool, cocaína e demais drogas era permitido somente aos homens, brancos, senhores escravistas, muito tempo tendo se passado até que o cigarro e o álcool fossem usados pelas mulheres, brancas, das classes de elite. Aos negros, mestiços e imigrantes que faziam uso dessas substâncias, era incutida a ideia de abuso e desregramento, já se traçando uma relação negativa pelo uso dessas substâncias quando para grupos específicos da população (HBN, 2014).

Os avanços tecnológico-laboratoriais do século XX permitiram extrair o princípio ativo das plantas, desenvolvendo-se pílulas, elixires, tônicos, refrescos e demais drogas de uso médico e controlado, criando-se mecanismos de inspeção de qualidade, distribuição e tributação (HBN, 2014).

Paralelamente ao desenvolvimento da exploração legal da produção e do comércio, avançou a internacionalização do tráfico de drogas, como extensão do tráfico de outras mercadorias – as pessoas. A prática remete a muito tempo atrás, tal como mostra Campos (2014) ao ressaltar como no período das colonizações o tráfico de pessoas foi significativamente modificado, pois atrelou-se aos fins econômicos do tráfico de drogas, tomando proporções não mais político-regionais e sim mercantis-mundiais. Isso ampliou também as redes ilegais de poder, como forma de atuação frente à precarização social e ao desemprego.

Cruz e Ferreira (2001) e Santos (2007) apontam que o uso abusivo de álcool e outras drogas está associado às condições socioeconômicas e culturais do cenário brasileiro e à rapidez com que é exigido lidar com as adversidades e exigências da modernidade e, nos dizeres de Santos (2007), do imediatismo desse período de Globalização. Santos (1996) considera também que as mudanças, desculturalização e imposição de lugares, intensificam mais que em outros momentos da história a “necessidade”, sentida por algumas pessoas e grupos de fazer uso destas substâncias para alívio de problemas cotidianos, o que para Barata (2001) eleva o avanço das injustiças sociais, desigualdades e iniquidades numa sociedade competitiva e dependente da posição ocupada na organização da mesma.

A respeito da relação das drogas com a saúde, o “Relatório Mundial Sobre Drogas de 2016” – World Drug Report 2016 – (UNODC, 2016, p.iii) tem o objetivo de apresentar dados e estratégias para “enfrentar e combater o problema mundial das drogas”, com políticas de

prevenção e tratamento, “*punições*” e medidas alternativas, analisar questões sociais de marginalização, gênero, encarceramento, dentre outras, seguindo os objetivos da “Agenda Para Desenvolvimento Sustentável 2030” (UNITED NATIONS, 2015, *apud* UNODC, 2016).

O documento das Nações Unidas apresenta medidas de interação entre o combate ao problema do uso de drogas e o desenvolvimento sustentável, contidas em cinco dimensões na “Agenda”: custo social e impactos na saúde Da população usuária, familiares e contexto; desenvolvimento econômico, marginalização e pobreza; impacto da comercialização, produção e distribuição das drogas no meio; sociedades pacíficas, justas e inclusivas, examinando as diferentes formas de violência, justiça criminal e suas conexões com o problema das drogas; e parceria, análise dos dados fornecidos pelos países para corrigir desequilíbrios (UNODC, 2016).

Busca-se assim estar em conformidade com os Direitos Humanos, prevenir e intervir na toxicod dependência, superar a estigmatização para evitar maior marginalização, dentre outros fatores. A atuação mundial baseia-se, de modo geral, em propostas de intervenções médicas, políticas e legislações sobre tratamento e treinamento em prevenção e cuidado, e sistemas de monitoramento das drogas e segurança pública (UNODC, 2016).

Destaque-se, então, que, concomitantemente à evolução da legislação relativa ao uso e comércio de drogas, aumentou o índice da população prisional brasileira e do Rio de Janeiro. Tal população se equipara ao perfil de jovens-adultos até 29 anos (55%) e majoritariamente negros (61,7%), apontando para a seletividade do sistema penal, homicídio da população jovem negra e racismo estrutural da sociedade brasileira (JG e MEPCT-RJ, 2016).

Conforme desdobrava-se a existência de mercados para drogas lícitas, clandestinas e ilícitas, desenvolveu-se a legislação de controle e proibição para produtores, distribuidores, comerciantes e usuários, embora, dizem Maio e Ramos (2010), tendo vindo a se estabelecer interpretações diferenciadas do código penal para os brancos e para os negros.

Maio e Ramos (2010) e Maio (2010) demonstram que a racialização da sociedade na virada para o século XX, em específico a brasileira, nutriu-se do cientificismo médico-antropológico internacional/europeu para criar uma representação civilizada do povo brasileiro. A princípio hierarquizando as raças e buscando o embranquecimento da população, condenando ou enaltecendo a miscigenação para esse fim, ou forjando uma pretensa igualdade e identidade nacionais pelo viés da democracia e saúde.

Após as Declarações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, entre 1949 e 1951, o debate das desigualdades raciais retornou à esfera da saúde pública brasileira nos anos 1990, o que, ressaltam Maio e Monteiro (2010), se deu em decorrência, dentre outras coisas, das denúncias de militantes negras a respeito das

campanhas de esterilização das mulheres negras. Adotaram-se então políticas públicas de ação afirmativa, culminando na criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e do Programa de Combate ao Racismo Institucional na Saúde, no ano de 2006.

Isso ocorreu no Brasil em paralelo à Reforma Psiquiátrica e movimentos de conscientização e desenvolvimento de políticas públicas no Rio de Janeiro na década de 1980, com o surgimento do SUS e a consolidação dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), quando emergiu a questão da “dependência química” enquanto problema de saúde pública. Nesse âmbito, as primeiras políticas implementadas foram direcionadas ao tratamento pelo viés repressivo da “guerra às drogas” – a criação do Conselho Federal de Entorpecentes (Confem), e somente a partir da década de 1990 o interesse é direcionado para o sujeito que sofre, seu cotidiano, o ambiente, a economia e a cultura, surgindo então os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), Núcleos de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e outras instituições voltadas à “redução de danos” e reinserção social (VAISSMAN, 2008; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010; MANFRÊ, 2015).

No mundo, uma em cada 20 pessoas entre 15 e 64 anos fez uso de ao menos uma droga no ano de 2014, o que corresponde a aproximadamente um quarto de bilhão de pessoas. Estima-se que, para o mesmo ano, 207.400 mortes estavam relacionadas com o uso abusivo de drogas, o equivalente a 43,5 mortes por milhão de pessoas. Ainda assim, dentre as mais de 29 milhões de pessoas fazendo uso de drogas, somente uma em cada seis está em tratamento. O relatório aponta ainda a incidência três vezes maior em homens para uso de cannabis, cocaína e anfetaminas, dadas as oportunidades e vulnerabilidades a que cada gênero é suscetível. Além disso, o uso é mais frequente e elevado entre jovens do que entre adultos (UNODC, 2016).

No Brasil, o uso abusivo de drogas apresentou um aumento da taxa de 19,4% em 2001 para 22,8% em 2005, referente ao consumo de todas as substâncias psicoativas, à exceção do álcool e tabaco. Dentre essas drogas, há um índice de dependência maior em relação à maconha, benzodiazepínicos, solventes e estimulantes. Em relação à percepção do risco pelo uso abusivo de álcool, maconha e cocaína/crack, os homens são menos perceptivos aos riscos do que as mulheres (BRASIL, 2009) – o que demonstra a maior exposição dos mesmos ao risco e à violência.

Em 2015, foi delimitando o perfil dos usuários de drogas no Rio de Janeiro, através de um estudo realizado pelo Observatório de Informação e Gestão sobre Drogas do Rio de Janeiro (OGIDERJ) para a Secretaria de Estado Prevenção à Dependência Química (Sepredeq). No estudo ficou identificado que, do total de substâncias de uso abusivo e ilegal,

as três drogas mais consumidas são a cocaína inalada (57,8%), o álcool (37,1%) e o crack (21,3%). O perfil também indica que, dentre os usuários de crack, por exemplo, 47,7% são pessoas da capital, 47% possuem ensino fundamental incompleto, 42,6% são de cor parda e 22,4% de cor preta (totalizando 65% não-brancos), 79% do sexo masculino e 41,9% entre 18 e 29 anos, e 72,9% deles não estando em situação de rua, ainda que passem bastante tempo nos locais de uso da droga junto aos outros 27,1% em situação de rua (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2015), o que aponta para uma maior prevalência de jovens negro, visibilizados, em situações de uso de drogas ilícitas.

Nesse contexto, são considerados como problemas relacionados aos processos de determinação social (BREILH, 2008), o uso abusivo de álcool e drogas ilícitas, a violência associada ao tráfico (BRASIL, 2009), acidentes de trânsito por conta do uso de álcool, internações e absenteísmo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010), além das dificuldades enfrentadas pelos usuários, como o preconceito social, políticas públicas mal-elaboradas e contrárias aos direitos humanos e sociais (SODELLI, 2011) e também uma divulgação midiática moralizante e criminalizante (GOMES e CAPPONI, 2011).

É importante considerar como a proibição e a repressão das drogas aparecem como formas de segregar atores sociais e de recusa ao reconhecimento de direitos individuais, nos diz Campos (2014). É inviável instituir apoio social para populações marginalizadas e discriminadas social e culturalmente, pelo que argumenta-se em favor de uma *guerra às drogas*, uma guerra cotidiana que atende interesses bélicos e do capital, eliminando hábitos milenares e grupos étnicos. Desvia-se, assim, a atenção pública de problemas difíceis de abordar, como o do tráfico de armas e de pessoas, da corrupção, de impérios médico-farmacêuticos etc.

No Brasil, em específico no Rio de Janeiro, destaca Campos (2014), pessoas em situação de favelização vivem num cenário onde imperam a criminalidade, a impunidade e as injustiças sociais, potencializadas por expressões de desenraizamento e vulnerabilização diante da violência do Estado, das milícias ou do tráfico. Destaca-se neste trágico cenário o jovem negro.

Souza e Oliveira (2009) mostram que esta situação é descrita pela mídia impressa por meio de matérias de cunho sensacionalista, vinculando a representação do jovem-adulto negro usuário de drogas ilícitas à violência e ao tráfico. Com isso, reproduz, gera e reforça na sociedade estereótipos de que: a) negros são traficantes, b) drogas ilícitas são causadoras da violência/tráfico; o que contribui para compor o preconceito e a desarmonia social.

Segundo os mesmos autores (SOUZA e OLIVEIRA, 2009), faz-se uso de tais representações e geralmente vinculam-se os jovens a questões de segurança pública, sem

critérios críticos de diferenciação entre usuário e traficante, ou menções ao viés da saúde pública. O tratamento, por sua vez, desconsidera também os contextos sociohistóricos dos usuários vinculados aos acontecimentos, além de suas motivações pessoais e condições psicológicas e psiquiátricas.

Evidencia-se neste quadro o envolvimento majoritário de homens, jovens-adultos, de escolaridade baixa e de cor parda-preta que, conforme Bastos e Bertoni (2014), têm sua representação constantemente destacada, de modo condenatório, vexatório e reducionista, nas diversas mídias – ainda que, por vezes, não fossem de fato “bandidos”, contudo predominantemente negros.

Sendo a sociedade estruturada com base no conhecimento e informação, Machado e Dupret (2009) argumentam que quem detém o poder sobre os meios de produção possui os processos e também os produtos, determinando assim os tipos de imagens que são veiculadas e de que maneira, criando padrões uniformizados de significações já prontos e deixando os sujeitos indesejados, pobres e negros, invisibilizados e caricaturados, reforçando um ideal simbólico de branqueamento civilizado.

Por outro lado, como aponta Chor (2013), há, no Brasil uma escassez de estudos referentes às desigualdades raciais em saúde no Brasil sob a pretensa alegação de isso causar divisões sociais.

A dissertação aqui apresentada visa captar e analisar as representações relacionadas à questão das drogas ilícitas conforme veiculadas em dois jornais de grande circulação editados no Rio de Janeiro, o primeiro em vendas na cidade do Rio de Janeiro, o *Extra*, e o segundo em todo o território nacional, *O Globo*. É estudado o material veiculado para o público nos meses de Julho e Agosto de 2017, tomando-se como referencial conceitual crítico a obra de Frantz Fanon, especialmente a sua teorização sobre racialização. No método são utilizadas as abordagens das representações de Stuart Hall e Hommi Bhabha, autores de linha pós-colonial influenciados por Fanon, combinadas à análise de conteúdo.

A escolha do tema deve-se ao meu percurso de estágio em Unidades Prisionais da SEAP/RJ (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária) entre os anos de 2010 e 2012. Nesta experiência pude constatar a associação apontada pela literatura, como por exemplo em Zaluar e Alvito (2006), que revela o atrelamento do uso de drogas ilícitas, da violência e da criminalidade diretamente às classes pobres, desempregadas, marginalizadas e, mais especificamente, à população negra.

Isso me levou a pensar a questão das drogas de modo amplo, o que intensificou a inquietação inicial, levando-me por fim aos estudos sobre a população negra e saúde, e às formas de divulgação dessas informações pela mídia impressa. Tematizando as representações

do tráfico e do uso de drogas conforme evidenciado pela mídia impressa, parte-se do pressuposto de que a mesma contribui na formação de modos de pensar e viver, fazendo circular diversos tipos de capital nos espaços de articulação dos agentes, criando, reforçando e refletindo imagens específicas e diferenciadas para determinados grupos.

Na busca de uma sustentação crítica utilizar-se-á como referencial teórico a obra do autor martinicano Frantz Fanon (1925-1961), principalmente *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (1979), e seu artigo *Racismo e cultura* (1980). A obra de Fanon, com sua perspectiva epistemológica, social, política e psicológica, foca especialmente o negro e o racismo, mas estende-se fundamentalmente sobre a compreensão da colonização cultural e da subordinação, influenciando de forma importante os estudos pós-coloniais e de(s)coloniais. O referencial teórico-conceitual crítico se complementa com a repercussão de Fanon nos autores pós-coloniais Stuart Hall e, onde é mais evidente a influência do psiquiatra martinicano, Homi Bhabha.

A obra de Fanon versa sobre os processos de descolonização da segunda metade do século XX, um projeto político e intelectual em que a violência, encontro das duas forças antagônicas: colonizador e colonizado, tem íntima relação com o ideário racial. É por meio da violência que se instaura a divisão maniqueísta e inferiorizadora do diferente. Outro ponto fundamental é a linguagem, forma pela qual o colonizador cria e mantém representações da colonização e do colonizado, atentando contra o seu ser, impossibilitando que o negro tenha uma subjetividade. Através do racismo, o Outro é invisibilizado e apagam-se todas as referências do ser negro, caracterizando-se o racismo, que para Fanon transcende a cor da pele, pois é discriminação de modos de existência e inferiorização de grupos sociais.

Frantz Fanon, martinicano formado em psiquiatria na França e participante da luta pela libertação colonial da Argélia, é um autor que, embora falecido na década de 1960 com apenas 36 anos de idade, tem sua obra cada vez mais relevada e referenciada no mundo inteiro por quem pretende esclarecer criticamente a questão da dominação cultural. No Brasil sua influência é particularmente importante no pensamento de Paulo Freire, mas seu conhecimento e sua aceitação permanecem menores. A utilização da reflexão teórica e conceitual de Fanon como orientação analítica neste estudo significa, portanto, tanto uma evidenciação para o reconhecimento do seu trabalho, como também, propriamente em si, um exercício de pesquisa, porquanto é experiência a se revelar no seu percurso de realização.

Esclarece-se e ganha proeminência uma intenção deste estudo, qual seja a de expor a obra de Fanon, explorar o potencial crítico de sua teorização e experimentá-la como orientação para analisar discursos. Desta maneira, intensifica-se a relevância do trabalho por sua novidade.

Levanta-se, neste contexto, a seguinte questão norteadora: no Brasil, e, especificamente, no Rio de Janeiro, que representações são disseminadas à grande massa da população pelas mídias impressas ao relacionarem constantemente a representação dos negros e pobres que vivem situações de risco relacionadas ao uso e tráfico de drogas ilícitas, violência e criminalidade?



## 2 Objetivos

### 2.1 Objetivo Geral

Descrever e analisar as representações produzidas pela mídia impressa em dois jornais editados no Rio de Janeiro ao reportarem questão das drogas ilícitas, utilizando-se como instrumento analítico o aporte teórico-conceitual da obra de Frantz Fanon.

### 2.2 Objetivos Específicos

Conhecer os fenômenos sócio-históricos presentes no contexto do debate sobre a questão do uso de drogas ilícitas;

Analisar as representações relacionadas à questão das drogas ilícitas veiculadas pela mídia impressa no Rio de Janeiro, a partir da teorização produzida por Frantz Fanon, especialmente sua ideia de racialização, e por autores pós-coloniais;

Abordar e evidenciar a relevância da obra de Frantz Fanon para uma leitura crítica racializada a respeito das representações midiáticas estudadas.

### 3 Referencial Teórico

Considerando-se a política brasileira de combate ao uso de drogas, não é estranho o fato de que pessoas negras e pobres, principalmente homens jovens, sejam os que mais sofrem com as desigualdades geradas pelo racismo.

O conceito de juventude tem como ponto de partida postulados demográficos respaldados por aportes da psicologia, onde se atrelam quesitos que facilitam comparações internacionais socioeconômicas estabelecendo-se a faixa etária entre 15 e 29 anos como transitoriedade para o período adulto, conforme Abramoway e Esteves (2008). Kehl (2004) e Silva (2008) dizem que tal noção começou a emergir, enquanto categoria, após a Segunda Guerra Mundial, como referencial de bem-estar. Se por um lado ser adolescente na virada do século XX equivalia a ser dependente da família, apartado da vida pública e viver um momento de instabilidade cognitivo-emocional, ser jovem após os anos 1950 era sensual, hedonista e aventureiro, sinônimo de cidadania, inovação e saúde. No entanto, com o crescimento das exigências de formação escolar, a competitividade e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em um contexto de crescimento urbano e intensificação da precariedade social da vida, aumentaram a dependência e tempo de permanência dos jovens nas famílias de origem pobre, agora vinculados a um modo de vida inserido nas dinâmicas de consumo do mercado capitalista.

Uma ressalva que se aplica aos jovens negros pobres, é que são excluídos de acesso ao consumo dos bens do mercado, tal como descritos por Silva (2008). Segregados socialmente, os jovens negros, pobres e favelados, viviam em pobreza e sob o jugo do Estado, sendo-lhes destinada a justiça e a assistência visando “*prevenir a criminalidade infanto-juvenil, educar para o trabalho e reprimir o 'menor delinquente'*” (SILVA, 2008, p.3). O negro no Brasil continua sendo vitimado por um sistema excludente que não lhe oferece oportunidades e não o ampara com mecanismos públicos de proteção social eficientes, expostos a constantes situações de vulnerabilidade, como violência, drogas e doenças.

Santos (2011) diz que o modelo de desigualdades socioeconômicas permite uma percepção melhor e mais clara e objetiva das desigualdades raciais em saúde. Assim, para o autor, a classe social é um possível fator redutor das vantagens para negros em segmentos privilegiados, contudo, permanecem ainda com chances menores de ter um estado de saúde bom em relação ao trabalhador típico, o branco.

Aponta ainda Santos (2011) que dentro do grupo dos não-brancos, o conjunto de desigualdades socioeconômicas em relação a saúde são maiores que a desvantagem racial isolada. Constata-se que juntas, as categorias classe social, região, renda familiar, recursos do

domicílio e educação são responsáveis por 84% das desigualdades socioeconômicas em saúde. De modo que deve ser considerado que a raça pode ser pensada como pré-fundamental na geração das desigualdades socioeconômicas e padrões de saúde e doença, sendo particularmente no Brasil os demais 16% das desvantagens atribuídos inteiramente às questões raciais.

Em situações de igualdade de recursos socioeconômicos, branco e não-branco não ficam socialmente equiparados, havendo maior vantagem para os brancos inclusive no estado de saúde, posto não haverem as desigualdades raciais incidindo sobre o grupo.

Paulilo e Jeolás (2000) descrevem que o jovem, frequentemente inserido em um contexto de vulnerabilidade, vive um momento de transitoriedade e conflito diante do mundo adulto, demandas do mercado de trabalho e novas exigências frente ao contexto socioeconômico-cultural competitivo e individualista, tanto mais com a perda dos ritos que demarcavam os papéis e valores sociais que lhe davam sustentação e segurança. Inseguro no mundo diante de papéis e demandas provisórias de consumo que frequentemente o fazem sentir-se incapaz de satisfazer seus desejos e obter reconhecimento e status na sociedade, o jovem vê-se tendo que criar suas próprias simbolizações e sentidos num mundo que o coloca defronte do imediatismo e do hedonismo. Suas incertezas e angústias sendo expressas em situações socialmente incentivadas de busca por sensações fortes, novas e prazerosas, contexto em que pode se inscrever o uso abusivo de substâncias psicoativas. Paulilo e Jeolás (2000) complementam apontando que jovens de baixas renda e escolaridade, moradores de comunidades, impossibilitados de inserção formal no mercado de trabalho e marginalizados, encontram no crime organizado uma forma de ascensão e aceitação social, numa busca de inserção nos padrões globalmente promovidos e estabelecidos, assumindo papéis em que prevalece um ethos da virilidade que os expõe à acidentes, mortes violentas, gravidez não planejada etc.

Chor (2013, p. 1272) apresenta dados indicando a maior taxa de

*“mortalidade por violência que atinge jovens pretos e pardos, a mortalidade de crianças pretas e pardas até 5 anos, dificuldades e insatisfação mais frequentes no atendimento de gestantes pretas, e a ocorrência de doenças crônicas entre indígena”.*

Chor (2013) acrescenta que, apesar do ideário universal e igualitário do SUS, as instituições de saúde exercem práticas racistas para com os usuários não-brancos.

Coloque-se diante do cenário descrito a digressão epidemiológica de Breilh (2008). Para o autor, dados quantitativos podem induzir à invisibilização de processos de determina-

ção social das doenças que se dão nos usos do território, nas relações cotidianas e no lugar que se ocupa na estrutura social e distribuição do poder, impedindo assim a evidenciação das razões das doenças e agravos ocorrerem, da maneira que ocorrem nos locais onde ocorrem. Assim se dá em relação ao desconhecimento ou não acentuação das relações da saúde com as desigualdades étnicas e o preconceito racial.

Ramos (2011) realizou importantes revisão bibliográfica e pesquisa de campo com lideranças comunitárias, pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, jovens moradores de favelas, mães de adolescentes relacionados com tráfico e uso de drogas, procurando contribuir para o esclarecimento da questão do tráfico e da violência no Rio de Janeiro. A autora aponta que mesmo sem um suporte preciso de dados, é possível afirmar que as vítimas da violência urbana no Rio de Janeiro são preferencialmente os jovens negros moradores de favelas. E o contexto preferencial é o do envolvimento com tráfico e uso de drogas.

Tais apreciações suportam a ideia de que, mesmo em situações onde o negro está em equiparação de classe com o branco, a raça possui efeito independente sobre as desigualdades duráveis em saúde. As desigualdades raciais, portanto, afetam a distribuição e acesso às estruturas sociais, produzem mais e maiores desvantagens e incidem mais fortemente sobre a saúde da pessoa negra.

### 3.1 Frantz Fanon: homem e negro - a influência de sua obra no mundo e sua recepção no Brasil

Por sua importância na reflexão crítica sobre a situação do negro na sociedade contemporânea, selecionou-se a obra de Frantz Omar Fanon como referência fundamental para esta pesquisa.

A biografia de Frantz Fanon se mistura com sua obra, envolvendo sua concepção de raça e sua influência na argumentação pós-colonial. Publicou quatro livros: *Pele negra, máscaras brancas* (1952); *Sociologia de uma revolução: o ano V da revolução argelina* (1959); *Os condenados da Terra* (1962), tendo morrido de pneumonia, em 1961, enquanto procurava tratamento para leucemia nos EUA; e *Em Defesa da Revolução Africana* (1969), antologia de textos reunidos pela sua esposa Josie, Marie-Josèphe Dublé (STREVA, 2015).

Conforme demonstram diversos autores (STREVA, 2015; CARVALHO, 2015; BALLESTRIN, 2013; FAUSTINO, 2015), a obra de Fanon é marcada pelas suas experiências de vida, do nazismo e do colonialismo, tendo escrito diversos ensaios em jornais. Escreveu sobre raça e racismo, colonialismo e identidade cultural, sendo um dos pilares filosóficos da

Diáspora Africana.

Negro, nascido em 20 de julho de 1925 em *Fort-de-France*, capital da Martinica, a “Ilha das Flores” no Caribe – colônia francesa entre 1635-1946. Lutou na resistência, ao norte da África e na Europa, durante a II Guerra Mundial, sendo duas vezes condecorado por bravura e recebendo a Cruz de Guerra do exército francês após ser ferido em combate em 1945. É nessa época que começa a perceber a diferença com que é tratado um branco francês e um negro nascido e/ou vivendo na França (visto não ser considerado francês pelos brancos), ficando marcado pelas questões racialização expressa de forma linguística – uso estereotipado do *petit nègre*, um híbrido de diversas línguas africanas com a língua francesa – ou econômica. Nesse mesmo período começou a questionar a ideia de Césaire a respeito da revolução da Martinica poder contar com os operários franceses (FAUSTINO, 2015; STREVA, 2015).

Em 1947, após largar o curso de Odontologia por conta de conflitos sociorraciais encontrados em Paris, decide rumar para Lyon com uma bolsa de estudos para cursar psiquiatria forense na Faculdade de Medicina – visando compreender a condição psicossocial dos martiniquenhos e demais povos colonizados, tendo também se aprofundado nos estudos de Filosofia e Literatura. No ano de 1952 publica *Pele negra, máscaras brancas*, tese rejeitada em seu doutorado, pois Fanon acreditava que, “*se as alienações psíquicas tem origem em uma sociedade que milita contra a humanidade das pessoas, a sua superação passaria necessariamente pela transformação da sociedade*” (FAUSTINO, 2015, p.36). Sendo considerado pouco positivista, o texto havia sido recusado como tese e teve de ser substituído, para efeito de sua titulação, por outro trabalho com tema relacionado à clínica psiquiátrica (CARVALHO, 2015; FANON, 2008; STREVA, 2015; FAUSTINO, 2015).

Casado com a francesa Marie-Josèphe Dublé, no ano de 1953 Fanon solicita trabalhar no hospital psiquiátrico em Bilda na Argélia, também colônia francesa, assumindo o cargo de diretor do Departamento de Psiquiatria, rompendo com a divisão colonial das alas que separava franceses e nativos, mudando para divisões por grau de sofrimento psíquico. Contudo, o fracasso de tal empreitada o fez notar a impossibilidade de integração dos nativos mulçumanos aos moldes europeus, dos colonizados aos moldes do colonizador: tudo estava relacionado à cultura, costumes, subjetividade europeias hierarquicamente contrapostas à cultura dos nativos. Em sua homenagem, anos mais tarde o local passou a chamar Hospital Frantz Fanon (CARVALHO, 2015; STREVA, 2015; FAUSTINO, 2015).

Pouco depois faz contato com a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLA). Partindo de 1956 começa a publicar diversos artigos, como *Racismo e cultura*, onde correlaciona “economia, cultura e subjetividade na análise da situação colonial” (FAUSTINO,

2015, p.41). Enquanto de um lado recebia os torturadores franceses em sofrimento pelo mal que causavam aos nativos, por outro, em segredo, atendia os guerrilheiros, vítimas dos franceses. Neste mesmo ano, envia carta demissional ao ministro da saúde pública declarando a impossibilidade de trabalhar nas atuais condições do serviço psiquiátrico, ao perceber que suas atividades revolucionárias estavam por ser descobertas. Adere à FLN em 1957, se tornando embaixador da mesma ante o mundo, apresentando posição diferente de outros intelectuais cujas perspectivas eram mais estético-culturais. Para Fanon, é imperativa a libertação nacional e a reconstrução político-cultural do Estado, tendo os intelectuais o dever de se engajarem junto aos povos colonizados, combinando saberes numa práxis revolucionária que transforme as condições concretas de existência (CARVALHO, 2015; STREVA, 2015; FAUSTINO, 2015).

Em 1960 foi diagnosticado com leucemia, indo à óbito em Washington, para onde relutara muito em ir buscar tratamento, aos trinta e seis anos, em 6 de dezembro de 1961, poucos meses após concluir *Os condenados da Terra*. Tendo sofrido vários atentados, há quem defenda outras possibilidades para sua morte, como a dele ter contraído pneumonia durante um interrogatório efetuado pela CIA, que o deteve durante dez dias sem tratamento. No dia que seu falecimento foi anunciado em Paris, seus livros foram apreendidos e considerados ameaça à segurança nacional. Em 3 de julho de 1962, após oito anos de guerra, a Argélia tornou-se formalmente independente – contando milhões de mortos e grande passividade da esquerda, tanto diante da tragédia colonial como da receptividade da obra de Fanon (CARVALHO, 2015; STREVA, 2015; FAUSTINO, 2015).

Fanon, segundo Carvalho (2015), argumenta que a superação do racismo implica uma reestruturação desse mundo que discrimina determinadas maneiras de ser, o rompimento com a exploração de um grupo com determinado grau de desenvolvimento técnico sobre outro. Para isto, observa ser necessário mergulhar no passado, regressar à sua cultura e tradições, com objetivo de tornar visível o que foi invisibilizado pelo “Outro”. A tomada de consciência como forma de pôr fim a esse dilema e gerar condições para uma nova maneira de existir.

Expoente nacional em estudos fanonianos e vitalizador da obra do autor no país, Faustino (2015), em seu trabalho de doutoramento, de forma muito procedente intitulado *Por que Fanon, por que agora?*, aponta diferenças na forma como a obra de Fanon foi recepcionada nos países de língua inglesa e no Brasil. Gordon (2008) afirma que houve um tempo, nas décadas de 1960-70, em que um professor universitário arriscava-se perder o emprego caso abordasse a obra de Fanon, nos EUA, onde foi evidente sua influência no movimento Black Panthers.

Pensadores como Achille Mbembe, Lewis Gordon, Homi Bhabha e Stuart Hall de

atuação na Europa foram reconhecidamente influenciados por Fanon. Na América do Sul era possível encontrar menções à Fanon em salas de aula do Chile, e no Brasil sua influência foi particularmente importante no pensamento de Paulo Freire. Décadas mais adiante, nos anos 1990, Alberto Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Glauber Rocha, e outros intelectuais brasileiros começavam a reconhecer a obra de Fanon, mesmo período em ascensão a filosofia da Diáspora Africana (CARVALHO, 2015; FAUSTINO, 2015; STREVA, 2015).

Na América-Latina a obra de Fanon subsidiou discussões a respeito da questão colonial, conduzidas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), tendo à frente autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein e Boaventura de Sousa Santos. Entre os pensadores latino-americanos da corrente epistêmica de(s)colonial, que enfatiza a produção de conhecimentos fora da Europa e dos EUA, e releva, neste contexto de apreciação, o saber popular, o estabelecimento do grupo Modernidade/Colonialidade trouxe três movimentos no século XXI: 1) inserção do continente no debate pós-colonial; 2) a ruptura com estudos subalternos da cultura; 3) a radicalização com o movimento “giro decolonial” (STREVA, 2015; BALLESTRIN, 2013).

O “giro decolonial”, segundo Streva (2015), foi um movimento teórico e prático, político e epistemológico de resistência à colonialidade surgido em 1992, nos EUA, quando um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas, inspirados no grupo asiático, fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Conforme Ballestrin (2013) pretendia-se com este grupo a reconstrução da história latino-americana. Autores como Walter Dignolo, contudo, criticaram a assunção e transposição de teorias dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, posto servirem no contexto das colônias de herança britânica, mas manterem ligação com autores e pensamentos do modelo eurocêntrico. Dignolo denunciou ainda um “imperialismo” e ocultação da resistência latino-americana, fruto de outras relações coloniais com o novo império estadunidense, ignorando o projeto de pensar à partir do Sul, opondo de um lado os subalternos com sua crítica eurocentrada ao eurocentrismo, e de outro os decoloniais em sua crítica ao eurocentrismo à partir dos subalternizados. O grupo propunha, conforme Faustino (2013) estabelecer uma relação entre as esferas econômicas, culturais, subjetiva e política, sem hierarquizar ou priorizar qualquer uma delas.

A corrente de pensamento “pós-colonial”, como afirma Streva (2015), refere-se ao período imediato aos processos de descolonização do chamado “Terceiro Mundo” na metade do século XX, basicamente as independências, libertação e emancipação da Ásia e África. Ballestrin (2013) argumenta que o pensamento pós-colonial emerge da percepção de antagonismo, onde a identidade do colonizador impede a expressão da identidade do colonizado. Considerando também esta premissa, de forma localizada na América Latina,

voltando-se contra a colonização ibérica, foi construído o pensamento de(s)colonial. Tendo ambos Fanon como referência privilegiada.

Mais no movimento pós-colonial do que no de(s)colonial, mesmo porque neste último a crítica ao eurocentrismo é mais radical, aponta-se a importância da leitura social marxista. Nestas correntes de pensamento, de forma não idêntica, pois também dependente do ponto de vista de cada analista, assinala-se a referência ao marxismo, embora por vezes acompanhada de críticas. Tal como na teorização de Fanon, quando privilegia o racismo e a relação da opressão psicológica com a estrutura produtiva, ou quando chama a atenção para a especificidade da realidade social africana, considerando que não pode ser vista da mesma forma que as realidades europeias com seu proletariado urbano (CABAÇO e CHAVES, 2004; FAUSTINO, 2015). Na África, na consideração de Fanon, o operariado pode ser pensado como segmento, pelo menos próximo, da elite social.

Uma referência histórica para estas formações é o surgimento do Grupo de Estudos Subalternos, conduzido pelo indiano Ranajit Guha, que se dedicava desde os anos 1970 à historiografia da tendência colonial em silenciar e desagregar os subalternos e/ou falar por si, mantendo-os sempre como um outro/diferente (STREVA, 2015).

O pensamento pós-colonial, na década de 1980, difundiu-se mais nos EUA e particularmente na Inglaterra, por intermédio do jamaicano Stuart Hall e do indiano Homi Bhabha, dentre outros, apresentando críticas às categorias de “*globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora*” (BALLESTRIN, 2013, p.94). Sendo principalmente marcante em Bhabha a referência a Fanon.

A perspectiva pós-colonial, por vezes não distinguida dos “Estudos Culturais” ou chamada de “Estudos da Diáspora” (FAUSTINO, 2015), sustenta um discurso que contesta e problematiza as identidades e cultura diaspóricas, criando aportes epistemológicos após os processos de descolonização da África e da Ásia para discutir o legado do colonialismo. Tal perspectiva identifica os intelectuais que participam do debate anglófono, partindo de referenciais pós-estruturalistas de Foucault, Derrida, Lacan e Barthes, desconstruindo o discurso colonial/ocidental essencialista/racialista, os nacionalismos e concepções de modernidade. Combatendo qualquer espécie de discriminação, racial, sexual ou social, sem racialização ou ideais nacionalistas, teve grande aceitação entre os norte-americanos no período 1950-60 (BARBOSA, 2012; ARMANI, 2011).

Dentre seus principais expoentes, contam-se o palestino Edward Said, a indiana Gayatri Spivak, e dois autores próximos a Fanon, dos quais aprofundaremos a leitura: Stuart Hall e Homi Bhabha.

Stuart Hall (1932-2014) é sociólogo, jamaicano que, como outros diaspóricos,



radicou-se na ex-metrópole, Inglaterra. É um dos nomes à frente do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), cujo objetivo era rever a relação entre a cultura e a sociedade, pondo em xeque as dicotomias identitárias e propondo uma releitura e reescrita das grandes narrativas imperialistas (ARMANI, 2011).

Para Hall, a cultura engloba todo e qualquer fenômeno da vida social e cognitiva, tendo duas dimensões: uma substantiva, que estrutura e realidade empírica, e outra epistemológica, que rege os modelos conceituais e representacionais. Daí o caráter central deste conceito em sua teorização, pois define como grupos sociais produzem significados compartilhados, o que lhes dá sensação de pertencimento. Como tal discurso não permite essencialização, a racialização fica tensionada e passa a ser pensada desde as contradições, contingências e transformações históricas (ZURBAN et al, 2016).

Partindo, certamente, de sua experiência pessoal ao ser um imigrante jamaicano vivendo na Inglaterra, Hall (2002) trabalha um conceito de cultura que se inscreve como processo permanente, em movimento, de negociação entre a natividade e o ambiente de chegada. Neste sentido, a identidade toma forma ao se dispor para inclusão na nova comunidade, mas não deve se submeter à alienação e conseqüente dominação.

Homi Bhabha é filósofo indiano radicado nos EUA, e construiu sua reflexão desde sua experiência na crítica literária ao pensar sobre a representação do colonizado, como o indiano, produzida pelos autores ingleses. Neste percurso, enfatizando a reflexão psicológica de Fanon, Bhabha (1998) discute um hibridismo cultural que se instala com o desejo do colonizado e do colonizador de uma troca mútua de identidades que não se completa, permanecendo, cindida, em um espaço intersticial da relação de dominação.

Tanto para Hall como para Bhabha são caros os conceitos de representação e tradução cultural, definidos segundo as nuances próprias do pensamento de cada um deles, para analisar a relação entre colonizado e colonizador. A discussão sobre representação é fundamento para análise da produção jornalística que objetiva este estudo.

Inspirou estes autores, de forma diversa, a teorização de Fanon em busca de um humanismo revolucionário (FAUSTINO, 2015; STREVA, 2015). O projeto generoso de Fanon de construção, em um processo de libertação da relação racista, de um novo ser humano que não mais será nem o colonizado nem o colonizador (CABAÇO e CHAVES, 2004).

Faustino (2015), Carvalho (2015) e Streva (2015) apontam como a obra de Fanon foi ignorada pelos intelectuais brasileiros que com ela tiveram contato. Observa-se que os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) usavam uma linguagem, indagações e temáticas semelhantes, desde Álvares Teixeira Pinto à Guerreiro Ramos, sem

contudo referenciá-lo. Somente entre as décadas de 1960 e de 1970 a esquerda brasileira o leu, mas apenas o prefácio de Sartre de *Os condenados da Terra*, pois o filósofo francês veio ao Brasil com Simone de Beauvoir. A suposição seria tanto o posicionamento sobre a violência revolucionária de Fanon em oposição à visão nacionalista e populista dos brasileiros, quanto pela questão racial ser um tabu no país, sempre tratada pelo viés da democracia racial nacionalista e nunca pelo confronto com o (neo)colonialismo e a descolonização, o que parece permanecer mesmo diante dos dados sobre as desigualdades entre negros e brancos.

Faustino (2015) ressalta que já havia esparsa articulação afro-transatlântica entre 1920 e 1960, possivelmente tomando-se contato com a obra de Fanon por intermédio do artista plástico Wilson Tibério, gaúcho que vivia em Paris à época do I Congresso Internacional de Escritores Negros e Artistas Negros de 1956, conectando a Associação Cultural do Negro (ACN) ao pensamento do autor martinicano. Somente nas décadas de 1970 e de 1980, diz Carvalho (2015), Fanon foi lido por participantes de movimentos negros que questionavam a polarização colonizador e colonizado e contrapunham a afirmação identitária, e também por intelectuais do Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político Africano (GEPPF), o coletivo do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, dirigido por Abdias Nascimento – que, em 1978 publicou o livro “*O genocídio do negro brasileiro*”.

Após os eventos do Golpe Militar de 1964, argumentam Carvalho (2015) e Streva (2015), alguns autores de esquerda católica passaram a citar o Fanon revolucionário, pois o novo contexto fez entrecruzar no Brasil sua visão anticolonialista revolucionária. Para Faustino (2015), contudo, somente na década de 1980 em autores como Paulo Freire, Glauber Rocha, Florestan Fernandes, a obra Fanon se torna direta ou indiretamente presente.

O pernambucano Paulo Freire, “*possivelmente, foi o primeiro brasileiro a incorporar as ideias de Fanon*”, conforme as palavras de Faustino (2015, p. 139). Freire tinha familiaridade com seus conceitos e havia ainda passado por alguns países africanos recém libertos da colonização onde colaborou implantando ensino pós-colonial. Presente já em *Pedagogia do oprimido*, demarcando seu rompimento com os ideais do ISEB, a radicalização fanoniana em Freire fica ainda mais evidente em *Educação como prática da liberdade*, ao ser abordada a relação entre o intelectual e as massas no processo descolonial e também a violência dos oprimidos como uma busca por suprimir a violência dos opressores, vivendo oprimido e opressor o aprisionamento em uma relação da qual não têm consciência. A leitura de Freire, contudo, não adentra a problematização do racismo brasileiro, focando a noção de condenados em referência às desigualdades sociais e de classe.

Em suma, a recepção de Fanon no Brasil deu-se principalmente em torno dos

pressupostos: da *autenticidade negra* ou da *identidade* como devir, construção histórica, ao invés de um resgate, claramente focada nas temáticas raciais, estudando a questão da agência do sujeito ante o racismo/colonialismo; e da *autenticidade social* – daí a centralidade da ideia de cultura sem adentrar questões raciais, do *ethos* nacional, cuja particularidade brasileira é a discussão da integração entre negros e brancos e não de classes subalternas versus classes coloniais (FAUSTINO, 2015).

Neste estudo são privilegiadas, na obra de Fanon, as leituras de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1951, publicado em 1952) e de *Os condenados da Terra* (1961, publicado em 1962), respectivamente o primeiro e último livros do autor. Nestes serão destacados três grupos temáticos-conceituais: 1) a sociogênese do racismo; 2) a proposta de um humanismo revolucionário; 3) a questão da violência.

Destaque-se, então, que a violência, como interpretam Cabaço e Chaves (2004), aparece no pensamento humanista de Fanon como expressão de uma “contraviolência” cuja finalidade é a consecução da liberdade e da paz. Antes uma constatação da relação de opressão do que incitamento gratuito à violência. E não poderia ser de outra forma, conhecido o impacto causado em Fanon, e evidente em seus textos, pelo sofrimento humano daqueles que nele procuravam o médico em busca de ajuda.

Na leitura do artigo *Racismo e cultura*, de 1969, a atenção de Fanon é posta na questão da relação apresentada como intrínseca entre racismo e cultura, que permeia a sociedade. O texto *Racismo e cultura* foi escrito em 1969 a propósito de uma Conferência proferida no I Congresso de Escritores Negros em Paris, em setembro de 1956, e publicado numa edição especial de *Présence Africaine* no mesmo ano. Nele Fanon (1980) caracteriza o racismo como o elemento visível, mais cotidiano e grosseiro de uma estrutura maior, que já não afeta o indivíduo ou o homem em particular, passando da vulgaridade e simplicidade da argumentação material-biológica para uma mais fina que atinge as formas de se existir: a cultura.

### 3.2 Fanon, racismo, capitalismo e cultura: a sociogênese do racismo, o humanismo revolucionário e a violência

Alguns autores, conta Streva (2015), dizem haver diferenças entre as perspectivas do “Fanon pós-colonial”, que se concentra na leitura de *Pele negra...*, evitando a questão da violência, e a perspectiva do “Fanon revolucionário”, leitura que parte do “Terceiro Mundo”, centralizada em *Os condenados...*

Como sustenta Faustino (2015), na sua proposta de *sociogênese* Fanon (2008, p. 37) ressalta a importância de abranger a análise para além da dimensão psico-afetiva, buscando apreender o contexto histórico e social que constitui a realidade colonial, pois o racismo é percebido como “*um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistematizada de um povo*”, ou seja, “*a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu*”. Desse modo, define a cultura como

“*o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascidos do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante (...) há culturas com racismo e culturas sem racismo*” (Fanon, 1980, p. 36).

A ideia de raça e racismo, como demonstra Carvalho (2015), é produzida por um sistema colonial maniqueísta, compartimentalizado conforme visto em *Os condenados da Terra, que apresenta o mundo dividido* entre opressores e oprimidos em que a violência aparece como um estado de natureza que só reconhece e cede ante uma violência maior. É a partir dessa violência que se instala a ideia de que as raças possuem hierarquia, determinando quem pertence a qual e inferiorizando o que é diferente. É também ela que engatilha a consciência da atual condição e necessidade de mudança.

Para Fanon (1980), o racismo, a exploração das técnicas e meios de produção, ou seja, a industrialização, agora disfarça-se, oculta-se; migrou de formas de exploração braçal e biologicamente caracterizadas, para uma dominação que dispensa afirmação cotidiana de superioridade. O racismo, remodelou os fundamentos do tecido social, não havendo racismo inconsciente: é uma exploração desavergonhada de um grupo por outro que tem poder e posse.

Daí que a desculturação, prossegue Fanon (1980), a pilhagem dos sistemas culturais, a ridicularização dos valores da população autóctone (referindo-se à Martinica) e de outras populações, a guerra e diversas outras formas de destruição dos sistemas de referência, fazem parte do regime colonial. O colonizador, longe de desaparecer com a cultura preexistente, devota-lhe um pseudo-respeito, determina-lhe um lugar: o exótico.

Assim, determina o que é e o que não é, definindo o modo de pensar, comportar, afirmando para si uma superioridade em relação a este objetificado, permitindo que este funcione sob vigilância e de forma caricatural (FANON, 1980).

Fanon, diz Carvalho (2015), denuncia então que a Europa deve seu bem-estar ao suor e cadáveres de negros, índios, árabes e amarelos que, apesar de tudo, não puderam nem podem ser completamente adestrados. Assim é que Fanon busca romper essa racionalidade e

fazer com que a Europa reconheça sua cumplicidade com o capitalismo e seu racismo e o recurso à violência no processo colonial.

Indaga-se Fanon (1980) sobre que mecanismos de defesa a pessoa ou grupo visados por esse racismo possuem, e descobre a atitude da alienação ou assimilação. A inércia e a apatia, a indecisão e falta de razão para viver causadas pela experiência do racismo. É nesse estágio que surge o complexo de culpabilidade e inferioridade.

Tal alienação para ele não é completa e o oprimido procura escapar, ora buscando imitar o opressor, aderindo aos modelos culturais, desracializando-se e assumindo as convicções deste; ora indo contra seu próprio estilo cultural. Sempre, contudo, chega ao mesmo ponto e encontra o racismo operando, apesar dos princípios democráticos de muitos países pois, assume Fanon (1980, p. 44), “*um país colonial é um país racista*” e assim, o racismo é o modo normal da sociedade.

A imitação do opressor pelo oprimido é uma das mais interessantes percepções de Fanon. Bhabha (1998) vai interpretá-la por meio da leitura psicanalítica, que atribui a Fanon, onde a identificação entre oprimido e opressor se dá na dinâmica da demanda e do desejo, no espaço da falta. Deseja-se ser o Outro, mas não se quer deixar de ser o que é. A relação se determina na ambivalência, na cisão, na incompletude, no interstício. O colonizador teme que o colonizado roube seu lugar; o colonizado assume o papel do colonizador mas jamais será visto por este como um igual.

Enquanto na metrópole há exploração mascarada de democracia e nacionalismo, nas colônias a exploração se apresenta de maneira irrestrita, inviabilizando a possibilidade na uma formação de sociedade civil. Por isso “*a violência dispensa legitimação*” (FAUSTINO, 2015, p.57).

É desta forma que Bhabha cita a alusão à máscara feita por Fanon para desmascarar o domínio inglês na Índia. Na metrópole vive-se e professa-se a democracia liberal, na colônia exercita-se a mais perversa e violenta dominação (SOUZA, 2004).

A representação produzida pelo racismo atenta violentamente contra o ser e experiência subjetiva do homem e da mulher negros, diz Carvalho (2015). Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) dissecas as atitudes do negro perante a branquitude, e explica como a linguagem delimita os lugares de cada um. Espera-se que seja um “bom preto”, que assimile a cultura branca-européia, como o antilhano que ia à metrópole e retornava sentindo-se superior aos que não a conheciam. Por isso, diz ele que uma nova referência necessita ser construída pelos próprios negros, sem com isso correr em provar aos brancos a existência de uma civilização negra.

Fanon (2008) analisa o personagem Jean Veneuse do romance de René Maran, embasado na psicanálise da suíça Germaine Guex. Veneuse é um homem negro, considerado europeu por viver desde a infância em França, e constantemente querendo provar – para eles e para si – que são semelhantes. De estrutura psíquica neurótica, apaixona-se por uma mulher branca e, ao pedir conselho a um seu amigo branco, este lhe diz que ele (Veneuse) não sabe nada dos antilhanos pois sempre viveu em Bordeaux, e isso o torna “um dos nossos”. Isso corrobora o argumento de Fanon, de acordo com Carvalho (2015), sobre o papel do colonizador em apagar todas as referências negras, que faz com que negros queiram “elevar-se até o branco”, como num “Complexo de Cinderela” (CARVALHO, 2015).

Estando culturado e desculturado, diz Fanon (2008), encontrando o racismo não como uma constante intrínseca do humano, mas de um sistema social e cultural de ser, após apelar aos valores supremos, ao amor etc, aquele que foi inferiorizado, após passar por todo um estranhamento, o negro parte numa busca por sua cultura abandonada e rejeitada em estado de graça. Torna-se motivo de escândalo, uma agressão, o exibir sua tradição. Abre-se um paradoxo: essa retomada cultural o revigora e o torna, ao olhar dos opressores, um irre recuperável. Valoriza e afirma antigos costumes enfrentando e silenciando a ironia dos demais. Já não há mais volta, tal conhecimento é o passo que deflagrará a luta contra todas as formas de exploração e alienação e, em se tratando dos argelinos, pela libertação do território nacional, à época ainda colonizado pela França.

Fanon (2008) complementa que a luta do que foi inferiorizado está num nível diferente, mais humano, sob uma nova perspectiva, pois ao lutar pela libertação, um povo raramente legitimará o racismo. Tal luta será chamada fanatismo e primitivismo, porém o mecanismo opressor responderá da mesma forma. Excluindo-se o estatuto colonial, finaliza, a universalidade virá dessa relativização recíproca entre as diferentes culturas.

Argumenta ainda Fanon, nas palavras de Carvalho (2015), que a superação do racismo implica uma reestruturação desse mundo que discrimina determinadas maneiras de ser, o rompimento com a exploração de um grupo com determinado grau de desenvolvimento técnico sobre outro. Para isto, observa ser necessário mergulhar no passado, regressar à sua cultura e tradições, com objetivo de tornar visível o que foi invisibilizado pelo “Outro”. A tomada de consciência como forma de pôr fim a esse dilema e gerar condições para uma nova maneira de existir.

Por isso, seu posicionamento em *Os condenados da Terra* (1979) versar sobre a contra-violência como forma de destruição das marcas da violência colonial. Ao exterminar o opressor, elimina também o oprimido, pois seu ato de violência tem compaixão e visa o fim da violência. Postula que “*a descolonização é sempre um fenômeno violento*”, um processo

histórico que se constitui na substituição de um “tipo” de homens por outro, uma “desorganização” da sociedade, uma reivindicação dos colonizados que resulta em terror para os colonos (FANON, 1979, p. 22).

É com este sentido que a luta de Fanon se dá no sentido de eliminar a relação perversa entre colonizado e colonizador. O foco a ser atingido é a relação, não propriamente as pessoas. A libertação deve trazer a paz.

Disposto a findar com a divisão do mundo em colonial-europeu e colonizado-indígena/negro, expõe os dois mundos existentes. Do lado das metrópoles, tudo segue a mais completa ordem; é uma cidade branca, limpa, de estrangeiros. Do outro lado, a cidade do colonizado, policiais, soldados, instituições morais e de ensino, criam meios de inibir e coibir o explorado, os quais Fanon (1979) nomeia intermediários da violência colonial, e caracteriza como detentores da força bruta e utilizadores de total uso da violência contra os colonizados – tanto física quanto mentalmente. A cidade é negra, lugar de luxúria, desejo, fome, o mal absoluto, pelo simples fato de existir como é.

Em linhas gerais, no livro *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) critica a negação do racismo contra o negro e procura mostrar como ao ignorar a cor, uma ideologia apoia o racismo e apoia uma cor: o branco. Partindo de sua premissa sociogênica, aborda a problemática da dominação epistemológica, e também as dinâmicas da liberdade e do reconhecimento, examinando a sintomatologia da denegação nas pessoas negras. Em busca do entendimento da vivência do negro e atitudes perante a civilização branca, Fanon questiona a invenção do “complexo de inferioridade”, ou dito de outro modo, do racismo.

Conforme apontam Kawahala e Vivar y Soler (2010), constantemente procura-se entender a problemática racial do ponto de vista psicanalítico (neurose e sexualidade) ou do ponto de vista marxista (manifestações dos modos de produção capitalista). Para Fanon, argumentam os autores citados, esse debate não somente assume um lugar epistemológico, mas também e principalmente psicológico, denominado “*dominação psíquica*”.

Também Sapede (2011) concorda que essa estigmatização, estereotipação e folclorização do ser negro, envolve o “complexo de autoridade” do branco, sendo constantemente expresso pelas referências simbólicas ao lugar de um e de outro. É assim que o colonizador/branco detentor dos meios de representação, cria para o colonizado/negro sua imagem enquanto um corpo (futebol, sensualidade, ginga), reservando-lhe a possibilidade de utilizar uma “máscara branca” para imitar os esquemas corporais, linguísticos, qual um macaco, desejando ser e se comportando como um branco, sem contudo jamais se tornar branco, ou seja, sem jamais se tornar humano; ou de voltar à negritude, adotando como positivo todo o fetiche racializado que o colonizador rejeitou em si próprio, desse modo,

deixando de constituir-se e disputar os termos da universalidade. Desse modo, estabelece-se uma relação de fetichização, um *duplo narcisismo*, onde cada qual encena seu personagem pré-definido e a luta anticolonial é impossível (FAUSTINO, 2015).

Nas palavras de Fanon (2008, p. 130 - 131):

*“As histórias de Tarzan, dos exploradores de doze anos, de Mickey e todos os jornais ilustrados tendem a um verdadeiro desafogo da agressividade coletiva. São jornais escritos pelos brancos e destinados às crianças brancas. Ora, o drama está justamente aí. Nas Antilhas – e outras colônias – os mesmos periódicos ilustrados são consumidos pelos jovens nativos. E o Lobo, o Diabo, o Gênio do mal, o Mal, o Selvagem são sempre representados por um preto ou um índio. E como sempre há identificação com o vencedor, o menino negro torna-se (em suas fantasias) o explorador, aventureiro, missionário que corre o risco de ser comido pelos pretos malvados tanto como o menino branco.”*

Fanon (2008) estabelece então a relação entre a dominação social/colonial e a psíquica, através da determinação de lugares e modos de ser, da restrição da pessoa negra ao corpo e uma corporalidade animalesca (macaco) que é brutal e sexual, e, portanto, deve ser admirada e desejada sexualmente (pelas mulheres) e temida (pelos homens). Desse modo, a dominação psíquica invade também os espaços físicos, apresentando a face sociogênica do racismo ao delimitar os corpos negros aos guetos e periferias, onde há extravasamento da violência direcionada ao colono, longe das vistas deste, ou seja, entre os próprios colonizados, reforçando os estereótipos de serem violentos (FANON, 2010; SAPEDE, 2011; FAUSTINO, 2015).

Desse modo, Sapede (2011) ressalta que a alteração da subjetividade do negro tem de passar por um processo de descolonização psicossocial que não dependa de tutela da burguesia europeizada, mas que parta da assunção da própria emancipação e superação do racismo. Daí a importância de retomar Fanon atualmente, pois, conforme Kawahala e Vivar y Soler (2010), mesmo autores que questionam as epistemologias opressoras sociais como Boaventura de Sousa Santos e Hall, não tocam no tema ou não centram as questões raciais.

Fanon (2008) entende racismo e colonialismo como construções sociais, modos de ver e viver o mundo que estipularam uma hierarquia de diferenciação em raças, e o que busca encontrar, analisando o domínio da significação linguística, é a cultura. Sem isso, negros não se definiriam negros, e os australianos e demais não se denominariam como tal; não haveria racialização se não houvesse imposição cultural.



Carvalho (2015) complementa dizendo que esse sentimento de superioridade branca colonizadora também é uma construção. Com a conscientização disto poder-se-ia desconstruir e descolonizar-se, reconstruindo uma negritude revolucionária, promotora do humanismo revolucionário e da solidariedade com outros racializados e aliados brancos não-racistas.

Em *Os condenados...*, Fanon (1979) pontua que o mundo dividido entre colonos e colonizados, assim o é por ser considerado como habitado por diferentes “espécies” ou “raças”. O “nativo” fica determinado pelo colonizador como ausência de ética e valores, desumanizado, o que leva às profundas desigualdades e disparidades em seu estilo de vida. O negro e demais oprimidos são tidos como objetos de concretização dos desejos do opressor, apenas predicados à agência do sujeito universal branco, sendo somente um corpo (FAUSTINO, 2015. CARVALHO, 2015).

O colono não espera “*que o colonizado pense, sinta ou produza significado relevante sobre si e o mundo, mas caso e/ou quando o fizer, este saber será rapidamente apropriado pelo colonizador, como se fosse seu desde o início*” (FAUSTINO, 2015, p.67).

Fanon (2008, p. 85) expressa a necessidade de “*defendermos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é*”, não existindo gradações para mais ou para menos, discordando de Octave Mannoni que afirmava que a França era menos racista que a América. Há, sim, toda uma estrutura racista, e, portanto, para Fanon (2008), dizer que indivíduos de determinada cor apresentam complexo de inferioridade quando em minoria em um ambiente de outra cor constitui um engano. “*Um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja*”, mesmo em minoria; assim como o antissemita cria a representação do judeu, “*é o racista que cria o inferiorizado*” (FANON, 2008, p. 90).

Desse modo, dizem Carvalho (2015) e Faustino (2015), o processo de inferiorização se dá por um duplo movimento. Por um lado, através da retirada econômica: da terra, da autonomia e do trabalho, sem o que não se pode sobreviver – ideia epidermizada na cor da pele, determinando posições sociais. De outro modo, por meio da linguagem, pois, forçado a ir para outras terras, o colonizado tem ainda impostas sobre si outra língua e outra cultura, e por suposto, outros valores que não os da terra em que nasceu – a “civilização”, destituição de referências e de valores culturais.

A epidermização da inferioridade foi desenvolvida por Fanon (2008) especialmente em *Pele negra...* Introjada a ideia de inferioridade, ao tentar se tornar outro comportando-se como o branco, o negro coloca-se diante do olhar do colonizador e a imagem especular, a máscara branca, se desvanece.

Fanon, esclarece Carvalho (2015), longe de igualar negros e brancos, procura permitir ao negro compreender o dilema entre o desejo de se igualar/mudar de cor/branquear ou de

perecer, e poder escolher outras possibilidades de ação ou inação. Fanon (2008) percebe que o real problema apresentado, porém não formulado, por Mannoni, dá-se quando o negro rejeita “seu lugar” (que lhe foi imposto) e procura outra opção que não seja entre a inferioridade e a dependência: a igualdade. A alteridade, contudo, que possibilitaria essa equivalência, para o negro, não é seu igual negro, é o branco.

Streva (2015, p. 127) remete-se à W. E. B. Du Bois que já em 1903 argumentava que “*os racistas tratam os negros como um problema ao invés de reconhecer o problema enfrentado pelos negros*”, incutindo-lhes uma duplicidade de pensamento, como se fossem duas almas inconciliáveis, uma americana e outra negra. O problema do século XX é a separação de cores (color-line), que põe de um lado negros e, de outro, as pessoas de raças mais claras. Tal ideia, lembra Carvalho (2015), é corroborada por autores descoloniais ao definirem a Modernidade como um discurso que delimita sua interioridade delimitando o exterior a si enquanto diferente, marginalizado e apto a ser eliminado.

Quando um branco exige que um negro ou árabe seja como ele, siga os valores cristãos, toque Schubert, dentre outras coisas, e este não consegue, não é por incapacidade ou inferioridade, diz Streva (2015); é por conta da interferência que a intromissão da cultura branca em seus territórios causou, levando a fome, morte e destruição. O branco europeu, ao impor discriminações, não evidenciou um complexo de inferioridade negra e um complexo de autoridade branca (ou complexo de Próspero, personagem da peça “A Tempestade” de Shakespeare, que por temer que sua filha fosse estuprada, escraviza, inferioriza e paternaliza Caliban, personagem negro habitante da ilha que lhe foi usurpada) inconscientes, mas sim instaurou a negação de quaisquer valores e história não-brancos, forçou uma nova humanidade que considerava os outros, que agiam bom base na benevolência e polidez, inimigos.

Nesse sentido, segundo Streva (2015), Fanon também argumenta que uma pessoa só é considerada humana ao ser reconhecida por outra, e que o racismo tira o racializado da dialética Eu-Outro, o que torna quase tudo permitido contra o mesmo. Aponta assim para uma dupla, talvez tripla consciência, que dificulta a elaboração do esquema corporal do negro, pois este é sempre definido pela racialização e olhar do opressor branco, através da negação que estrutura a sociedade colonial e instaura a pretensa superioridade branca.

Há, assim, o lugar que o negro ocupa (negro/não-branco, determinado pelo branco), o qual, conforme Streva (2015), caracteriza uma ausência presente, o ser invisibilizado pelo modo como é visto; um outro de quem o negro vai ao encontro e sempre se desvanece (querer ser [como o] branco); surgindo a náusea (o não-ser; o nada-ser), a vergonha e desprezo de si, o auto-ódio. Todo este processo inicia e termina com o negro fragmentado.

Eis porque a pergunta de Fanon, prossegue Streva (2015), é voltada fundamentalmente para o que o racismo faz com as pessoas.

Sobre o conceito de subjetividade negra, partindo da indagação de Fanon (2008, p.26) “*O que o homem negro quer?*”, Streva (2015) explicita o desejo do negro de acordo com a leitura de alguns autores, como Achille Mbembe, que diz que o desejo do colonizado está aprisionado de tal forma que este quer apenas “não morrer”, mais que encarnar valores ou inserir-se no mundo; e Judith Butler, que analisa o sofrimento gerado pelo colonialismo como efeitos de atos criminosos e como motores da história.

Chega-se assim ao *humanismo revolucionário* que, conforme o próprio Fanon (2008, p. 108), longe de querer igualar a todos, visa romper com o humanismo branco racista europeu pela afirmação e ressignificação da negritude pois “*uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer*”.

Fanon, percebe Streva (2015), opõe-se à Sartre, por quem foi influenciado, por este ter tratado o negro como um tempo fraco, a negação na dialética, e enfatiza ainda mais a positividade e afirmação da consciência negra. Abandonando então o maniqueísmo inferior versus superior, Fanon se volta para a sensibilização do outro, defendendo não uma mudança pelo apelo à razão ou respeito, mas a luta contra a exploração, miséria, enfim, a descolonização, por meio de um processo de libertação, um novo começo, uma nova pele.

Para isso há que desaparecer não somente o colonizador, mas também o colonizado, vindo a surgir uma nova versão da humanidade, livre das antigas práticas opressoras e racistas (FAUSTINO, 2015).

Fanon (1979) procura libertar ambos, branco e negro, dos complexos coloniais da *brancura* e da *negritude*, desfazendo o *duplo narcisismo* que os une. Esse é, na apreciação de Faustino (2015), o sentido da proposta de afirmação de um novo humanismo, o humanismo revolucionário. E o mesmo só é possível por meio de uma práxis política que vá além de afirmações de novos valores, que derrube o regime colonial, devolva ao colonizado sua subjetividade e história não-colonial, mas que não seja ontológica-tradicional e sim devir que transforme a existência.

A descolonização é um elemento político que ocorre como parte do processo que se inicia quando o sujeito colonizado se conscientiza e se posiciona frente à violência sofrida com a contra-violência, pela sua libertação. Fanon (1979, p. 56) define violência como “*a intuição que têm as massas de que a sua libertação deve efetuar-se, e só pode efetuar-se pela força.*” A luta introduz na consciência de cada um a noção de causa comum, nacional e coletiva, o oposto da violência colonial, compreendendo que, após a libertação, deve-se prosseguir no sentido de erradicar as mazelas criadas pelo colonialismo (FANON, 1979).

Como aponta Streva (2015), Hommi Bhabha pontuou que Fanon não abriga ódio e criticou a precipitação de Arendt ao atribuir ao autor martinicano um suposto incitamento à violência. Streva (2015) também cita Butler quando esta indaga se não é na violência do colonizador que imergiu, mimetizando-se, o colonizado.

Para Streva (2015), contudo, há que se atentar ao fato de que Fanon fala da experiência da Argélia, posto que era lá que se localizava o conflito com as forças militares francesas. E que, por conta disso, outros processos de descolonização, como Ghana, puderam se dar sem luta armada.

O objetivo da abordagem psicológica de Fanon (2008, p. 95) é proteger e libertar, o indivíduo ou grupo, de um possível desmantelamento psíquico causado pelo “complexo de inferioridade”; apresentar-lhe que “*é na medida em que a sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica*”. Conscientizar o colonizado para que não mais queira embranquecer ou desaparecer, e sim agir em prol de outra possibilidade de existir, qual seja, mudar as estruturas sociais.

Fanon determina que é por meio da luta política, da práxis revolucionária, que é possível chegar à superação da sociedade colonial-racista, transformando as condições sociais rumo ao novo humanismo e a emancipação do colonizado-racializado. Eis a importância de compreender a junção social e psicológica da colonização, pois “*o colono, uma vez desaparecido o contexto colonial, não tem mais interesse em ficar, em coexistir*” (FANON, 1979, p. 32). *Urge entender que “a descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é”, sobretudo, “um processo histórico”, estruturado a partir de perspectivas sociais e culturais complexas* (FANON, 1979, p. 26).

### 3.3 O pensamento de Fanon, para a análise crítica da produção midiática da representação

O londrino Niguel C. Gibson (2011), ativista e filósofo especialista em Fanon, nos diz que devemos refletir não sobre a obra de Fanon mas pensar como o mesmo atuaria, de modo revolucionário, nos dias de hoje.

No sexto capítulo de *Pele negra...*, Fanon (2008) aborda o tema do *preto e a psicopatologia*. Dado que a psicanálise analisa o comportamento do grupo familiar, incluindo objetos e circunstâncias psíquicas, buscando encontrar no adulto elementos que remetam a sua infância, Fanon pensa que a estrutura social recebe a projeção daquela microversão. O mesmo, contudo, não ocorre com as crianças negras, pois seu normal é patológico, visto que logo estará perante o mundo branco, não tendo, portanto, identificação do vivido em seu seio

familiar refletido na sociedade. “Teria havido uma experiência passada e recalque no inconsciente?”, indaga Fanon (2008, p. 130), e, prontamente, responde: não!

Fazendo uso do conceito de *catharsis coletiva*, Fanon (2008) diz haver em toda sociedade maneiras de liberar a energia que fica acumulada sob a forma de agressividade. Os jogos, psicodrama, revistas ilustradas, jornais. E exatamente aí está o problema: atualmente, todos estão destinados às crianças e adultos brancos:

*“E o Lobo, o Diabo, o Gênio do Mal, o Mal, o Selvagem, sempre são representados por um preto ou um índio, e como sempre há identificação com o vencedor, o menino preto torna-se explorador, aventureiro, missionário 'que corre o risco de ser comido pelos pretos malvados' tão facilmente quanto o menino branco” (FANON, 2008, p. 131).*

Este colonialismo epistemológico, conforme Fanon (2008), fornece meios não-materiais pelos quais as pessoas se entendem e se expressam na modernidade, o que no caso do negro ocorre quando lhe são apresentados comportamentos patológicos como normais e “autenticamente” negros. Isso o impede de tornar-se um ser de ação, pois está posto diante de uma relação niilista com o mundo social. Forçada a voltar-se para dentro de si diante da invisibilização que lhe é imposta, a pessoa negra fica impedida de exercer a liberdade, sem a qual é impossível entrar na relação dialética Eu e Outro, e de onde advém o reconhecimento. Desse modo, o negro sofre uma perda antes mesmo de começar a lutar pela existência, de onde sua melancolia e sofrimento.

Fanon (2008) aborda ainda a linguagem enquanto fundamento para compreensão da relação Eu-Outro, pois é por meio da mesma que se assume/adquire uma cultura. Nesse âmbito, para o negro, existem duas dimensões possíveis e completamente diferentes: com o seu semelhante (ambos mistificados) e com o branco (mistificador e mistificado). Quanto mais rejeitar a negritude, mais será como o metropolitano-branco-francês-europeu-colono. Essa atitude, contudo, não vale apenas para o antilhano, mas para todos os colonizados.

De acordo com Fanon (2008), os negros que retornam da metrópole voltam como semideuses, consagrados e cheios de si, e também são temidos pois falam como um livro/como um branco. Fanon chama de deslocamento ou clivagem o fato de esses “evoluídos” procurarem eliminar seus traços negros, tidos por traços de inferioridade, de formas ingênuas de como usar a última moda ou linguagem floreada. O autor menciona o exemplo do recurso à *palabre*, termo de origem portuguesa que remete ao costume entre grupos da África Ocidental de parlamentar e resolver os problemas pelo entendimento e diálogo, o que os psicanalistas remetem à oralidade, período psicodinâmico associado à

infância. Os brancos associam os negros a esse outro lugar, qual seja, o de crianças em um jogo, “*divertindo-se, lançando para o mundo apelos irresponsáveis, quase rugidos*”, pois, o negro, para o branco, é uma criança (FANON, 1979, p. 41). E por isso os negros que procuram afastar-se de sua negritude, negam a *palabre*, assumindo postura ocidentalizada, numa tentativa de parecerem adultos, e, portanto, embranquecerem.

Partindo da premissa de que os valores primordiais para o negro e para o branco são diferentes, Fanon (2008) sugere que deveria haver um estudo rigoroso que apresentasse, tanto uma psicanalítica da experiência vivenciada pelo negro, quanto do mito negro. Pois, enquanto para o europeu, sua sexualidade é permeada desde a infância por um complexo de culpa, para a criança africana o ato sexual é apresentado como algo natural, diferença fundamental onde reside a concepção da saúde ou doença dos modos de pensar e agir em sociedade. Isso permite evidenciar o óbvio: que as neuroses, comportamentos anormais, complexos de Édipo, resultam da situação cultural, da realidade humana. A inferioridade diante da ocidentalização superior é constantemente incutida na pessoa negra, e em todo aquele em situação de colonizado, por intermédio dos livros, educação escolar, cartazes, rádio etc.

Fanon (2008) ressalta que o importante não é a educação formal do negro, antes a sua libertação desses e outros arquétipos tais como *y'a bon banania* – negro sorridente e abestalhado dos rótulos de farinha de banana açucarada criado em 1915. Assim, dado que a sociedade é um conjunto de famílias, e estas são o lugar de formação para a sociedade, o autor propõe a criação de revistas, livros e canções destinadas às crianças negras para que estas internalizem e projetem de forma apropriada e não-patológica seus comportamentos.

Gibson (2011) retoma o dito acima por Fanon a respeito do combate à cultura hegemônica, que gera alienação e neuroses, por meio de práticas pedagógicas de descolonização da mente. Uma educação descolonial, transformadora e propiciadora de conscientização voltada para os atores sociais sem replicar o que fazem as elites do poder. É nesta perspectiva que Fanon apresenta o que chama de o “intelectual honesto”, aquele que abandona sua posição de privilégio e não deseja status e, mais do que ir até onde as pessoas vivem, busca compreender o que são essas pessoas, que não são “inúteis” que não trabalham.

O colono, reporta Fanon (1979, p. 32), para impedir a descolonização, investe no que Fanon chamou “congressos de cultura”, e procura apelar à razão do colonizado explicando-lhe que a colonização e a cultura ocidental são processos sociais necessários para a evolução social e o progresso. Fanon, em *Os Condenados...* (1979) nos diz que o colono faz a história e se assume como absoluto imprescindível para a civilidade, sua manutenção e existência, pelo que é preciso desfazer essa história e criar uma história da nação, da descolonização.

Especificando que a dominação colonial é maniqueísta e compartimentada, Fanon (1979) aponta que o colonizador se institui como referência de discurso universal e, em contrapartida, institui o colonizado como o mal absoluto e essencial, destruindo seus sistemas de referência culturais e econômicos, declarando-os incapazes para se atingir os valores estéticos e morais universais, ou, mais especificamente, branco-coloniais.

Desse modo, o negro e o indígena e todos os oprimidos, são postos dentro de limites que os aprisionam tanto física quanto psiquicamente, daí a sociogenia fanoniana considerar o social e o psíquico na formação da dominação colonial/psíquica/epistemológica (FANON, 1979, 2008) que subjuga o colonizado.

Assim, de acordo com Fanon (1979, p. 39), os oprimidos têm “*sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos*”. Isto, que os colonizadores chamam de histeria no colonizado, é a sua forma de buscar a liberdade, no sonho, e em outros movimentos musculares como a dança e a possessão (FANON, 2008).

Percebe-se a imbricação entre a identidade do colonizado e a do colonizador, o colonizado querendo não ser um colono, mas assumir o lugar do segundo. O colonizado presume-se de antemão culpado, embora internamente discorde, mas os símbolos sociais constantemente o põem entre essa culpa instabilizadora e a vontade de insurgir agressivamente contra o opressor, daí a constante tensão em que vivem os oprimidos (FANON, 1979).

Fanon (1979) apresenta os partidos políticos e as elites intelectuais e comerciais colonizados como grupos que contrapõem à tática de violência dos colonizados propostas filosófico-políticas sobre direitos dos povos. Insiste que fazem isso pois seu interesse não é derrubar a ordem reinante, são reformistas que reivindicam aos colonizadores acordos para obterem mais poder para si.

Também a burguesia colonial tem suas táticas, outra criação do colonialismo: a não-violência. Por considerarem ter os mesmos interesses do colonizador, procuram um compromisso entre ambos e sempre condenam a violência das massas colonizadas contra a opressão colonial (FANON, 1979).

Além disso, as religiões, têm como função apresentar cada escravizado que ofereceu a outra face e aceitou calado o sofrimento. Trazem estes como forma de calar e envergonhar os que se rebelam, num humanitarismo que visa minar sua subversão.

De acordo com Fanon (2008) o objetivo da libertação é fazer do negro, e de todos os colonizados, agentes de seu próprio destino. Antes, porém, diz Gibson (2011) é preciso fazê-los refletir sobre sua condição, partindo de uma educação sobre a libertação total e uma cultura de luta. Exige-se, define Fanon, unicamente que o outro tenha para consigo um

comportamento humano, que não renegue sua liberdade nem o aprisione à história, e deixe de forçar a servidão de uns pelos outros, para que nasça uma autêntica comunicação entre todos, chegando-se assim até a desalienação que culminará na liberdade de todos.

Faustino (2015, p. 71) nos lembra que *”porque o colonizador detém os meios de manipulação das representações, o negro passa a ver o mundo e a si próprio com o olhar fornecido por seu algoz e, concordando, por isso, com todas as prerrogativas que lhe conferem o status de animal”*.

Nesta perspectiva inscreve-se o papel da mídia como produtora de representações que alimentam a dominação, pelo que trazemos, em nosso projeto de leitura das representações produzidas pela mídia jornalística, a teorização produzida pelos autores pós-coloniais Stuart Hall e Homi Bhabha.

Em Hall, a conexão entre cultura e representação é investigada a partir dos efeitos da mídia ao abordar pessoas negras na sociedade capitalista-imperialista (HALL, 2016). Sua leitura, na impressão de Faustino (2015) foca *“a centralidade da subjetividade e dos complexos psíquicos provocados pela ‘epidermização’ do olhar”*.

Homi Bhabha (1998) estuda os efeitos do discurso colonialista atentando, assim como Hall, para a alteridade, utilizando-se de outras categorias, como “mímica” e “estereótipo”, em sua investigação da representação e formas de resistência. Para este, Fanon teria inaugurado a perspectiva da *differance* e da *enunciação* e afirmado a práxis revolucionária como via de existência para um sujeito (FAUSTINO, 2015).

Segundo Bhabha (1998), é nos “entre-lugares”, no interstício onde o individual e coletivo se cruzam, que ocorrem os processos de subjetivação, às vezes colaborativos, outras antagônicos, por intermédio de performatividades. As representações das diferenças se desatrelam de traços culturais e étnicos, pois *“os limites epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes - mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas”* e passam a ser negociados no contexto histórico entre os atores, realinhando a identificação advinda do resgate do passado/tradição à invenção no presente/modernidade (BHABHA, 1998, p. 24).

Desse modo, desessencializam-se as identidades e têm-se disputas internas nas comunidades a respeito de quem define o que, quem e como é representado o grupo. A intenção, diz Bhabha (1998) é romper com a linearidade e o binarismo classificatório como negro/branco, cima/baixo, passado/futuro, psíquico/social, indo em busca das discontinuidades, desigualdades, minorias, fronteiras, dissonâncias que derrubem o corporativismo cultural (tradição) e evidenciem o hibridismo das mesmas.



### 3.4 A mídia jornalística e a produção da representação

Bourdieu (1999) argumenta que o mal-estar social só se torna visível quando noticiado pela mídia, o que remete ao caráter de construção, ainda que não de invenção, do que é ou não noticiável. Diz o autor que, em se tratando de populações marginais ou desfavorecidas, as representações não procuram atender seus interesses, além de considerá-las incapazes de se exprimir em conformidade com a linguagem midiaticizável. E quando se permite que falem evidencia-se o caráter reproduzidor dos estereótipos e estigmas que as envolvem. Sobre os jornalistas, Bourdieu informa que estes têm por pretensão ser melhor uma evidência negativa do que o silêncio, criando notícias sensacionalistas que ignoram por exemplo que a violência dos “jovens delinquentes” é uma resposta contra violências constantes que sofrem.

Pensar sobre a mídia evidencia o quanto somos constantemente apresentados à uma infinita gama de informações em disputa de hegemonia pela condução de nossas atitudes e opiniões, engendrando efeitos de massa. Visando a ordem social, tais fenômenos de comunicação em massa tiveram maior explicitação após a II Grande Guerra Mundial, por conta de questões de dominação técnico-econômicas ou estatais. Na década de 1960, por intermédio da Sociologia e da Psicologia, passou-se a analisar a influência da mesma na formação da sociedade, como as ideologias atuavam como instrumentos de poder político engendrando determinadas representações sociais. Próximo à década de 1980 houve um salto do individualismo e psicologização, sendo por fim reforçadas algumas representações. Disso resulta que os meios de comunicação passaram a ser encarados como instrumentos de produção e coesão social, fabricando, reproduzindo e disseminando representações que reforçassem as imagens construídas que os grupos têm de si e de outros (ALEXANDRE, 2001).

No Brasil, o desenvolvimento da mídia de massas deu-se no período após o golpe militar de 1964, forjando-se uma expansão para uma alegada defesa da nação, unindo interesses militares e econômicos na promoção da tecnologia. Tal feito centralizou, como no resto do mundo, o controle das mídias em monopólio de algumas poucas famílias, estando o Grupo Globo entre os sete maiores grupos do “império da mídia” (COIMBRA, 2001).

Coimbra (2001) relaciona a mídia, principalmente a impressa, à manutenção de modos de existência hegemônicos de significação e interpretação do mundo, hierarquizando e decidindo quais assuntos devem ser de conhecimento do público, confinando todos à uma sociedade onde tudo – valores, estilos de vida etc – é jogado fora em nome de uma

representação, de uma identidade massificada e valores dicotômicos. Conforme aponta Njaine (2007), mesmo tendo sido tomadas iniciativas junto aos órgãos políticos e de comunicação intentando representações mais adequadas, proliferam ainda hoje na mídia cenas de violência sem tratamento crítico, gerando uma banalização de sua ocorrência, produzindo uma representação da juventude geralmente negativa e atrelada aos cenários sexo, violência e drogas. Enfatizam os efeitos nocivos e de risco da exposição à violência por parte de crianças e adolescentes.

Esta impressão é reforçada por Silva (2006), que apresenta o modo como os grupos jornalísticos produzem a representação da violência urbana no Rio de Janeiro, conforme o que chama de “*sensibilidade jornalística*”, noção, dada pela linha editorial, de que um fato é noticioso de acordo com a indicação de um colaborador ou por interesses político-econômicos dentre outros. Nos bastidores, evidencia-se não haver a pretensa neutralidade, objetividade e compromisso com a verdade apregoados pelos grupos jornalísticos, havendo antes uma hierarquização da noticiabilidade segundo interesses daqueles que têm o controle da publicação. A seleção, ênfase e exclusão no espaço da página onde as notícias são apresentadas depende da localização geográfica do público à que se destina. Assim, num jornal local da Zona Sul do Rio de Janeiro, um caso de bala perdida ocorrido no Catumbi (Baixada), após muito debate ganha um pequeno espaço no canto inferior da página inicial, tendo maior destaque uma matéria sobre uma liminar para passeios com pitbul no Leblon (Zona Sul). Além disso, a problematização da violência urbana é tratada de modo teórico, como sintoma de ausência do Estado, legitimando um discurso de tutela do jornal para com a sociedade, determinando o que os leitores podem ler e como interpretar. Correspondendo estas orientações ao modo específico segundo o qual é montado o jornal.

Champagne (1997) considera que a mídia produz falsos objetos, espetacularizando alguns acontecimentos e mantendo o foco na violência e na presumida falta de cultura por parte das populações marginais e menos favorecidas. Deixando de lado os processos globais envolvidos nas situações específicas, a mídia contribui para a estigmatização, principalmente de jovens “delinquentes” e imigrantes que chegam à metrópole, criando a visão de realidade que ela deseja ver.

Isso coaduna com o que Alexandre (2001, p. 112) aponta como objeto central da Psicologia Social e das Representações Sociais, qual seja: “*tudo que se refere à ideologia e à comunicação do ponto de vista da sua estrutura e função*”. Não somente o que mas como é divulgada alguma informação. Considerando como a mídia opera na difusão das novas representações sociais, atingindo o grande público com sua comunicação de massa e impactando os sistemas de pensamento e práticas sociais, vale atentar para o modo como os

jornais, revistas e demais mídias impressas se valem cada vez mais de tecnologias linguísticas que permitem ora dar impressão de aproximar-se e ora afastar-se do receptor, jogando com suas emoções dependendo de qual seja o público-alvo.

A pretensão de evidenciar a produção reflexiva de Fanon e explorá-la como método de análise constituem características que inscrevem esta pesquisa em aparente, senão ineditismo, pelo menos singularidade. Este fato traz a dificuldade de comparação com outros estudos de campo, embora algumas citações possam ser úteis.

Peres (2002) informa sobre o silêncio das fontes jornalísticas ao não-visibilizar a presença de homens negros em cursos noturnos de instrução primária entre 1877-1915, época ainda de transição para o término formal do período de escravidão no Brasil, na Biblioteca Pública de Pelotense no Rio Grande do Sul.

Para informar-se devidamente sobre os mesmos, Peres (2002) precisou recorrer ao cruzamento de dados de associações populares, carnavalescas, imprensa produzida por negros para desmistificar a representação de que o negro não estudava nem tinha educação formal no século XIX, e buscar os motivos pelos quais não constam produções dos mesmos em periódicos. Havia o que ela chamou de “*paternalismo racista*”, uma proteção caritativa em paralelo com a inferiorização dos negros (PERES, 2002, p. 100).

Na perspectiva do presente estudo sobre as representações relacionadas à questão das drogas ilícitas na mídia jornalística do Rio de Janeiro, investiga-se o que se omite ou se evidencia em conformidade com os interesses de espetacularização e criminalização dos sujeitos sociais envolvidos.

Indique-se que uma pesquisa semelhante à desenvolvida neste estudo sobre drogas ilícitas, foi realizada por Souza e Oliveira (2009), versando sobre “*Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de Salvador*”. A investigação tem por questão norteadora o modo pelo qual os meios de comunicação em massa de Salvador apresentam o fenômeno das drogas nos âmbitos de produção, comércio e consumo, fazendo uma análise documental e utilizando a perspectiva das representações sociais. Selecionou-se um jornal de circulação diária e analisaram-se durante 32 dias consecutivos um total de 97 reportagens, organizando-se os dados por data, publicação e uso de recursos jornalísticos que chamassem atenção para a manchete. Dentre os resultados encontrados está a evidenciação de dois importantes aspectos, o consumo e o tráfico, enfocando-se sua relação com a violência, lei seca, incômodo social, repercussões na saúde e apreensão das drogas.

Souza e Oliveira (2009) não utilizaram Fanon como referência. O estudo, contudo, apontou que a mídia retrata os jovens negros periféricos como tendo envolvimento direto com

o tráfico, enquanto os jovens brancos moradores de bairros nobres são apresentados como vítimas indiretamente envolvidas.

Em conclusão, destacam Souza e Oliveira (2009) que tais reportagens desconsideram o contexto social e econômico, além das motivações individuais ou questões psicológicas/psiquiátricas que levam alguns ao uso de drogas ilícitas. Dizem também os autores do estudo de Salvador que tais meios de comunicação, utilizando recursos de destaque em suas chamadas, reforçam a reprodução de desigualdades sociais e preconceitos. Sem problematizar adequadamente o consenso do que é considerado droga ou o seu uso, veicula-se a ideia de uma criminosa vinculação da mesma com a violência e outros estigmas. O que vem confirmar o poder de influência dos meios jornalísticos de comunicação de massa na reprodução social de valores e crenças.

## 4 Método

Em função das características específicas deste estudo, quando se pesquisa a aplicação de uma construção teórica como método de análise de documentos produzidos pela mídia, optou-se por uma descrição mais longa e detalhada do método. Considere-se, neste sentido, que a teorização funciona, em si, como procedimento de pesquisa, pelo que há, conseqüentemente, um conteúdo teórico, referente especialmente à representação e às formas de sua produção, que parece ser melhor localizado aqui, na seção referente ao método.

Minayo (2014) apresenta os métodos qualitativo e quantitativo, dizendo que o primeiro é o caminho que permite avaliar o significado e intenções de grupos, atores e instituições. Difere do método quantitativo que se baseia na objetividade das ciências positivistas.

No apontamento de Minayo (2014), como “caminho do pensamento”, método e teoria se integram em uma perspectiva epistemológica à criatividade do pesquisador.

Becker (1993), contudo, argumenta não haver tanta diferença entre os modelos, pois ambos procuram persuadir o leitor sobre os resultados apresentados. Diz ainda que, embora a divisão visasse facilitar a abrangência na investigação e análise dos dados, a mesma pode aprisionar o investigador e limitar sua capacidade para criar métodos novos que respondam às demandas de suas pesquisas.

Tal como nas ciências sociais, no campo das pesquisas em saúde têm-se pensado as interações de forma sistêmica, em oposição à seccionalização e unidimensionalidade positivistas, conforme Minayo (2014). Para a autora, trata-se, assim, dos objetos e sujeitos com ampla visão de sua complexidade, abrangendo os aspectos biomédicos e os sociohistóricos como constituintes da saúde e doença, desde que vivências e desigualdades constituem formas de relação e acesso diferenciados à saúde e doença.

Na pesquisa qualitativa, pensar tal interação ao mesmo tempo elimina o discurso falacioso de neutralidade científica, apresenta a objetividade e considera a participação e interferência do sujeito participante (tanto o pesquisado quanto o pesquisador), estudando as representações, as crenças e as diversas possibilidades de interpretações sob a ótica dos atores, das relações ou documentos, mantendo o rigor metodológico (MINAYO, 2014; GOLDENBERG, 2004).

Conforme Goldenberg (2004), o método qualitativo surgiu por oposição e como complemento ao modelo da *sociologia positiva*, segundo o qual todas as ciências deveriam ser estudadas em conformidade com as leis neutras e objetivas e os fatos sociais seriam assim explicados por outros fatos também sociais, independente de explicações psicológicas e

biológicas. O método qualitativo, diz Minayo (2014) iniciou sua trajetória pela *sociologia compreensiva*, lidando com emoções, valores e casos particulares em lugar de leis gerais, considerando o significado do comportamento do sujeito na ação, assumindo diversas outras variações nos dias de hoje.

Convém então frisar que este estudo faz uso do método qualitativo e da análise documental, visando identificar e evidenciar as “Representações relacionadas à questão das drogas ilícitas no noticiário de jornais do Rio de Janeiro à luz da teoria de Frantz Fanon”.

Sá-Silva et al. (2009, p.5) argumentam que “*pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos*”.

Para Cellard (2010), se o documento elimina parte da influência do pesquisador sobre o sujeito, permanece a necessidade extrema de cuidados na análise: saber quais são pertinentes, qual a credibilidade e representatividade, quais percepções e de quem e com qual fidelidade aos fatos.

Dado que os documentos são por si só incompletos, parciais e imprecisos, ainda de acordo com Cellard (2010), os mesmos devem ser tomados como se apresentam e avaliados na perspectiva de cinco dimensões: 1) o contexto em que foi redigido (política, economia, cultura) para que se evite compreendê-los anacronicamente; 2) o autor ou autores - quem fala, se em nome próprio ou de outros ou de grupos ou instituições, a posição assumida no discurso, as formações e deformações do ponto de vista, à quem se dirige e os possíveis interesses, ainda que anônimo; 3) a autenticidade e confiabilidade, verificando a procedência do documento, a relação dos autores com o que foi descrito, tempo entre o ocorrido e a descrição, se fala por si ou em nome de outros, sendo por vezes recomendável aprender o instrumento utilizado pelos autores na coleta de dados; 4) a natureza do texto, visto haver diferentes possibilidades de expressão em um relatório remetido ao superior e um diário pessoal, tomando-se assim contato com os ditos e subentendidos e a qualidade e condições das falas, considerando esse contexto e razões; 5) conceitos-chave, lógica interna, referentes ao sentido e significações dados aos termos conforme à época do autor.

Para Sá-Silva et al (2009) a análise documental, portanto, é completada com a produção ou reelaboração de conhecimentos, desdobrando outras maneiras de se compreender e interpretar o assunto investigado.

O estudo aqui apresentado é centrado na categoria de documentos públicos não-arquivados, posto envolver dois jornais editados na cidade do Rio de Janeiro: *O Globo*, com maior circulação no país, e o *Extra*. As publicações pertencem ao mesmo grupo empresarial, mas são, segundo indicação da própria empresa proprietária, dirigidos para segmentos sociais

diferentes: classes A e B e classes B e C, respectivamente.

Foi realizada a identificação das matérias publicadas pertinentes em pesquisa direta nos exemplares, que são disponíveis na internet, por meio de acesso pago; foi utilizada a análise de conteúdo, com a realização de suas etapas de leitura e filtragem, nos artigos que envolvem a temática definida para pesquisa, destacando-se os trechos relacionados; posteriormente, realizou-se a interpretação das matérias selecionadas, partindo-se de orientação fundamentada na produção teórica de Frantz Fanon. O trabalho reflexivo de Stuart Hall e Homi Bhabha, com sua perspectiva pós-colonial, e sua referência ao pensamento de Fanon, sustentou o tratamento das representações produzidas pela mídia.

Integraram este movimento conceitos fanonianos de epidermização, sociogênese, violência e contra-violência, dupla-consciência, objetificação do negro e do colonizado, complexo de inferiorização, humanismo revolucionário, no contexto do racismo e da colonização.

Foi feita pesquisa direta nos exemplares dos dois jornais digitais escolhidos: *O Globo* e o *Extra*. A busca foi realizada no buscador de acervo dos jornais, utilizando-se a palavra “drogas”, referente a um período de dois meses, Julho e Agosto de 2017.

O levantamento encontrou 421 matérias, sendo 259 (132 de Julho e 127 de Agosto) no jornal *O Globo* e no jornal *Extra* 162 (72 + 90). Desse montante, foram excluídas 122 (81 n’*O Globo* e 31 no *Extra*) por estarem fora dos critérios de seleção para o tema, apresentando duplicidade, referência a outras cidades ou países, drogas de uso medicamentoso, assuntos diversos em que alguém usava a palavra droga como interjeição. Do total, 299 apresentaram correspondência com o tema drogas ilícitas.

Um quadro com a indicação das matérias efetivamente citadas é apresentado no Apêndice I.

O período de publicação das matérias pesquisadas foi o dos meses de Julho e Agosto de 2017, período de ocorrência de conflitos intensos entre polícia e grupos de narcotraficantes, em áreas como Mangueira e Jacarezinho, quando também se discutia a intervenção de forças militares federais nas comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Após o levantamento, seguiu-se a leitura e a formulação de hipóteses e o material foi organizado segundo os seguintes critérios: quantitativo de reportagens dentro do período delimitado, referente ao tema; local de disposição da publicação e temática atribuída, se violência, saúde ou outra; presença ou ausência de termos remetendo à raça/cor/etnia, gênero, idade, e também classe social dos personagens apresentados; formulações frasais positivas ou negativas em relação aos mesmos; elementos simbólicos, como fotos e legendas; repetição e predominância ou ausência de alguma temática.

Diante do material organizado, avaliou-se que a análise seria mais adequada a partir dos recortes de unidades semânticas, situações e personagens que ilustrassem o tema. Passamos a destacar alguns dos discursos presentes em cada texto individualmente, reorganizados e dialogando com outros discursos, formando um panorama de onde emerge uma conversação com encadeamento lógico e fluido. Em consonância com o referencial teórico-crítico, foi possível ponderar e desvelar significados nem sempre evidentes. Assim, apresentamos frases e menções a personagens em situações envolvendo drogas ilícitas, ampliando quando não elucidado o contexto, de modo a apresentar nosso tema de pesquisa.

Na análise interpretativa procurou-se atravessar os conteúdos documentais por sucessivos exames, em busca de presenças e de omissões de interesse. As representações são elementos de ordem complexa de difícil apreensão.

Tenha-se em conta que o jornal, como fonte documental de pesquisa, apresenta peculiaridades importantes relacionadas à cultura. Neste aspecto, deve ser considerada sua posição como elemento informativo e dispositivo de controle e dominação.

#### 4.1 Jornais O Globo e Extra

Criado e fundado em 29 de julho de 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, junto com a equipe que o acompanhou na saída do jornal *A Noite*, o jornal *O Globo* teve seu nome escolhido em um concurso popular, seu criador falecendo poucos dias após o lançamento do primeiro número. Cinco anos após, seu filho, Roberto Marinho, assumiu o vespertino herdado e o transformou em jornal noticioso dos maiores e mais influentes do país e do mundo. Em 1944 a sede do jornal mudou de São Paulo para o Rio de Janeiro, e ao longo dos anos formou-se o conglomerado chamado *Organizações Globo* que conta com Rádio Globo, Editora Globo, Gravadora Globo, TV Globo e demais mídias.

No ano de 1995, em celebração aos 70 anos do jornal, *O Globo* passa por uma reforma gráfica, assumindo nova identidade visual e tipográfica, alterando a forma de apresentação das notícias. No ano seguinte, lança sua versão online. Com a passagem de Roberto Marinho e seus filhos dos cargos executivos para o Conselho de Gestão estratégico, em 1998, há nova mudança, a Empresa Jornalística Brasileira passando a chamar *Infoglobo*, tendo sob sua responsabilidade os jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*.

Diferente do jornal *O Globo*, que é direcionado para as classes A e B, abrangendo a população de todo o Brasil, o jornal *Extra*, criado em 1998, é orientado para as classes B e C com temas cotidianos sobre questões da cidade do Rio de Janeiro, também possuindo portal



online. Ambos são jornais de tiragem diária.

Em agosto de 2011, as *Organizações Globo* divulgam seus Princípios Editoriais, onde apresentam os valores e crenças do Grupo, constando na página intitulada História Grupo Globo, que o mesmo se empenha

*“na contribuição da atividade jornalística para a construção de uma sociedade democrática, para a garantia das liberdades individuais, da livre iniciativa, dos direitos humanos, da república, do avanço da ciência e da preservação da natureza.”*

Passando por nova transformação, em 2014, as Organizações tornam-se o *Grupo Globo*, relançando um documento do ano 2000 apresentando sua visão, missão e princípios, chamado Essência Globo. Nele expressam o desejo de veicular conteúdo que contribua para a educação e constituição dos indivíduos e comunidades, impactar positivamente a sociedade, valorizar a diversidade, assim mantendo sua própria essência e identidade.

#### 4.2 Análise de Conteúdo

Conforme postulado por Bardin (2016), *análise de conteúdo* é um conjunto de instrumentos e técnicas, aplicados à interpretação, que oscila entre objetividade e subjetividade. Tem por objetivo revelar um discurso oculto e, segundo Minayo (2014) é parte de uma busca teórico-prática nas áreas de pesquisas sociais que historicamente procuram tornar replicáveis e válidas as suas inferências.

Tal como a hermenêutica, a retórica e a lógica, nos diz Bardin (2016), a análise de conteúdo revela o discurso simbólico e polissêmico.

O primeiro nome associado à análise de conteúdo surge em 1915, H. Lasswell, que fez análise de imprensa e propaganda, conforme diz Minayo (2014). Bardin (2014) aponta que a prática segue independente da linguística por anos, devido a esta trilhar um percurso funcionalista e estruturalista. Foi usada na análise de jornais e periódicos suspeitos de serem subversivos durante a Segunda Guerra Mundial, investigando referências favoráveis ao inimigo, servindo para busca de emissões nazistas. Segundo Bardin (2014) e Minayo (2014), ao longo das décadas de 1940 e 1950 os temas rompem em diversificação, desde literatura à análise de personalidades, tendo por diferencial uma maior sistematização da técnica com a inclusão de estatísticas sobre as informações obtidas, para dar maior objetividade, seguindo o

modelo do norte-americano B. Berelson.

Após longo tempo de estagnação, ao final da década de 1950, áreas de saber como a psicologia, psicanálise, antropologia, linguística, ciência política, relacionam-se com a análise de conteúdo intentando-se o aperfeiçoamento da técnica. Dizem Bardin (2016) e Minayo (2014) que desenvolvem-se dois modelos da comunicação: o *instrumental*, analisando o contexto e circunstâncias em que as palavras foram ditas, sendo representado por A. George e G. Mahl; e o *representacional*, analisando a frequência dos itens léxicos presentes, sendo representado por G. E. Osgood.

Em meio ao debate sobre suas características percebeu-se que seu enfoque é menos quantitativo (focado na descrição e *frequência*) e mais inferencial (*presença* ou *ausência*, por exemplo), qualitativo. Conforme Bardin (2016) e Minayo (2014), o uso de uma abordagem qualitativa permite elaborar hipóteses precisas sobre as variáveis, enquanto que a outra abordagem permite precisar os dados estatisticamente. O recurso à informática e ao computador trouxe novas possibilidades para a análise de conteúdo.

Assinala Minayo (2014) que a análise de conteúdo visa ultrapassar o sentido superficial dos enunciados, estabelecendo relações entre as estruturas semânticas do material e as estruturas psicossociais, contexto, processo de produção da mensagem. A autora aponta que a análise de conteúdo possui duas funções que se dissociam ou se complementam: uma heurística, enriquecendo a descoberta; e outra, de administração da prova, confirmando ou não a validade de afirmações e questões hipotetizadas.

Bardin (2016, p. 42) descreve a análise de conteúdo como

*“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.*

A descrição analítica, tanto do significado (tema) quanto do significante (léxica), no entendimento de Bardin (2016) e Sá-Silva et al. (2009), atua conforme as regras de categorização e de fragmentação da comunicação no tratamento da informação. A análise deve ser homogênea, exaustiva, exclusiva, objetiva, adequada e pertinente. O analista deve atentar para as *unidades de codificação* (registro) – a frase, o minuto, o centímetro – e *unidades de contexto*. Uma primeira etapa pode ser a busca de objetividade e racionalização taxonômicas, análise de contingência e estrutural.

Moscovici (1978), tratando especificamente da análise de conteúdo da imprensa, diz

que, tendo-se previamente selecionado nos jornais os artigos pertinentes ao tema, seguem-se duas etapas. Primeiro verificar algumas de suas hipóteses, elaborando um roteiro para conhecer: tamanho, rubrica, modo como está descrita a questão enfocada - no caso, a representação do jovem negro usuário de drogas – buscando atitudes, aspectos e objetivos destacados ou omitidos a respeito da mesma e classificar: a) *número* de artigos, espaço reservado, quadro onde fora publicado; b) *termos* em que fora apresentada; c) *temas* repetidos a seu respeito; d) *relações* entre os temas; e) *avaliação* dos temas e da representação do jovem negro usuário de drogas. Segundo destacar de cada grupo de jornais *esquemas de mensagens*, elementos ou construtos de comunicação, baseados em *asserções* significativas que permitam representar as conexões lógicas e simbólicas, explícitas ou não, em um discurso sobre a representação do jovem negro usuário de drogas. Após descobertas, são *organizadas* as relações, e então *ponderadas*.

A respeito das modalidades de análise de conteúdo, Bardin (2016) e Minayo (2014) apresentam alguns modelos como a *análise lexical*, a *análise de expressão* e a *análise temática*. Na análise lexical faz-se a contagem das palavras, eliminando as de pouco interesse, em busca do sentido do texto. A análise de expressão trabalha a correspondência entre as espécies de discursos e os traços de seus autores e contextos socioculturais.

Para este trabalho foi escolhida a modalidade de análise temática, segundo a qual o tema é uma unidade representativa de um determinado assunto, encontrando-se núcleos de sentido que denotem relevância sobre o discurso.

Bardin (2016) então organiza análise de conteúdo em três etapas ou fases: a) pré - análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para Minayo (2014) a pré-análise é a fase de organização e operacionalização das ideias iniciais, na qual escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses e objetivos, e elaboram-se indicadores que fundamentarão a interpretação. É a fase de delimitação das unidades de registro (palavras-cheve, frases), unidades de contexto (do registro), recortes, categorização, modos de codificação e conceitos teóricos. Conforme Bardin (2016), fazem parte desta fase: a) *A leitura flutuante*, um primeiro contato com o documento; a *escolha do documento*, que obedece algumas regras, como: a da *exaustividade* e da *não-seletividade*, segundo às quais nenhum documento deve ficar de fora; a da *representatividade*, que a amostra seja representativa do universo inicial e possa ser generalizável; da *homogeneidade*, que os documentos caibam nos mesmos critérios; e da *pertinência*, adequação ao objetivo pretendido. b) *A formulação das hipóteses e dos objetivos*, da afirmação que se pretende confirmar ou não com base nos conhecimentos detidos, e a finalidade proposta. Pode-se partir de *procedimentos exploratórios*, quando não há quadro de análise pré-determinado, o que

permite partir do próprio texto para apreender o significado; ou de *procedimentos fechados*, quando o quadro empírico ou teórico de análise é um *à priori*, à partir dos quais se procura formular hipóteses ou questões, conforme mecanismos de indução. c) *A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores*, o texto contendo índices e sua organização revelando os indicadores. d) *A preparação do material*, conservação de gravações, edição do texto etc.

Na fase de exploração do material, Minayo (2014) mostra que administram-se as decisões tomadas, codificação, desconto ou enumeração, em conformidade às regras estabelecidas na fase anterior. É a mais longa, visando guiar a operação classificatória para atingir a compreensão do discurso. Essa *codificação* é a transformação, o tratamento dos dados brutos do texto visando convertê-los em unidades que podem tornar-se índices. Tal organização, diz Bardin (2016), obedece aos critérios de: recorte das unidades; enumeração, escolha das regras de contagem; e classificação e agregação, escolha das categorias.

Bardin (2016) aponta que para o recorte devem ser observadas: a *unidade de registro*: usando por exemplo unidades *semânticas* (tema) ou *linguísticas* (palavra, frase), onde, em análise de conteúdo, a escolha é sempre de ordem semântica, ideias constituintes, núcleo de sentidos, sendo frequentemente utilizada para estudar motivações de atitudes, opiniões, crenças, tendo por base inquéritos, testes; o *objeto* ou o *referente*, recorte em função de temas eixo, organizando e agrupando o discurso em redor dos mesmos; o *personagem*, em função das características ou atributos como caráter, estatuto social, idade etc.; o *acontecimento*, caso sejam relatos ou narrações, em que estes serão recontadas por meio de unidades de ação; o *documento*, filme, artigo, entrevista. E a *unidade de contexto*: unidade de compreensão que remete ao sentido da mensagem codificada em registro, sendo importantes para análise de contingência e análise avaliativa, obedecendo os critérios do custo e da pertinência.

O *critério de enumeração* refere-se à *presença* (ou *ausência*) de elementos; à *frequência*, que quanto maior demonstra mais a importância do elemento; à *frequência ponderada*, para quando houverem elementos cuja importância seja maior que outros; à *intensidade*, para valores quantitativos de atitude e ideológicos, fazendo uso da intensidade (semântica) verbal, tempo verbal (futuro, condicional, imperativo), advérbios etc; a *direção*, para valores qualitativos de favorável/desfavorável/neutro, pequeno/grande etc; à *ordem* de aparição de um registro; à *coocorrência* (análise da contingência) de duas ou mais unidades de registro em uma unidade de contexto, permite reconhecer a *distribuição* e a *associação* (associação, equivalência ou oposição) de elementos no texto (BARDIN, 2016).

Para melhor efetuar as análises pode-se recorrer à *categorização* de elementos pertencentes a um conjunto, em classes, de acordo com características comuns, procedendo-se ao *inventário*, isolamento dos elementos, e à *classificação*, a imposição de certa organização

aos mesmos. Obtém-se ao final uma categorização que é fruto do reagrupamento das anteriores, sendo características as seguintes qualidades: *exclusão mútua*, inexistência de repetição de elementos; *homogeneidade*, separação em diferentes níveis de análise; *pertinência*, refletir as intenções e estar adequada; *objetividade e fidelidade*, definir e precisar as variáveis e índices; e *produtividade*, fornecimento de resultados úteis (BARDIN, 2016).

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016) e Minayo (2014), trabalha vestígios e evidências visando abarcar a determinação das *condições de produção* dos enunciados, articulando entre a *superfície dos textos* (estruturas semânticas ou linguísticas) e os *fatores que determinaram as características* deduzidas (estruturas psicológicas ou sociológicas).

#### 4.3 Representações: em Stuart Hall e Homi Bhabha

Para a pesquisa do material e sua análise é fundamental considerar o conceito de representação que, no contexto específico do estudo, como já foi afirmado, é remetido às construções reflexivas de Stuart Hall e Homi Bhabha, em correspondência com a teorização de Frantz Fanon.

Nesta perspectiva, referentemente à relação colono-colonizador os discursos são identificados e analisados inicialmente pelo método de análise de conteúdo. São estudadas as publicações referentes aos meses Julho e Agosto de 2017.

A pós-colonialidade expressa a relação de remanescência da “neocolonialidade”, apresentando seu caráter contingente à modernidade, descontinuado, culturalmente híbrido e performático (BHABHA, 1998). Partindo-se da linguagem como meio pelo qual damos sentidos e significamos (construímos signos e símbolos, sistemas de representação de conceitos, ideias e sentimentos) nossas práticas sociais, procura-se demonstrar como a mesma regula, organiza e influencia as condutas, o senso de pertencimento, a noção de identidade e as relações cotidianas, constituindo o que denominamos cultura.

O sentido das práticas é produzido de modo a “*restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos (...) [sendo] constantemente elaborado e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte*” (HALL, 2016, p.22).

“*A linguagem é uma prática significativa*” (HALL, 2016, p.23), e por isso ela e a cultura são processos discursivos que constituem e fazem circular diferentes formas de representação presentes num determinado “circuito cultural” em determinado contexto histórico. Define-se, por essa via, o que é ou não viável enquanto conhecimento e prática,

evidenciando o caráter político das mesmas.

Hall (2016) distingue três tipos de abordagens linguísticas: a) a reflexiva, que pressupõe haver significado preexistente; b) a intencional, cujo significado é dado pelo que pretende o enunciador; e c) a construtivista, na qual o significado é construído na e por meio da linguagem nas relações.

O trabalho de Hall tem como processo-chave o conceito de *representação*, o elo de conexão entre o sentido e a linguagem com a cultura, simbolizando ou descrevendo, expressando algo sobre o mundo (HALL, 2016). A representação nos afeta e ao mundo: produzindo significados a partir dos conceitos mentais que expressamos através da linguagem. Na perspectiva de seus dois principais processos ou dois *sistemas representacionais*: a) *conceitos* ou representações mentais, que são a maneira de organizar, agrupar e classificar, formando “mapas” que constituem um sistema de equivalências entre as coisas e os pensamentos; e b) *linguagem*, signos que permitem a comunicação e tradução para outros de nossa forma de organização (conceitos), a representação estabelece um elo em comum de sentidos. Logo, a representação liga esses elementos, permitindo que nos comuniquemos com outros que possuem o mesmo “mapa”, ou seja, que pertencem e compartilham de uma mesma cultura e forma de interpretar os signos, conclui (HALL, 2016).

Ressalta Hall (2016) que a relação signo-conceito-objeto é arbitrária, posto serem construções; desse modo, o *sentido* é definido pelo *sistema representacional*, pelo código (cultura) que determina a relação entre o conceito (árvore) e o signo (letras A, R, V, O, R, E, nesta sequência) linguístico que mantém a representação. Evidencia-se, portanto, que os significados não estão contidos nas coisas ou palavras, mas que são construídos e comunicados por meio das convenções sociais, culturais e linguísticas para serem interpretados por aqueles que detenham alguma parte de seu significado – e este mostra-se relativo (HALL, 2016).

Ainda assim, segundo Hall (2016, p. 39), posto não ser completamente fixo, “à medida que a relação entre o signo e o seu referente se torna menos clara, o sentido começa a deslizar e a escapar de nós, caminhando para a incerteza”, podendo por isto mudar conforme o tempo. Depreende-se então que o sentido é dado por práticas significantes que o produzem e fixam objetos em seus significados.

Hall (2016), nos moldes de Fanon, apresenta a divisão da linguagem, em duas partes. Uma, a *parole*, a estrutura superficial da linguagem, os atos de fala; e a outra, a *langue*, a estrutura profunda, versando sobre as regras e códigos gerais do sistema de linguagem compartilhado pelos usuários para gerar comunicação. Esta segunda considerada a parte social da linguagem.

Hall (2016) rompe com a estrutura fixa da relação formal entre significado e significante (a imagem) explorando a representação, pelo que cita Michel Foucault, pelo viés da produção de *discursos*, do *poder e conhecimento*, e da problemática do *sujeito*, ou seja, das relações de poder. Tais relações de poder são sistemas de representação pertencentes à uma *formação discursiva* que contém os seguintes elementos: enunciado sobre o saber/conhecimento; prescrição/exclusão em determinado período histórico; sujeito personificador do discurso; autoridades, verdades; práticas normativas; ciência de que outra *episteme* virá posteriormente.

Este modo de operar a representação a historiciza, mas, segundo Hall (2016), Foucault não reduz, diferente de Marx, a questão à classe e economia, porque antes via a questão das relações entre poder e conhecimento atreladas ao controle dos corpos, à regulação das condutas sociais. Tal se dá por meio dos *regimes de verdade*, os tipos de discursos que são categorizados como possuindo poder, com tecnologias e estratégias para operar seus efeitos na realidade.

O poder circulando nas fímbrias periféricas dos fatos, na *microfísica*, em seu enraizamento desde baixo, não sendo projeção ou reprodução, mas uma capilarização que internaliza o poder do opressor no oprimido e o faz circular, inscrevendo os regimes de verdade nos corpos e condutas.

A *representação*, reflete Hall (2016) é o processo pelo qual se dá a criação, apropriação e uso da linguagem pelos membros de uma cultura. Produzem-se *sentidos* pela relação entre o mundo sensorial, conceitual e signos, ou seja, pela prática de *interpretação* do *código* cultural/linguístico. Assim, a análise das *práticas discursivas*, visa identificar de que modo os *regimes de verdade* atuam na formação de sujeitos, saberes e poderes.

Em Homi Bhabha (1998), o afastamento das categorias básicas – gênero, classe – culminou num momento de trânsito, movimento, “além”, “pós”: *au-delà* – aqui e lá. Tal mo(vi)mento é caracterizado pela consciência de posições do sujeito – raça, gênero, localidade geográfica – no tangente às formações identitárias. Não de modo subjetivo, mas dos processos e articulações culturais envolvidos nos mesmos. Desse modo, o presente não mais se mostra pela relação com o passado ou futuro, mas sim por suas descontinuidades, pelas minorias.

Bhabha (1998), citando Fanon, enfatiza a importância da recuperação das histórias nativas para os subordinados, alertando sobre o cuidado que se deve ter com a fixidez nas raízes do passado. Do estranhamento do passado advêm o hibridismo e o estar “entre-lugares” da performance subjetiva. Performatividade híbrida, mas sem abolir os discursos identitários, apenas ressignificando-os conforme o momento presente, em constante devir.

Tal estranhamento, no dizer de Bhabha (1998, p. 31), “*torna visível o esquecimento [ou recusa] do momento do 'estranho'*” e perturba a simetria apresentando uma temporalidade intervalar e uma discursividade fronteira, mostrando a interioridade pelo exterior, o “novo” que está à parte o passado e o presente.

Bhabha (1998) afirma só existir saber no interior da representação, onde se estabelece a negociação ou tradução como a articulação entre opostos-contraditórios. Com isso temos algo que não é uma afirmação nem uma negação, nenhuma verdade ou essência, mas algo apolar, existente entre, *o novo*. A negociação “*reconhece a ligação histórica entre o sujeito e o objeto da crítica*”, sendo uma espécie de camuflagem, subversão, e estando em constante tensão na manutenção das identidades flutuantes que procura sustentar (BHABHA, 1998, p. 52).

Nesse sentido, Bhabha (1998, p. 54) argumenta que “*não existe verdade política ou social simples a ser aprendida, pois não há representação unitária de uma agência política, nenhuma hierarquia fixa de valores e efeitos políticos*”.

Para Bhabha (1998) seria possível uma articulação/hibridação entre a unidade da classe trabalhadora e as culturas étnico-raciais, de gênero, de trabalhadores desempregados. Desse entrecruzamento emergiria uma alternativa teórico-política/prática ao enrijecimento da ideia de classe em si, já que tal identidade é inviável, porque remete, por exemplo, ao trabalhador, sindicalizado, homem e branco.

Pensando estratégias de representação, Bhabha (1998) indaga como seria possível fixar uma contra-imagem (dividida e fragmentada, da hegemonia socialista) diante da hegemonia atual, sem com isso criar uma tela dividida. E responde que é justamente apagando as fronteiras desse binarismo, a oposição teoria e política/ativismo, desconstruindo o momento presente. Nesse intervalo há espaço para emergência do sujeito que não é nem uma coisa, o colonizador com sua linguagem e palavra divinas, nem outra, o nativo com seus signos próprios, mas “*catequistas nativos, que traziam consigo suas próprias ambivalências e contradições culturais e políticas, muitas vezes sob grande pressão de suas famílias e comunidades*” (BHABHA, 1998; p.62).

A construção acima se apoia na descrição da diferença cultural, processo de enunciação e produção de identificações culturais, em lugar da diversidade cultural, onde a cultura aparece como objeto de conhecimento ético, estético, etnográfico, de onde emergem signos que podem ser intercambiáveis entre culturas. Bhabha (1998) acrescenta que a enunciação da diferença cultural visa lidar com a questão da maneira pela qual a significação do presente se dá por meio de uma tradução de um passado que não é uma memória fiel, mas uma estratégia de representação vinda de uma “zona de instabilidade oculta”, nas palavras de



Fanon.

Para Bhabha (1998) não há culturas originais unificadas ou fixas, identidades ou nações ou povos, senão reinterpretações que fazem emergir esse Terceiro Espaço, o híbrido, negociações em um *entre-lugar*.

Adentrando o tema da condição histórica colonial e das representações de negro e branco, Bhabha (1998) retoma Fanon ao dizer que isto explicita a incerteza psíquica que a relação colonial impõe. Da fenda emergem três situações, responsáveis pelo processo de identificação: o existir colonial como dado em relação à alteridade; o lugar ambivalente do que não é o colonizador nem o colonizado, mas o diferente daqueles que são diferentes; a identificação como produção e assunção da mesma.

O estereótipo passa por uma fetichização, uma fixação e recusa da diferença do sujeito numa falsa representação da realidade. É este dispositivo de discurso colonial que sustenta o racismo, impedindo ao significante “raça” circular fora da noção de “diversidade”, deste modo postulando equivalências, semelhanças e outras designações imaginárias do que seriam os valores de um povo e também, pela ausência, do que não é classificado e, portanto, repudiado e negativado sobre o mesmo (BHABHA, 1998).

A mímica, por seu turno, é indeterminada, parecendo ser quase o mesmo, porém sem exatidão; ela fixa o sujeito apenas parcialmente, mostrando-o entre o conhecido e o permitido. Fazendo uma metonímia da presença, simula a presença branca e a semelhança negra, desautorizando e desestabilizando a autoridade do discurso colonial. *"Para ser fiel, é preciso aprender a ser um pouco infiel – crescer um pouco fora do tom. Mas, o quanto pode-se ser infiel? Eis a questão colonial"* (BHABHA, 1998, p. 196).

Cria-se a duplicidade da identidade pela possibilidade e impossibilidade: presença da ausência, num *"embate crucial entre máscara e identidade, imagem e identificação, do qual vem a tensão duradoura de nossa liberdade e a impressão duradoura de nós mesmos como outros"* (BHABHA, 1998, p.102).

A identidade resta numa imagem que não se fixa por ser imagem, por serem ambos fenômenos fendidos, firmados pelo deslocamento e negação, representando no presente algo que está ausente. Por isso, retoma Bhabha (1998) a pergunta de Fanon *"o que quer um homem negro?"*

A resposta é que o homem negro quer se confrontar com a alteridade, o que lhe é negado pela psiquê colonial. Esta lhe apresenta a possibilidade e a impossibilidade simultaneamente, e *"é esta estrutura da diferença"* que vem a produzir *"o hibridismo de raça e sexualidade no discurso pós-colonial"* (BHABHA, 1998, p.88).

#### 4.4 Critérios éticos do estudo

A pesquisa envolve material publicado em jornais de grande circulação, dispensando assim o exame pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/FIOCRUZ.

## 5 Apresentação e discussão de resultados

Pertencentes ao mesmo Grupo Empresarial, o material dos dois jornais apresenta mais diferenças do que semelhanças, percebendo-se que são poucas as matérias repetidas nos dois jornais, às vezes na íntegra, mas em linguagem mais direta no *Extra*.

Tal como é explicitado pela apresentação dos jornais divulgada pela empresa proprietária, onde se definem as “classes” para as quais os distintos jornais são dirigidos, o *Extra*, em comparação com *O Globo*, apresenta não apenas linguajar mais imediato, como também fornece informações mais variadas em maior número referindo-se ao tema abordado, à temática sobre drogas. Possivelmente por tratar especificamente das questões referentes ao Rio de Janeiro. Embora presente em ambos os jornais, em tópicos como saúde, arte, educação, esportes, dentre outros, o *Extra* aborda em mais quantidade as diferentes perspectivas e cenários onde se apresentam usos e abusos de drogas ilícitas, oferecendo maior gama de exploração do assunto para além da perspectiva da violência e do tráfico de drogas, desatrelando-se o foco constante das questões de segurança pública, ainda que este predomine.

A análise do material foi orientada na perspectiva de nossa leitura da teorização produzida por Fanon e de sua inscrição como fundamento para os autores pós-colonialistas Stuart Hall e, principalmente, Homi Bhabha, em função da maior influência do pensamento de Fanon explicitada por este último. Nesta composição, que orientou a análise das publicações, destacam-se, como já mencionado, os conceitos fanonianos da sociogênese, do complexo de inferiorização, da epidermização, da dupla consciência e da objetificação do negro; a proposta de um humanismo revolucionário e a questão da violência e contra-violência. Como já apontado nesta dissertação, o pensamento de Fanon repercute no pensamento de Hall, nos conceitos de representação, cultura e linguagem, circuito cultural, complexos psíquicos e identidade; e em Bhabha em conceitos como diferença e diversidade cultural, ambivalência e hibridismo, negociação/tradução, estereótipo, mímica e fetiche, e terceiro-espço. A menção de Hall e Bhabha ao âmbito da tradução cultural pode ser remetida também à influência de Fanon.

Dentre o total de manchetes analisadas no período pesquisado, raras apresentavam mulheres como autoras ou participantes de algum crime, tendo ou não relação com questões envolvendo drogas ilícitas (três reportagens). Assim, é possível dizer que encontramos dados que corroboram a predominância da figura masculina nos crimes envolvendo tráfico de drogas ilícitas, em acordo com as estatísticas consultadas sobre o assunto.

Observa-se que ambos os jornais pouco descrevem a(s) pessoa(s) envolvida(s),

frequentemente utilizando os termos homem e jovem como similares (tenha a pessoa 18 ou mais de 29 anos), sem jamais também mencionar raça/cor/etnia nem sua classe de origem, tendo-se, quando possível, que buscar identificações por meio de imagem ou referência de algum bairro indicado como residência, e/ou a ocupação da pessoa.

Algumas vezes constava a idade nas matérias estudadas, em outras fazia-se referência à “menor”, “jovem” ou “homem”, quando não apenas constava o nome e/ou foto do aprisionado. Alguns dos casos relatados diziam respeito aos chefões do tráfico de drogas, inferindo-se a possibilidade de serem homens de mais idade.

Estas ausências, ou omissões, observadas constituem um achado relevante da pesquisa, principalmente no que diz respeito à raça/cor/etnia, restando a nós, a este respeito, a oportunidade de construir inferências e interpretações a partir de dados indiretos ou fotos. Ainda que isto possa algumas vezes dizer de uma atitude respeitosa para com a população exposta, o fato observado parece, antes de tudo, revelar o preconceito que no Brasil se insiste em ocultar. A ausência da informação pode significar que o não dito, assim o é porque é desnecessário informar o “óbvio”, já que os personagens e protagonistas seriam já e sempre “bem conhecidos”.

Vale ainda lembrar neste sentido que, como aponta Streva (2015), a partir de Fanon, a invisibilização do oprimido tem a ver com o modo como este é visto, representado, na relação de dominação.

Esse aspecto da análise por si só demonstra o modo como o racismo se apresenta em nossa sociedade brasileira, expondo o que Fanon (1980) nomeou *discurso colonial*. Diferente de outros países nos quais negro é qualquer um de descendência africana, independente da tonalidade de sua pele, no Brasil estipula-se uma “escala” colorimétrica, determinando como negro quem tem a pele o mais preta possível e que tenha os traços fenotípicos considerados negróides (SCHWARCZ, 2012)

Vale ressaltar que esse é justamente o ponto em que se centram os debates sobre miscigenação e brasilidade, com argumentos que buscam negar o racismo e afirmar uma falsa democracia racial. Tal argumento, de que essa mistura tornaria todos os brasileiros em pessoas negras e vice-versa, e por conta disso, não haveria mais racismo, ignorando-se que, em grande parte, a própria miscigenação é fruto desse racismo, pois se deu com base em relações não consentidas, ou seja, no estupro de mulheres africanas e indígenas (NASCIMENTO, 2017). Por tal razão, os personagens que aparecem nas reportagens estudadas foram escolhidos com base nos mesmos dispositivos que embasam as escolhas que de fato são feitas por parte daqueles que sabem “quem é negro” na hora de efetuar uma prisão, ou seja, cor da pele e traços fenotípicos.

Como tópico propositivo, levanta-se aqui a possibilidade de que os meios de comunicação jornalísticos adotassem a prática de inserir em suas manchetes, além da informação sobre gênero e idade, também classe social e a raça/cor/etnia das pessoas apresentadas. Apesar da necessidade de transmitir a mensagem o mais rapidamente possível, isso adicionaria informação de maior qualidade ao invés de grande quantitativo de informação vaga, que leva a leituras preconceituosas.

A análise foi subdividida em tópicos referentes à terminologia fanoniana, entremeando-se o discurso jornalístico e as explicações conceituais. Isso permite um diálogo mais fluido do que a menção cronológica dos temas abordados nas manchetes.

Procuramos inscrever as notícias examinadas nesta ordenação, mas é possível notar como, cronologicamente, o discurso dos jornais constrói um cenário onde se nota a constante e crescente apresentação/representação da precarização das forças policiais cariocas, um cenário de corrupção e violência envolve os cidadãos (das zonas menos nobres) que vivem as situações reveladas. Em paralelo, a participação das forças federais nas incursões de inteligência e estratégia deve ser bem recebida por parte de leitores, em grande parte das classes médias, das áreas mais nobres da cidade; e, certamente, por parte também da população mais pobre onde, diante da falta e na precariedade, tenha se instalado a racialização e, na ambivalência do desejo de identificação com o opressor, tenha se interiorizado a inferioridade, no processo de “epidermização”, dando sentido à teorização crítica de Fanon (2008). Em suma: constrói-se a representação de um cenário de guerra no Rio de Janeiro onde as forças policiais não cumprem seu papel e há necessidade de intervenção militar federal.

Sobre esse reforço militar nas ruas, a matéria do jornal *Extra* (30/07/2017, pág.3, Geral – Tropa Federal no Rio) relata haver apoio por parte dos moradores das áreas nobres na Zona Sul, e algum apoio e muita desconfiança entre os moradores das áreas policiadas, como a Zona Norte. Desse modo, o jornal *Extra*, na edição do dia 17 de Agosto (pág.3, Guerra no Rio), apresenta depoimentos de diversas categorias de pessoas no que intitula “desabafo em meio à guerra”. Dentre outros, o ex-comandante das UPPs e pesquisador da UERJ Robson Rodrigues diz que o que se têm vivenciado no Rio, ainda que na conceituação de análises políticas não caiba a terminologia, são práticas de guerra que acarretam nos resultados de uma guerra. Complementa que, não sendo isso o esperado de uma democracia moderna, isso deve ser estranhado ao invés de naturalizado.

Podemos concordar com o pensamento do fundador da Agência de Notícias das Favelas, André Fernandes, em depoimento à mesma edição do jornal e pensar a potência e importância da representação veiculada pela mídia sobre seus receptores, dado a insistência

em enfatizar um cenário de guerra, em editoriais como o intitulado “*Guerra no Rio*” (*Extra* - 17/08/2017, pág.3) ou “*Força contra o crime*” (*O Globo* – 29/07/2017, pág.12, Rio – Força contra o crime). De acordo com André, “*Criar uma editoria que afirme que estamos em guerra só ajuda a justificar o que a polícia sempre fez, porém com o aval da imprensa: atira primeiro, pergunta depois (...) porque numa guerra atrocidades se tornam justificáveis por um ‘bem maior’.* Não consigo ver um bom final para essa situação se a própria imprensa corroborar com esse termo” (*Extra*, 17/08/2017, pág.3).

Vale dizer que, analiticamente, em uma guerra é necessário que se identifique quem são os aliados e quem são os inimigos, pelo que nos cabe perguntar diretamente: neste contexto descrito, quem são os inimigos? A polícia? A população? O “sistema social”? Onde, enfim, deve se situar o leitor diante da descrição dos fatos? Ele faz parte da “guerra”?

Tal situação remete aos relatos de Fanon (1979, p. 59) sobre a Argélia e a participação dos jornalistas na evidenciação, por meio de artigos e de fotografias, de que tudo anda mal na ex-colônia desde a saída física dos colonizadores. Diz ele:

*“Ora, quando um jornalista ocidental nos interroga, raramente o faz para nos prestar um obséquio. Na guerra da Argélia, por exemplo, os repórteres franceses mais liberais não cessaram de empregar epítetos ambíguos para caracterizar a nossa luta. Quando lhes reprochamos a atitude, respondem com tãda a franqueza que são objetivos. Para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra êle. Compreende-se igualmente êsse nôvo tom que subverteu a diplomacia internacional na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1960. Os representantes dos países coloniais foram agressivos, violentos, arrebatados, mas os povos coloniais não acharam que êles exageravam. O radicalismo dos porta-vozes africanos provocou a supuração do abscesso e permitiu enxergar melhor o caráter inadmissível dos vetos, do diálogo dos Grandes e sobretudo o papel íntimo reservado ao Terceiro Mundo.”*

Isso parece remeter ao que Stuart Hall (2016) chamou de *circuito cultural*, restrições que mantêm e fazem circular discursos sobre o grupo/etnia dentro de identidades limitadas, gerando representações dos mesmos dentro de um contexto específico.

Enquanto na metrópole há necessidade de mascaramento em fachadas de democracia ou nacionalismo, na colônia se tem a violência legitimada e aplicada sem restrições. Podemos considerar como metrópole, no Brasil, em específico no Rio de Janeiro, o contexto das áreas eleitas como nobres e de ordem, onde há comoção quando a violência surge como um evento indesejado e que exige reparação. Por outro lado, as áreas tidas por coloniais seriam, respectivamente, as áreas de comunidades, onde os *intermediários da violência*, policiais,

soldados, têm total liberdade de atuação, pois a colônia é negra, indígena, o estrangeiro, o mal, o Outro. Tudo isso se dá por meio da linguagem, seja ela a violência bruta ou simbólica, determinando quem é superior e portanto branco e detentor do direito à opressão, e quem é inferior, e logo, oprimido (FANON, 1979; HALL, 2016).

O espaço do Rio de Janeiro é, numa perspectiva muito evidente, aquele da metrópole compartimentada, onde se inscrevem espacialmente as “zonas do ser” e as “zonas do não-ser”, e nestas últimas está o negro, aquele que Fanon (2008) revela que “não é”. Reportemo-nos, neste sentido, também à Homi Bhabha, quando, desde sua experiência como participante da elite indiana local, como refere Souza (2004), denuncia a máscara da hipocrisia do colonialismo britânico, que alardeava a prática da democracia liberal na metrópole e sufocava em violenta e perversa opressão a Índia, a colônia.

O Rio de Janeiro, na apreciação de Ramos (2011, p. 41), é a cidade em que “*áreas desenvolvidas, abastadas e reguladas por normas democráticas*” convivem “*lado a lado com áreas de controle de grupos armados*”, segundo normas impostas por “*ditaduras de traficantes ou milicianos*”, onde não são assegurados a liberdade de expressão e tampouco o direito de ir e vir.

Observamos, adiante, o encontro entre governantes para discutir medidas interventivas no Rio de Janeiro e o reforço à ideia de integração de um Plano Nacional de Segurança pensado para longo prazo. É o que nos apresenta o jornal *O Globo* dos dias 19 e 21 de Julho, onde temos, respectivamente, a presença do Prefeito e do Vice-Governador do Rio de Janeiro conversando sobre repasses financeiros para pagar policiais e melhorar a questão da segurança, violência e combate às drogas, ressaltando a importância de participação da União e aplicação do Plano Nacional de Segurança no Rio (pág.11, Rio – Opinião); e um encontro entre o Presidente da República do Brasil e o Governador do Rio de Janeiro e outros políticos, sobre o mesmo tema, porém sem anunciar qualquer medida (pág.9, Rio – Rio sem lei). E finalmente, no dia 31 de Julho, no jornal *Extra* (pág.8, Geral – Tropa Federal no Rio) outra reunião entre o Presidente, ministros e demais autoridades no Rio de Janeiro, para discutir a presença das tropas federais, anunciando que já estavam ativas há aproximadamente seis meses e dando resultados, além de antecipar que irá prolongar a atuação federal até o fim de 2018, mantendo o foco na integração dos setores de inteligência, visando aprisionar os líderes do tráfico de drogas e de armas no Brasil. A matéria conclui com a afirmação de que a ideia é iniciar pelo Rio de Janeiro, por ser uma área considerada crítica.

Enquanto as cúpulas da Nação e do Estado decidiam isto, vemos a reportagem apresentada n’*O Globo* (01/07/2017, pág.10, Rio/ Rio – Opinião/ Rio – Medo nas ruas) que informa que a Operação Calabar levou à prisão de 82 em 96 policiais intimados por corrupção

passiva e organização criminosa, em Niterói e São Gonçalo. No dia 03 de Julho (*O Globo*, pág.13, Opinião) o sociólogo Paulo Delgado fala sobre como os privilégios, angariados pelos integrantes do Estado e os envolvidos na criminalidade e tráfico de drogas, se mantêm exatamente porque produzem discursos que alimentam um incessante comportamento conflituoso como forma de se manter em evidência no jogo de poder que vitima a população.

Avançando, lemos outras manchetes também pretensamente neutras e objetivas, como a d’*O Globo* de 29 de Julho (pág.12, Rio – Força contra o crime) afirmando que “*Ele [o Ministro da Defesa] admitiu que o avanço das forças de segurança pode ter efeitos colaterais, inclusive mortes. (...) A estratégia vai se basear em operações planejadas com inteligência em parceria com as polícias estaduais.*” Visa-se “*dar fim à escalada no assassinato de agentes da lei.*”. A manchete baseia a argumentação numa proposta de atuar integrando Estado e entidades que permitam diálogo com a sociedade, e criar projetos que busquem intervir na questão das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Nesse ponto, é importante frisar que o objetivo declarado pelo Ministro da Defesa na referida matéria (*O Globo*, 29/07/2017, pág.12, Rio – Força contra o crime) foi “*dar fim à escalada no assassinato de agentes*” por meio de mais ações e operações militares, o que pode gerar “*efeitos colaterais, inclusive mortes*”. Cabe indagar se, do ponto de vista dos cidadãos das áreas conflagradas, há diferença entre este comportamento defendido por um representante do Estado, que ecoa o que vem sendo sistematicamente proposto e efetivado desde muito, e o que é posto em prática pelos traficantes quando um grande chefe do crime é assassinado e eles decidem dar o troco. Afinal, quem sofre os “*efeitos colaterais*”? Não seria papel dos agentes da lei realizarem efetivamente a justiça social ao invés de vingança?

Quem sofre tais “*efeitos*” são os moradores de áreas pobres, e mais específica e majoritariamente as pessoas negras. Alvo preferencial de ambos os lados do conflito, pois grande parte do contingente das corporações policiais é formado por negros, o mesmo para os grupos ilegais e, claro, as populações carentes moradoras das comunidades. Isso foi apresentado por Pádua et al. (s/d) ao demonstrarem como a vulnerabilidade incide com maior força sobre a população negra, que habita favelas, e vive exposta às drogas e tráfico, preconceito racial e institucional mascarados pela falácia da democracia racial.

Isso remete imediatamente ao cenário que Fanon (2008) identificou quando atendia no hospital tanto os soldados quanto os refugiados: negros matando negros sob comando de uma estrutura opressora fundada por uma sociedade culturalmente racista. O objetivo, quem também nos diz ainda mais claramente, é Abdias Nascimento (2017), o genocídio do negro brasileiro.

Como dito por Fanon (1979, p.28), “*nas regiões coloniais (...), o soldado, por sua*



*presença imediata, por suas intervenções diretas e freqüentes, mantêm contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer”.*

Sobre isso, um Coronel reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro expressa sua opinião ao jornal *Extra* (17/08/2017, pág.3, Guerra no Rio), de que na guerra carioca os bandidos têm de tudo, “*armamentos, roupas e táticas de guerra. Só falta, para os criminosos, elemento ideológico.*” Ainda assim, insiste que isso não deve possibilitar que os policiais façam como bem entenderem, e que para isso existem as leis brasileiras e o Estado Democrático de Direito.

É nesse caminho que lemos no jornal *Extra* (21/08/2017, pág.8, Geral) que uma pesquisa realizada por Patrícia Constantino, pela FIOCRUZ, demonstra uma taxa sete vezes maior de suicídios entre Policiais Militares (PMs) em comparação com a população em geral. Também foi realizado um levantamento pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ, feito por Dayse Miranda, apontando que 10% dentre 224 PMs já haviam tentado suicídio. Por conta disto, complementa a manchete, foi protocolado pelo deputado Marcelo Freixo, na Alerj, um Projeto de Lei visando a criação de um Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública, abrangendo tanto policiais militares e civis quanto agentes penitenciários. Cabe ressaltar que o Projeto, visando a saúde dos policiais, encontra-se sob veto do Governador do Rio de Janeiro.

A observação das matérias selecionadas na imprensa para este estudo mais nos conduz à Fanon (1979, 2004), quando pensa a *sociogênese* da relação entre a doença no indivíduo, a família, a vida em sociedade. Seja reportando-se ao “negro e a psicopatologia” ou apresentando relatos de sua experiência acompanhando tanto agentes da colonização como colonizados, vítimas do contexto relacional da violência colonial.

*O Globo* (27/07/2017, pág.14, Opinião) fala sobre a violência e descaso geral para com os policiais, ostensivamente assassinados no combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, e também da falta de mobilização da população e da desvalorização da categoria por parte do Governo, que deveria lhes dar treinamento e remuneração adequados, e amparo aos familiares.

A situação de insegurança dos agentes do Estado também é objeto de outros dois Projetos de Lei. O *Extra* (21/08/2017, pág.8, Geral) refere um que visa retirar informações sobre agentes da SEAP, bombeiros, policiais civis e militares do portal de consulta às remunerações de funcionários públicos, para evitar que eles sejam identificados, localizados e venham a se tornar objeto de violência pessoal. *O Globo* (14/08/2017, pág.8, Rio), por sua vez, menciona requerimento do Vice-Presidente da Comissão de Segurança da Alerj, solicitando abertura de uma CPI das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), questionando

este modelo de policiamento e visando reduzir o tempo de permanência dos policiais nestas Unidades para dois anos devido ao desgaste e a exposição dos mesmos a conflitos constantes.

Assim é que grandes mobilizações de parentes e colegas de farda dos policiais assassinados se formam nos enterros, como no caso ocorrido no Vidigal noticiado no dia 26 de julho pelo *O Globo* (pág.10, Rio – Rio sem lei). Na matéria, familiares e amigos se consolam e pedem o fim das UPPs, pois “*não serve pra nada, é só pra deixar a gente viúva*”, diz uma das mulheres de militar. Com relação a isto, o Secretário de Segurança Pública anuncia, no mesmo tom de guerra e vingança já apontado: “*A gente não vai descansar. Não vai parar um minuto (...). Temos que desarmar os criminosos (...). Violência o mundo inteiro tem, todo policial enfrenta violência no mundo inteiro, mas não com as armas de guerra, como enfrentamos aqui.*” Na mesma página, uma manchete sobre a trajetória de uma policial que decidiu pela carreira aos 11 anos, após a mãe ser assassinada. Sabe-se que um aluno sob efeito de drogas e armado atirou na mãe da policial, que era professora. Ilustra a reportagem uma foto da policial tendo ao lado placas com nome de 91 policiais militares (PMs) mortos. Textualiza a matéria a indagação sobre “*Quem será a próxima vítima? (...) A gente se sente impotente, triste, abandonado pelo Estado. É aquela sensação de ‘será que eu vou ser a próxima?’*”. Ainda na mesma página outra notícia sobre mais um policial baleado no morro da Mangueira, onde se menciona outro morto na semana anterior, no mesmo local, em seu primeiro dia de trabalho na UPP da comunidade.

É inquestionável a gravidade da existência de um grande contingente de policiais sendo assassinados por conta de uma política de segurança pública inserida em um modelo sociopolítico excludente e perverso.

Tomemos, no entanto, como chamada para uma reflexão que transcende a homenagem feita por amigos surfistas do policial Bruno Guimarães Buhler da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), morto em operação no Jacarezinho (*O Globo*, 21/08/2017, pág.8, Rio), a qual teve grave repercussão e nos leva ao outro prisma da situação colonial. O *Jornal Extra*, no dia 18 de Agosto (pág.3, Guerra do Rio), três dias antes da reportagem acima, nos amplia a visão para o que ocorreu além da homenagem ao policial morto. É dito sobre o enterro de mais outra vítima no cerco feito ao Jacarezinho após a morte do agente Bruno. Um verdureiro de 46 anos, mais um inocente que deixa a esposa desamparada e os filhos “*sem referência paterna*” (sic), tal como o jornal a ele refere. Após uma semana de incursões dos agentes de segurança do Estado no Jacarezinho, contabilizava-se a morte de “*dois inocentes [o verdureiro e um mototaxista] e um suspeito*” e “*ainda outros três baleados – uma mulher, um policial e um suspeito (...)* [mais a] *prisão de três homens*”. Não houve apreensão de armas nem drogas e, ante a afirmação dos agentes diante da TV dizendo que permaneceriam na

favela sem “*sossegar enquanto não pegarem quem matou o policial*” um amigo do falecido verdureiro indaga “*E quem matou o Tião? Fica por isso mesmo?*” Ao que, segundo a notícia, a Polícia Civil se pronuncia afirmando que a Divisão de Homicídios está investigando as circunstâncias.

Um dia antes, no jornal *Extra* (17/08/2017, pág.3, Guerra no Rio), a fala do fundador do Jornal Voz das Comunidades expõe que o cenário onde toda essa guerra ao tráfico de drogas acontece é a favela, não o asfalto. Porém, como agora estão sendo vitimadas outras áreas e populações da cidade, o governo está efetuando intervenções ainda mais pungentes sobre as favelas, tendo como resultado ainda mais mortes de inocentes e nenhum efeito significativo a longo prazo.

É nesse momento, diz Fanon (1979), quando percebem que algo está mudando entre os oprimidos, que eles se estão organizando e cochichando, é nesse momento que chegam, além dos comícios e exibições de forças, as tropas, os *intermediários*, pela força, da ordem do Estado colonizador. E então, “*Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. (...) O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado*” (FANON, 1979, p.28).

Sendo geralmente alguém pertencente ao grupo oprimido, o *intermediário* é um reprodutor da opressão. Como tal, é alguém que, com sua especial posição relacional, também se inscreve no processo que Bhabha (1998) caracteriza como de *tradução* ou *negociação*, onde, em um *terceiro espaço*, forma-se o caráter *híbrido do discurso e da identidade, no interstício da relação entre o colonizado e o colonizador, entre e no desejo de ser imagem do opressor e do oprimido*.

Tais categorias de Bhabha (1998), assim como *mímica* e *estereótipo*, são expressões das representações dentro da perspectiva da *enunciação*. A enunciação é o que se dá no terceiro espaço, onde se formulam discursos, representações, identidades; onde não é o sentido do colonizador nem o do colonizado, mas a articulação, ambígua, da alteridade formulada *em relação ao Outro*. A representação do colonizado, percebe Souza (2004, p. 117, 121) na digressão de Bhabha, é híbrida porque é mistura do que ele ouve em seu entorno: “*diferenças e referências*”, agonismo e antagonismo participam da construção da representação de uma relação onde “*existir é existir para o Outro*”.

A mímica é o que normalmente é “*atribuído aos colonizados que produzem imagens de si mesmos (‘macaqueiam’) baseadas nos valores da cultura do colonizador*” (SOUZA, 2004, p. 122). Diz também da imagem criada no processo de ser só imagem, não a concretude, que nas formulações de Bhabha (1998) tem relação com o que Fanon (2008) chamou de “*sonho de inversão*”, presente na relação entre o colonizado e o colonizador, sendo

para o colonizado aquilo que está expresso no desejo de ser o colonizador, e seu poder, sem deixar de ser o colonizado, para que na trança da identidade não se perca a oportunidade da vingança.

Nas palavras de Fanon (1979, p. 29), é

*“O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Tôdas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher dêste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: ‘Eles querem tomar o nosso lugar.’ É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.”*

Pensando a respeito da corrupção policial e das drogas, em paralelo com a violência e a (in)segurança, alguns leitores d’O Globo (01/07/17, pág.13, Dos Leitores – Cartas e e-mails) questionam e opinam, associando violência à questão das drogas e seu combate, alguns dizendo que usuário tem opção de usar ou não, mas o cidadão (e indagamos se o usuário deixa de ser cidadão?) fica no *“meio da bala”*(sic), sem opção; outros leitores dizem que a solução para corrupção policial é “CLT”, ao invés de funcionalismo público, fazendo menção a uma pretensa privatização dos serviços de segurança pública. O que não é explicitado é: quem é esse usuário que tem opção? E como a polícia pode fazer essa transição para CLT se não se discute de maneira apropriada (o que é) sua desmilitarização e suas consequências?

Encontramos indagações sobre a (má-)formação dos PMs, porque, fardados, vendem drogas aos usuários (*O Globo*: 01/07/2017, pág.10, Rio/ Rio – Opinião/ Rio – Medo nas ruas), e investigações mostradas no Fantástico sobre envolvimento de policiais com traficantes de drogas, tortura e planejamento de assassinato (*O Globo*: 03/07/2017, pág.6, País), que culminaram na Operação Calabar que efetuou a prisão de 82 policiais dentre 96 mandatos por corrupção passiva e organização criminosa, em Niterói e São Gonçalo.

O jornal *Extra* (19/08/2017, pág.4, Guerra do Rio) ilustra a reportagem com a foto de um policial armado com um fuzil de frente para duas mulheres negras e fala sobre um vídeo circulando nas redes sociais, em que se vê o mesmo discutindo e agredindo moradora na favela do Cangulo. Além de xingamentos dirigidos à mulher, o mesmo faz dois disparos para o alto com o fuzil, para dispersar os moradores. O jornal informa ainda que a PM prendeu administrativamente este e outros três que o acompanhavam, para investigar o ocorrido. Outra reportagem (*EXTRA*: 11/07/2017, pág.9, Geral – Onde está a pacificação?) destaca fotos de agentes do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar e das forças federais

revistando moradores da Cidade de Deus e retirando uma barricada; entre elas, uma foto em preto e branco de uma senhora de 82 anos, uma das vítimas de bala perdida no confronto entre policiais e traficantes. A reportagem de *O Globo* (11/07/2017, pág.10, Rio – “Escalada da violência”) mostra parentes dos mortos no conflito reclamando que são impedidos de efetuar remoção do corpo, e para viabilizar isto uma familiar “*aguardava a chegada de um pastor evangélico para ajudar a negociação [com o BOPE]*”.

O resultado é o aumento na quantidade de mortos, porém mais fortemente entre os civis, jovens negros, moradores das comunidades, como percebemos em mais uma manchete rotineira no jornal *Extra* (19/08/2017, pág.4, Guerra do Rio): o enterro de uma das vítimas do primeiro dia de confronto na favela do Jacarezinho, o mototaxista. “*A verdade é que não sabemos se vamos sair para o trabalho e voltar para casa – lamentou a viúva.*”. De acordo com testemunhas, não houve troca de tiros, e o rapaz foi atingido por disparo que partiu do Caveirão, o veículo policial de combate, que o deixou sem socorro. André deixou esposa de 25 anos e filha de 13 anos.

Com uma imagem representacional borrada para a população, policiais corruptos e/ou milicianos podem se passar por “*catequistas nativos, que traziam consigo suas próprias ambivalências e contradições culturais e políticas, muitas vezes sob grande pressão de suas famílias e comunidades*” (BHABHA, 1998; p.62).

Neste contexto lemos no jornal *Extra* (29/08/2017, pág.4, Serviço) o infeliz relato de que em algumas favelas, em São João de Meriti, foi comemorado o assassinato do centésimo PM.

O cenário representado é violento. Ramos (2011), ao considerar com otimismo a experiência das UPPs iniciada em 2009, descreve que desde 1980 as cerca de 600 favelas e alguns bairros pobres do Rio de Janeiro caracterizavam-se pelo domínio de grupos de extermínio armados que proliferaram na vigência de políticas de segurança pública imediatistas que privilegiaram confrontos armados entre policiais e criminosos. A publicação da autora é de 2011, quando havia certa expectativa esperançosa em relação às UPPs. A situação de hoje, no contexto de um perverso desmanche neoliberal e crise política, caracteriza-se por uma violência crescente.

Áreas do Rio de Janeiro são controladas por grupos ligados ao tráfico ou milícias formadas por grupos armados de agentes ou ex-agentes do Estado e civis. Dependendo do jogo de poder estabelecido no local, estas facções podem se aliar ou não. Cria-se uma espécie de zonas de instabilidade onde o criminoso surge, às vezes, como um herói às avessas, pois age contra o oprimido enquanto também age contra o opressor e seus intermediários. Na zona do não-ser, onde é marcante a ausência do Estado no que diz respeito ao provimento de

direitos e benefícios sociais, agem grupos armados no controle inclusive da prestação de serviços essenciais como fornecimento de água, gás, luz.

Em matéria publicada no *Extra* (18/07/2017, pág.10, Geral – Educação roubada) vemos que milicianos ordenam que escolas fechem mais cedo, em Santa Cruz. Além disso, os constantes roubos de computadores, invasões de salas de aulas e assalto aos professores, ocorrendo inclusive onde poucas horas após seria realizada uma formatura de alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd).

Outra matéria (*Extra*: 02/07/2017, pág.8, Geral) apresenta um retrato cruel e específico de como as crianças moradoras de comunidades estão sendo afetadas em seu dia-a-dia pelos confrontos. Os educadores dizem que aquelas que já apresentam dificuldades de aprendizagem acabam se prejudicando mais, o que traz a indagação sobre se não seriam essas dificuldades adquiridas por conta desse cenário de violência, carência alimentar, falta de lazer, desestruturação familiar e diversos outros processos derivados de uma organização social racista, onde a justiça social prevalece para uns, os já socialmente mais privilegiados, e não vale para outros.

A referida matéria (*Extra*: 02/07/2017, pág.8, Geral) mostra uma foto que destaca o desenho de uma criança representando um miliciano e a seguinte descrição “*O melisiano não é paz*”. Há ainda alguns relatos de crianças demonstrando quanto elas compreendem e sofrem nesse cenário: “*Ontem mesmo deu muito tiro. E eu abracei minha mãe muito forte e comecei a chorar com ela. E não consegui dormir e comecei a contar carneirinhos e mesmo assim não consegui dormir por causa do tiro. Só consegui dormir quando o tiro acabou.*” Em outra reportagem (*Extra*: 17/08/2017, pág.3, Guerra no Rio) aparecem relatos de mensagens de áudio, trocadas entre uma menina de 10 anos que estava em casa com a avó, e a mãe e irmão que ainda estavam fora de casa quando começou outro tiroteio: “*Não aguento mais viver aqui, é muito perigoso viver aqui para mim, quanto mais para vocês. Eu não aguento mesmo*”. Segundo a reportagem, o trecho selecionado resume, porém não permite alcançar o desespero evidenciado na transcrição completa, e muito menos o vivenciado, pois a menina, sentada no chão e pondo o rosto entre as pernas para abafar o som dos disparos enquanto envia mensagem para a mãe, fica repetidamente dizendo não aguentar mais viver em Manguinhos. Contradizendo um certo senso preconceituoso de que as pessoas permanecem nas favelas por apoio ao tráfico ou por uma escolha de estilo de vida, a mãe da menina fala: “*Ela [a filha] diz que quer sair daqui. Se eu pudesse, claro que eu já tinha saído.*” É evidente que ninguém convive com a violência por livre vontade. O momento da reportagem é quando as intervenções e confrontos se acirraram após a morte de um policial civil no dia anterior, no Jacarezinho, favela próxima de Manguinhos.

Percebe-se na reportagem do *Extra* (17/08/2017, pág.3, Guerra no Rio) o terror psicológico gerado pelo confinamento e isolamento, pois a mãe procura proteger a filha não a deixando ir para a escola enquanto o cenário permanecer assim, e indaga algo que condensa o teor revanchista de muitas dessas operações: “*Quantos mais vão ter que morrer para pagar pela vida desse policial?*”

*Na perspectiva teórica desta pesquisa, que não objetiva se deter no aspecto médico e clínico da obra de Fanon, é pertinente relacionar este contexto descrito às reflexões do autor a respeito da sociogênese dos distúrbios mentais quando relacionados à violência da experiência da dominação colonial, contida em seus relatos sobre a Argélia presentes em Os condenados da Terra. Seu relato é vigoroso quando afirma que há na hostilidade da experiência colonial “uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão” (FANON, 1979, p. 212). E mais, “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de negar ao outro qualquer atributo de humanidade”, prossegue Fanon (1979, p. 212), “o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’”.*

É nessas circunstâncias que os moradores de comunidades como a do Jacarezinho têm de estocar alimentos e passar dias sem sair de casa, viver na escuridão devido aos cortes de luz quando policiais ou bandidos atiram no poste, o que acaba estragando a comida estocada, têm o transporte ferroviário e o serviço de coleta de lixo interrompido (*O Globo*, 18/08/2017, pág.8, Rio); além de escolas, creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil, obrigados a paralisar as aulas durante às vezes uma semana, deixando 19 mil crianças e adolescentes sem aulas no município (*O Globo*, 19/08/2017, pág.8, Rio – Rio sem lei). Tudo por conta da violência e dos constantes tiroteios que, conforme moradores, intensificam a frequência após a morte de algum agente em operação policial.

Sobre assaltos e tiroteios no Pavão-Pavãozinho, em Copacabana/Zona Sul, a narrativa diz em tom de literatura que parece naturalizar a violência: “*Era por volta do meio-dia, e o tiroteio não cessara desde a madrugada, uma cena de guerra num território teoricamente pacificado por uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)*” (*O Globo*: 01/07/17, pág.15, Opinião – Zuenir Ventura). Um aparente tom de naturalização também se faz presente em reportagem sobre acontecimentos próximos a escolas em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, com noticiamento objetivo: “*O local virou faixa de Gaza.*” (*Extra*, 01/07/17, pág.2, Jornais de Bairro - “Fala, Zona Oeste”, “Direito de ir e vir”).

O tom de banalização com que é representada a violência no noticiário jornalístico vem da dramática inscrição dos fatos no cotidiano da vida das populações pobres, e na perspectiva deste estudo nos remete mais uma vez à Fanon (1979) e suas descrições do

cenário de conflitos da guerra colonial em *Os condenados da Terra*. O autor relata que o colonizador pode viver sem surpresa o tempo “calmo” da “colonização vitoriosa”, quando “as posições defensivas dos colonizados desmoronam” (FANON, 1979, p. 212). Certamente é quando ocorre a *epidermização*, e a inferioridade se interioriza no colonizado. Compreendida neste contexto teórico, a naturalização da violência pode ser sentida também pela população das áreas do Rio de Janeiro, vivendo diuturnamente, subjugadas, sob a tensão dos conflitos armados.

Na pretensão aparente de traçar alguma nitidez sobre estes *entre-lugares*, fazendo-se referência a um termo utilizado no pensamento pós-colonial de Bhabha (1998), onde não se reconhecem os heróis e os vilões, o *Extra* (16/07/2017, pág.16, Geral – Dossiê Prisões) apresentou um dossiê sobre o cenário das prisões, expondo alguns dados frequentemente pouco veiculadas entre a população de classe baixa, para quem é dirigido o jornal, como por exemplo: a) que a maior parte da população carcerária é composta de jovens, homens e negros, com baixa instrução formal, que foram aprisionados por crimes de furto ou porte de drogas; b) que 40% da população carcerária é de presos provisórios que estão aguardando julgamento, porém, como não conseguem comprovar moradia e renda, apesar de não ser o previsto pela lei permanecem encarcerados, ao contrário dos abastados (ou seja, homens brancos de classe alta) que são liberados independente do crime; c) que os familiares de um aprisionado podem receber até quatro meses de auxílio-reclusão, sendo, contudo, necessário que o aprisionado tenha contribuído com o INSS por no mínimo 18 meses, o que normalmente está longe da realidade pois que o mais comum era terem algum emprego informal; d) que, devido à política de violência do Estado, tem crescido a influência das facções dentro dos presídios, criando um ambiente que coopta mais pessoas para junto das organizações criminosas.

Também o jornal *Extra* (20/08/2017, pág.10, Guerra do Rio) apresenta dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) indicando que em 16 meses (janeiro 2016 até abril 2017) aproximadamente 30 mil pessoas foram presas ou apreendidas no Rio de Janeiro, o equivalente a uma detenção por motivos relacionados à Lei de Drogas a cada 23 minutos. Os dados apontam que são presos: 76,2% de pele parda e preta; 91% do gênero masculino; ¼ menores de 18 anos e outro ¼ entre 18 e 21 anos; 40% desempregados; apanhados principalmente no horário da tarde, a maioria no bairro de Bangu, predominando na cidade do Rio de Janeiro. A coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências (Nupevi – UERJ), Alba Zaluar, aponta como essa prática de confronto somente cria encarceramento em massa, equivalente em número de habitantes a um total de 41 dos 92 municípios do Estado. Na mesma matéria, a respeito da aplicação seletiva das leis, Julita Lemgruber, socióloga do



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (UCM), complementa dizendo que “*Se não fossem negros e pobres, seriam considerados usuários.*”

Em matéria de página inteira, o jornal *Extra* (24/08/2017, pág.4, Guerra do Rio), trata da proposta das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que era de estabelecer uma parceria entre a instituição policial e a população, em inúmeros projetos que foram criados e bem recebidos, assim como os agentes, pelas pessoas nas comunidades. Relata que quando foram implantadas as UPPs o projeto foi bem-sucedido, tendo se relacionado com a megaoperação da polícia com as Forças Armadas na tomada do Complexo do Alemão em 2010, ao que se sucedeu a instalação da UPP local e permitiu que a comunidade se tornasse ponto turístico. Um impacto foi a redução das taxas de mortes por intervenções policiais (os autos de resistência), que ficaram abaixo da metade, 1.134 em 2008 para 416 em 2013. Fazendo 10 anos em 2018, o projeto desgastado é um sintoma de um sonho que foi sendo desfeito à medida que os problemas de antes ressurgiram, e as crises no Estado trouxeram uma vez mais a desesperança aos cariocas em relação ao fim da violência na cidade. Situações emblemáticas marcam o desgaste do projeto como: o constante risco a que os próprios policiais ficam expostos, tendo suas bases incendiadas e depredadas; a vida de inocentes retornando ao cerne do conflito, com escolas no Alemão sendo alvo de disparos, em 2016, até que a base foi mudada de local; e o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, morador da Rocinha que foi torturado e morto, tendo sido o major comandante daquela UPP condenado pelo crime, em 2016.

É importante avaliar, no entanto, que o estabelecimento das UPPs se limitou em muito à presença ostensiva de policiais nas áreas em risco de violência, não se configurando a inscrição das Unidades na perspectiva pretendida de construção gradual de um contexto de solidariedade entre policiais e moradores. Mesmo porque talvez prevalecido a hostilidade historicamente enraizada na experiência da relação entre os agentes do Estado e os moradores. Concomitantemente instalou-se no país um governo de intensa formulação neoliberal que tem em seus quadros vários dirigentes suspeitos de corrupção. E, especialmente, no Rio de Janeiro a ligação entre a corrupção e os quadros governantes se configurou de modo evidente e grave.

A situação atual do Rio de Janeiro representa, para o contexto da reflexão teórica deste estudo, uma realidade de evidente remissão à relação colonizadora, onde sobressaem a violência, a dominação, a deterioração crescente das *zonas do não-ser*. A intervenção do Estado só acontece quando o conflito permanente das *zonas do não-ser* ameaçam o conforto das *zonas do ser*. O desrespeito à humanidade do Outro é algo que Fanon (1979, 2008) combate com intransigência em sua reflexão epistêmica sobre a racialização.

Conforme percebido, o jornal *Extra* apresenta maior rol informativo e esclarecedor dos motivos de cada situação apresentada do que o jornal *O Globo*. Além de mostrar também entrevistas e comentários de diversos pensadores das áreas sociais, econômicas e políticas, agentes e (ex-)agentes das forças policiais e militares, como é o caso da edição do dia 23/08/2017 (pág.4, Guerra do Rio), onde são entrevistadas personalidades e especialistas com pontos de vista diversos sobre a política de pacificação. Dentre os quais a antropóloga Alba Zaluar, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, que afirma considerar que esta política deixa de ser de pacificação e retoma o caminho da repressão; o ex-comandante da PM, Íbis Pereira, o qual comenta que o remanejamento de contingente das Unidades para as ruas representa o fim do programa das UPPs, pois equivale a dizer que as autoridades instituintes não acreditam na proposta de proximidade com a população e optam pela guerra; o ex-comandante das UPPs e coronel da reserva da PM, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (Lavis – Uerj), Roberto Rodrigues, diz que há falta de planejamento, não de contingente, e aponta como evidência as caríssimas operações realizadas com os 8,5 mil militares de reforço que, à época, estavam já à disposição mas em ações sem sucesso ou objetivo, e que há nisso o absurdo de afirmar que deslocar os PMs das UPPs é uma solução.

As notícias estudadas mostram que é possível informar sobre os acontecimentos cotidianos de “guerra” e violência, e ainda apresentar um contexto mais amplo onde as decisões são tomadas sem que os cidadãos normalmente saibam. Faz parte do discurso colonial, e o notamos em nossa análise, a omissão de dados que podem desvelar o que se procura ocultar.

A mesma consideração vale para qualquer espécie de oprimido. E retomamos o ponto em que o oprimido é a ponta mais frágil, onde o preço da violência da dominação colonizadora é mais alto.

Nos deparamos no jornal *Extra* (21/08/2017, pág.3, Guerra do Rio), com dados mostrando que as comunidades de favelas representam 22% da população carioca, a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes nestas localidades era de 14,2 nos seis primeiros meses de 2017, enquanto nas demais áreas da cidade, correspondentes a 88% do território do Rio de Janeiro, totalizava 4,3. Aponta-se também que “do total de vítimas mortas em comunidades, 45% têm entre 18 e 29 anos e quase 75% são negros ou pardos.” Diz-se ainda que “a rotina de terror no Jacarezinho é um retrato do que vivenciam moradores de comunidades cariocas, obrigados a conviver com a morte” e o “risco de alguém morrer assassinado a tiros em favelas é três vezes maior do que nas demais áreas do Rio.” A repressão policial é sistematicamente retratada como presente nos morros do Jacarezinho, onde as operações noticiadas na reportagem duraram 12 dias, Pavão-Pavãozinho (*O Globo*, 26/07/2017, p.11,

Rio – Rio sem lei) e Lins (*O Globo*, 07/08/2017, pág.8, Rio – Força contra o crime).

As incursões para vingar colegas de farda, agentes do Estado mortos, ignoram ainda mais as leis e literalmente se atira em quem estiver no caminho, invadem-se casas sem mandatos, bate-se em mulheres e crianças (*Extra*: 19/08/2017, pág.4, Guerra do Rio). Soma-se a isso o constantemente elevado número dos chamados “autos de resistência” e aprisionamentos massivo de “suspeitos” nem sempre envolvidos com tráfico ou qualquer situação ilícita, o que nos mostra outra matéria do *Extra* (01/07/2017, pág.9, Geral – Quadrilha fardada em São Gonçalo) que apresenta PMs em São Gonçalo acusando e prendendo usuários como se fossem traficantes, mesmo sabendo não serem, para cumprir metas programadas de prisão. Além disso, incitam os traficantes para sair às ruas e efetuar roubos para cobrir as despesas da propina que é dada aos policiais, conforme registro de gravação realizada por autoridades judiciárias: “*Policial: Parceiro, bota alguém pra poder roubar alguma coisa na rua, tá ligado, pra cobrir esse quinto real dos P2, parceiro. Solta esses pit bulls tudo pela rua aí, parceiro. (...) Solta essas p... esses dias aí pra poder fazer uma arruaça aí. Mas não manda eles ‘matar’ ninguém na rua não, hein?.*”

Certamente entre as vítimas estarão mais negros. A relação colonizadora, contudo, remete ao que Schwarcz (2012) chama de racismo social, quando ser negro depende de onde, quando e com quem se está interagindo. A argumentação da autora se volta para a ideia de que ser branco é ser negro em alguns contextos, caso se seja pobre. Dito pela própria, “*Quando escurece, diante da polícia qualquer um é negro*” (SCHWARCZ, 2012, p.118)

Abre-se, então, uma ressalva para o deslocamento do conceito de raça, do biológico para o sociocultural, e do risco de facilmente se cair na falácia da inexistência de negros no Brasil por todos serem negros. Ser negro geralmente significa ser pobre, porém ser pobre não necessariamente torna alguém negro. Este é um contexto ao qual pertinem os versos da música “*Haiti*” de Caetano Veloso e Gilberto Gil, onde se vê os “*quase brancos tratados como pretos*”. É nesse “*quase*” que se põem o preconceito e a dominação por meio da violência.

Nessa perspectiva, citamos as seguintes reportagens. Dia 17 de Julho, n’*O Globo* (pág.6, País), após a prisão do chefe do crime, Cabeça Branca, a Polícia Federal parte em busca de outros seis grandes traficantes, dentre eles um chefe do tráfico de drogas em favelas sob o controle do Comando Vermelho no Rio de Janeiro. O texto fala rapidamente de sua escalada, o quanto era violento e como “*o bandido tornou-se ‘matuto’ [gíria para pessoa que fornece drogas nas favelas], um negociador de drogas, e não um mero traficante de morro*” (grifo nosso). A descrição parece elogiar a visão e carreira empreendedora de Cabeça Branca, ao evidenciar ser ele “*um negociador de drogas, e não um mero traficante de morro*”.

Encontramos similaridade nas reportagens do dia 15 e 16 de Julho, também n’*O Globo* (pág.2, Segunda Página / pág.8, País), onde se reconstitui história do traficante de drogas, mencionando sua influência como o novo Pablo Escobar na América Latina. Sua história pessoal é contada e é traçado seu perfil, apresentando relatos de amigos, mencionando como iniciou sua “*carreira*” quase matando um policial, e como “*seguiu a carreira*” de traficante como o pai, que traficava café nas décadas de 1950-1960, culminando em sua relevância enquanto maior traficante do Brasil, e como seu trabalho também influenciava o Comando Vermelho, além de outras organizações criminosas do país. A matéria discorre sobre o que ele comeu no dia em que foi preso, e aventa que sua história poderia virar filme, mencionando-se as cirurgias plásticas que fez e identidades falsas que portava; e sobre como fazia sucesso com as mulheres e cozinhava bem, além das enormes cifras que controlava no mundo do tráfico. Acrescenta-se que “*não usava violência como os demais*”, o que lhe gerou respeito; conseguia tudo diplomaticamente, comprando silêncio do menor ao maior escalão social.

De fato, a narrativa das referidas matérias faz pensar em algum filme como “*Meu nome não é Johnny*”, do diretor Mauro Lima, onde outro personagem, homem branco envolvido com tráfico de drogas, é representado como uma celebridade, alguém que não usa violência física e que tem uma carreira. No tráfico de drogas.

Se seguirmos o raciocínio de Schwarcz (2012, p. 118) de que “*Quando escurece, diante da polícia qualquer um é negro*”, então Cabeça Branca e todos os apresentados na imagem d’*O Globo* no dia 17 de Julho (pág.6, País) são negros, inclusive um cidadão libanês. A imagem apresenta os seis mais procurados pela Polícia Federal, com a prisão de Cabeça-Branca. Temos, abaixo de cada indivíduo, descrições, como por exemplo: “*brasileiro, de 37 anos, condenado à 16 anos por tráfico internacional de drogas*”. Nenhuma menção a raça/etnia. Notamos, contudo, por observação das fotos apresentadas, que nenhum dos chefes do tráfico de drogas expostos seria considerado negro, ou “*quase negro*”.

Em 26 de Julho (pág.1, Primeira Página), também o jornal *O Globo* emite chamada central em primeira página sobre Ivan, o Terrível, anunciado como chefe do tráfico no Vidigal. É apresentada, ainda nessa chamada, uma foto com apreensão de maconha e uma outra operação sem relação com o caso. Aliás, não há nenhuma foto de Ivan, apesar de seu nome estampar a capa. Na parte interna (*O Globo*, 26/07/2017, pág.9, Rio/ Rio sem lei), descrevem quem é Ivan e são mostrados alguns atores do filme *Cidade de Deus*, do qual ele participou, apregoando-se que alguns “*aproveitaram a chance, outros sucumbiram às dificuldades e chegaram a ser presos*”. Sobre Ivan, diz a reportagem que sequer pôde assistir ao lançamento do filme onde atuou, pois estava preso. “*Preciso de dinheiro, o filme não me deu esse dinheiro todo. Tudo isso aí não valeu de nada. Não adianta eu fazer um filme que é*

*conhecido mundialmente... tô duro, véio*”, disse Ivan àquela época, após ser solto.

A glamourização do *negócio* do crime é flagrante. Seria o caso de indagar se faltou à Ivan a mesma capacidade de Cabeça Branca para se tornar “*um negociador de drogas, e não um mero traficante de morro*” (*O Globo*, 17/07/2017, pág.6, País)?

Lembremos Stuart Hall (HALL, 2016, p. 23) quando diz que “*a linguagem é uma prática significativa*”, e que a *representação* produz significados a partir de conceitos mentais que, através da linguagem, nos afetam e ao mundo.

Ao lado do texto (*O Globo*, 26/07/2017, pág.9, Rio/ Rio sem lei), fotos da época do filme e fotos atuais, onde se compara o percurso de três outros que participaram do filme, valorizando-se quais fora os casos de “sucesso” e quais foram os “dramáticos”. Incidentalmente, as imagens transitam em gradação, indo do que possui a pele mais clara ao de pele mais escura. O primeiro interpretou o Lampião e permanece atuando na emissora *Globo* – o caso de sucesso; o segundo representou o personagem Zé Pequeno e, apesar de permanecer em oficinas de interpretação para jovens de comunidades, não tem notoriedade, mas sua atuação no filme foi aclamada; o terceiro viveu Neguinho, e após virou morador de rua numa cracolândia em São Paulo, e agora está “*preso por assalto e enfrentando problemas com drogas*” (grifo nosso). Na imagem atual, publicada, aparece algemado e sujo, e as legendas dizem: “*Viveu o traficante Neguinho, chefe de uma boca de fumo que foi tomada por Zé Pequeno.*”; e depois: “*Foi preso por assalto e enfrenta problemas com as drogas. Chegou a ser encontrado numa cracolândia em São Paulo em 2015*”.

Representação bastante diferente da feita sobre Sarda, homem branco de classe média que, conforme *O Globo* do dia 26 de Agosto (pág.18, Rio – título: “*Entre a dor da saudade e a esperança do amanhã*”), morreu aos 46 anos numa clínica de internação para dependentes químicos após ter sido encontrado por amigos numa Cracolândia em SP. Além de narrar a história de como se encontra a família de Sarda, que é carioca, como a filha enfrenta a perda do pai, sofrendo depressão por conta de bullying, a reportagem apresenta fotos dela bebê e aos 16 anos com suas bonecas. Fala também de como a ex-esposa de Sarda, artista plástica e de família abastada, por conta da separação e agora da crise no país, no momento vende quentinhas em Salvador para completar a renda de um salário da mãe e custear remédios da filha.

Percebe-se haver na argumentação jornalística um enviesamento favorável na representação dos sujeitos brancos em detrimento dos sujeitos negros.

Assim é que o jornal *Extra* do dia 16 de Julho de 2017 (pág.10, Geral) narra a apreensão de R\$ 2.25 milhões em drogas sintéticas. A droga estava com um homem de 32 anos, estudante de medicina, que voltava de Amsterdã. Há apenas uma breve nota sobre o

ocorrido, sem fotos e com linguagem bastante formal. Já as edições de *O Globo* dos dias 26 e 29 de Julho (pág.13, Opinião; pág.2, Segunda Página) falam sobre o filho de uma desembargadora que alegou insanidade mental para evitar a prisão com 130 quilos de drogas, e o mesmo jornal no dia 05 de Agosto (pág.6, País) nos diz que o Conselho Nacional de justiça (CNJ) investiga habeas corpus para soltura do filho da desembargadora.

É evidente, pela foto sem camisa na beira da piscina que ilustra uma das reportagens, qual a aparência do protagonista do drama. A linguagem das reportagens procura seguir uma referência de seriedade e neutralidade diante dos fatos, longe do tom direto de família de censura que poderia, e constantemente o é, predominante quando a mensagem diz respeito a outro tipo de cidadão. Quase se percebe uma certa compassividade por conta das características do envolvido. Flutua uma certa simpatia pesarosa pelo infortúnio da sua família e do próprio homem, branco pertencente a uma família de classe alta, que atua numa quadrilha internacional de tráfico de armas, sendo preso com 130 quilos de drogas enquanto planejava a fuga de um detento numa penitenciária de segurança máxima em Campo Grande-MS. Fica a indagação sobre se o “*brasileiro de 32 anos*”, que alega “*insanidade mental*” (*O Globo*, 26 e 29/07/2017, pág.13, Opinião; pág.2, Segunda Página), descoberto e capturado nestas circunstâncias, fosse negro, como a questão seria tratada pela imprensa?

Vale, neste sentido, a referência a Faustino (2015, p. 71) quando este aponta que:

*“porque o colonizador detém os meios de manipulação das representações, o negro passa a ver o mundo e a si próprio com o olhar fornecido por seu algoz e, concordando, por isso, com todas as prerrogativas que lhe conferem o status de animal”.*

Bem diz o rapper Jay-Z em “*A história de O. J.*”: “*rich nigga, poor nigga, house nigga, field nigga... still nigga*”, ao aludir ao ator e ex-astro de futebol americano negro O. J. Simpson. Em episódio por demais conhecido O. J. foi acusado e preso pelo assassinato de sua ex-esposa, mas depois de absolvido permaneceu às voltas com ocorrências policiais e uso de drogas. O drama da vida de Simpson, pessoa rica, de sucesso e poderosa, ainda que se passando na democrática sociedade norte-americana, perpetua a sina do negro que quer se tornar um branco. A biografia de O. J. Simpson, à luz das palavras da música de Jay-Z pode ser ilustrada pelo chamado de Fanon (2008, p. 85) para “*defendermos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é*”.

Para se chegar às transformações das condições sociais de emancipação dos colonizados-racializados, necessitamos compreender a junção social e psicológica da colonização que nos apresenta Fanon (1979, p. 26) e superá-la, pois “*a descolonização, que*

se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. (...) é um processo histórico”. Daí sua proposta de revolução e um novo humanismo, um novo modo de pensar, outras ideias, partindo-se de *outros lugares*.

Gibson (2011), exemplificando a aplicação da teoria fanoniana, diz que por detrás de cada grande evento se deram movimentos locais. No combate à cultura hegemônica racista, Fanon (2008) preocupa-se com a educação descolonial, a libertação mental dos arquétipos tais como *y'a bon banania* – negro sorridente e abestalhado – ou, no caso deste estudo, do bandido/drogado. Esta forma de educação diverge do proposto nos meios intelectuais e acadêmicos, o que necessitaria de “*intelectuais honestos*” que, usando sua posição privilegiada, atuem em prol da transformação social e libertação de todos (FANON, 1979).

Talvez seja este o papel de Flávia Oliveira, repórter negra, ao falar sobre a peça teatral “*Contos Negreiros*” que, como trata a reportagem de *O Globo* (27/07/2017, pág.26, Sociedade), conta do constante assassinato de jovens negros dos 15 aos 29 anos no Brasil, além de questionar a exclusão histórica dos afrodescendentes e indígenas. Flávia Oliveira, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, narra como o representante colombiano explicou que a redução de mortes em seu país, de 173 para 30 por 100 mil habitantes, se deu por um pacto entre os representantes do poder público e lideranças do narcotráfico, embora a opressão tenha permanecido. Flávia Oliveira ressalta que a relevância de uma peça voltada para esta temática é central, por gerar empatia e poder levar à mobilização social em relação à valorização de vidas e mudança cultural. Nesse caminho, também encontramos a atuação de Ilona Szabó na Bienal do Livro, debatendo a questão das políticas de drogas ao lado de Walter Casagrande Júnior, conhecido ex-jogador de futebol que assumiu sua história de ex-usuário de drogas como forma de pregação educativa, tal como noticiado em *O Globo* (26/07/2017, pág.2). E ainda *O Globo* (Segundo Caderno, 30/08/2017, pág.2), em **pequena nota, com foto de rosto, anuncia a vinda de Carl Hart ao Brasil, “Pesquisador na Division of Substance Abuse do Instituto Psiquiátrico de Nova York e primeiro negro a ser professor titular de psiquiatria da Universidade de Columbia”**. Diz a nota que o mesmo visitaria o Complexo do Alemão e que estuda “*como as pessoas mais pobres são afetadas pelas políticas públicas antidrogas*”.

Outros exemplos que podem se enquadrar na imagem que faz Fanon (1979) do “*intelectual honesto*” desenvolvendo papel educativo descolonial, encontrados nas matérias estudadas, seriam a experiência de um ator e arteterapeuta lançando o grupo “*O Teatro Institucional*”, com peças focadas em recuperação de dependências químicas ou outras compulsões (*O Globo*, 13/07/2017, pág.16, Jornais de Bairro, Tijuca); a pretensão da Companhia Marginal de Teatro, da Maré, de ir à Portugal com o espetáculo “*Eles não usam*

*tênis naique*”, onde se discute como o cotidiano da vida do local é afetado pelo tráfico de drogas, noticiada em *O Globo* e no *Extra* do dia 15.07.17 (pág.4, Jornais de Bairro – Zona Norte); a informação sobre um ex-atleta palestrando sobre sua experiência com álcool e drogas para operários da construção civil, uma categoria profissional onde há alta incidência de abuso de álcool, noticiada em *O Globo* (18/07/2017, pág.10, Rio).

Sobre eventos que se incluem tematicamente na questão do uso de drogas, reportagens tratam do desenvolvimento de uma Agenda Cultural em Jacarepaguá, promovendo economia criativa e chamando a atenção da população da Zona Oeste para os eventos que acontecem na região, sem que precisem se deslocar por exemplo até o Centro da cidade. Tal como é informado na reportagem (*O Globo*, 26/08/2017, pág 6, Jornais de Bairro – Jacarepaguá), apesar da violência por vezes interromper as atividades, procura-se contar com a colaboração da população solicitando que não usem drogas durante os eventos, para que também não haja problemas com o poder público e se mantenha a segurança de todos. Em *O Globo* (26/08/2017, pág. 10, Jornais de Bairro – Barra) conta-se o caso da professora que dá aulas de poesia para homens em situação de rua e dependência química, em projeto na Associação Solidária dos Amigos da Betânia em Jacarepaguá, utilizando desenho e artesanato para poder incluir os que não sabem ler ou escrever. A proposta do trabalho, tal como informado em é refletir sobre o autoconhecimento e emoções, e mostra-se o relato de um dos alunos que diz ter perdido o emprego por conta do uso de drogas, ter dormido na rua, mas decidiu mudar de vida e por isso está no projeto. Em outra matéria anuncia-se no jornal *Extra* (04/07/2017, pág. 2, Mais Baixada) o trabalho conjunto entre a Polícia Militar e a Prefeitura do município do Rio de Janeiro, realizando um curso em algumas escolas de Queimados, sobre riscos e prevenção ao uso de drogas.

Todas as iniciativas são sempre noticiadas como contribuições positivas para quem já tão pouco tem. Evitando-se interpretações maniqueístas, pode-se afirmar que o fato é que nos textos não se identifica se as ações se inscrevem em processos tradutórios que visam a dominação por meio da manipulação da linguagem. De certo seria muito esperar que portassem algum sentido de análise crítica, desde que a função desta mídia é apenas e tão somente registrar. Sabe-se, contudo, que a mensagem que se inscreve nas representações se impõe como imagem de elogio à benfeitoria social. O que para o inferiorizado soa bem.

Retomemos, então, a propósito do prosseguimento da leitura das matérias, ao que Bhabha (1998) e Hall (2002) dizem sobre tradução cultural e negociação da identidade. Hall (2002, p. 88) formula que a tradução cultural, entre “*tradição e tradução*”, se relaciona com a construção de uma nova identidade via uma negociação entre transigir diante da dominação e ceder o suficiente apenas para ser socialmente incluído, porém sem perder sua particularidade,



sua diferença que lhe dá sentido Sem se alienar de tudo e de si mesmo perante a “*homogeinização global*” (HALL, 2002, p. 95). Em Bhabha (1998) o hibridismo inscrito na tradução cultural é processo de resistência do colonizado que não se dispõe à mímica, e resiste em se render ao discurso do opressor colonizador.

Segundo Souza (2004, p. 125), o processo de tradução, em Bhabha, é “*ressignificação de ‘símbolos’ culturais tradicionais.*” Signos interpretados de diferentes formas “*na multiplicidade de contextos e sistemas culturais que se acotovelam e se justapõe na constituição híbrida das culturas pós-coloniais.*” Algo que quebra a superioridade do original e tem potência libertária.

N’O Globo de 23 de Julho (pág.20, Rio) temos um empresário francês, participante de uma regata que passa pelo Rio de Janeiro fazendo a travessia do Atlântico (França-Bahia), para arrecadar dinheiro e apoiar projetos sociais, que se encantou com a cidade. Diz que não a romantizou e ficou indignado com as desigualdades e exposição das pessoas à violência e drogas, pois vê que há moradores “*perdidos, viciados e sem perspectivas, [e também] outros [que] são generosos e inspiradores (...) [com] muita determinação, disposição e orgulho de pertencer a comunidade.*” Também lemos no Extra de 08 de Julho (pág.6, Jornais de Bairro – “Nossa gente”) sobre o empenho da fundadora e de alunos de uma academia de dança em Nilópolis, na Baixada Fluminense, criada para “*salvar crianças e adolescentes, seja tirando das drogas seja ocupando o tempo ocioso.*”

Notamos que, apesar de ter dito não romancear, o empresário referido anteriormente (O Globo, 23/07/2017, pág.20, Rio) continua dizendo que “*No Morro dos Prazeres, vi um garoto de seus 4, 5 anos parado num beco íngreme, estreito e cheio de lixo e fezes. Ele nos olhou com orgulho, nos desafiando e lembrando que o desejo de sobreviver é mais forte.*” E aqui vislumbramos o complexo de superioridade branca: “*Quero inspirar esses jovens a sonhar grande. Espero que percebam que não há muros para as favelas. Se alguém como eu, sem experiência prévia em barcos como este, pode navegar pelo Atlântico, não deve haver limites para o que eles podem fazer em suas vidas. Levantem e arrasem!*” Ao referir-se ao treinamento para a competição, diz: “*Sinto falta da família e às vezes eu me sinto mal no mar. Mas, quando tenho dúvidas, penso nas crianças da favela e nas minhas filhas. E nas festas que teremos em Salvador e no Rio. E ainda nos projetos que serão beneficiados*” (sic), atraindo toda atenção para si e suas realizações, ainda aproximando as imagens das crianças da favela de suas filhas, como se fosse tudo sua família ou, mais provavelmente, sua propriedade e conquista.

Também levantando a questão do esforço e empenho por estarem sem financiamento, numa visão também claramente meritocrática e individualizante, a citada fundadora da

companhia de dança (*Extra*, Jornais de Bairro: 08/07/17, pág.6, “Nossa gente”) deixa claro seu local de fala: mulher branca salvadora de jovens negros, retirando estes de seu infável destino de serem vagabundos ociosos e drogadictos, e os tornando ferramentas úteis à sociedade “*ocupando o tempo ocioso.*” Ao lado do texto, são exibidas fotos de uma jovem negra, dançarina e exemplo de uma das almas salvas pelo projeto.

A alma do negro, para Fanon (2008), é artefato produzido pelo branco. Ainda que possivelmente bem intencionado, o discurso prevalente oculta o *complexo de superioridade* (FANON, 2008) do branco salvador.

Em *O Globo* (02/07/2017, pág.24, Rio – Mauro Ventura) vemos noticiado que organização não-governamental (ONG) “*Ecos do Futuro*” oferece preparo para mercado de trabalho, intentando, através do esporte, treinamentos e outras atividades, preparar jovem para vida e empreendedorismo, pois alguns têm pais usuários de drogas/dependentes químicos ou vivenciaram outras situações de vulnerabilidade. A pressuposição é que essas crianças tenderão a também fazer o mesmo caso não tenham ocupação, diferente das crianças brancas que são estimuladas a aproveitarem o tempo ocioso para criatividade e para serem crianças.

O protagonismo ainda é do branco tutelando o negro, o pobre, o inferior. Por que não criar possibilidades de igualdade? Resposta: o medo do colonizador de perder seu lugar e a assunção e projeção de que o Outro assim o roubará justifica atacar preventivamente.

Exemplos de benfeitorias elogiáveis continuam. *O Globo* (10/08/2017, pág.2, Jornais de Bairro) apresenta o espaço “*Refettorio Gastromotiva*”, local que ministra treinamentos e cursos de culinária por meio de um projeto social em que voluntários preparam e servem pratos e refeições à população de rua, muitos deles usuários de drogas. O autor da matéria diz que tentou tirar foto, mas foi alertado de que não era permitido registrar as pessoas enquanto comiam: “*Envergonhado e alegre, percebi ali como era especial o trabalho desenvolvido, pois estão nas sutilezas as diferenças. Virei fã.*” O autor afirma que depois de conhecer a iniciativa levou a família para contribuir voluntariamente para o projeto. “*Foi uma das experiências mais especiais que pude oferecer aos meus filhos. Simplesmente mostrando-lhes pessoas, dificuldades e vitórias pela benção da comida*”, afirma em conclusão.

“*Virei fã*” (grifo nosso), é, por outra, expressão que denota uma apreciação de entretenimento, um espetáculo.

O *Extra* (03/07/2017, pág.9, Geral), por sua vez, apresenta a ação de um padre italiano fundador da ONG “*Casa do Menor*” que oferece cursos profissionalizantes e “*resgata menores infratores do submundo das drogas*”. O padre diz que quis ser mais que um “*padre-coveiro*” que apenas via as pessoas serem assassinadas ou consumidas pelas drogas. Na imagem que ilustra a reportagem usa roupa africana para se aproximar dos jovens, conforme

dito por ele. Em lugar de preto vista-se como um deles, tal como recomenda o ditado: “*em Roma, aja [ou vista-se] como um romano*”.

Os jovens negros são representados como usuários de drogas ou traficantes necessitados da tutela de alguma instituição governamental ou não-governamental ou religiosa, do contrário, sua, implicitamente pressuposta, inata aptidão para a vida do crime fatalmente os conduzirá ao inevitável desfecho: drogas e violência. Há necessidade, então, de um agente externo e salvador, o que remete ao Complexo de Próspero ou de Superioridade postulado por Fanon (2008), ao qual se aferra a branquitude: criam o mal, projetam-no no outro, e autoproclamam-se seus salvadores e senhores.

Em outro contexto, o do confronto, ocorre a abordagem policial efetuada por conta “*da atitude suspeita*” de alguns (*Extra*: 25/07/2017, pág.3, Mais Baixada e *Extra*: 08/08/2017, pág.6, Mais Baixada). Não se explica o que significa a expressão, ou o que caracteriza este comportamento. Também não é possível saber quem eram os suspeitos, como se pareciam, apenas que poderiam portar drogas. E em matéria de *O Globo* (01 de julho, pág.10, Rio/ Rio – Opinião/ Rio – Medo nas ruas) aborda-se a venda de drogas para usuários por policiais armados e uniformizados.

Quem são estes últimos? Qual a sua aparência? Suspeita? Seriam todos pardos ou negros? No Brasil pardo é branco quando o branco quer dividir os movimentos negros, perturbar a sua organização; pardo é preto quando a branquitude necessita de argumento sobre a pseudo-igualdade racial, confortando-se na produção incessante da invisibilidade do negro.

Diante da afirmação de que o branco é e o negro não é, responde Fanon (2008) que o negro não é e tampouco o branco é. Um se escraviza em sua inferioridade e o outro em sua superioridade. A relação da dominação colonial os aprisiona, a ambos.

No texto representacional das matérias jornalísticas estudadas parece predominar, ainda que no silêncio das entrelinhas, uma representação racista onde pardos e negros são simplesmente os não-brancos, os Outros, os excluídos e marginalizados. Os que merecem uma atenção social misericordiosa, tanto mais para não serem igualados aos brancos. Porque são perigosos.

Há que se criar uma identidade negra/afrobrasileira como categoria política, criando-se a oposição diante da identidade branca, forçando-se ao extremo o duplo narcisismo, para depois se pensar a dissolução das identidades e, tal como Fanon (1979, 2008) objetiva em seu humanismo revolucionário, criar-se um novo ser humano numa sociedade de iguais. Do contrário permanecerá em marcha o genocídio das pessoas de pele preta e miscigenada, ou quase brancas/pretas por serem pobres.

Lemos em *O Globo* (dia 22 de Julho, pág. 4, País e pág. 8, Rio) que a estratégia do

Plano Nacional de Segurança já estava em andamento desde maio, pois o contingente de soldados estava sendo encaminhado aos poucos para o Rio de Janeiro de modo a fazer a operação ocorrer em sigilo, atingindo os líderes do tráfico de drogas ao reprimir nas rodovias o suprimento de drogas e armamentos. Por isso não se faziam incursões às comunidades, pois a estratégia de combate ao crime é pensada a longo prazo, sem pretensões de resolver questões de segurança imediatas. A presença dos militares nas ruas, contudo, levou ao aumento dos autos de resistência, latrocínios e demais índices de criminalidade que haviam baixado após a implantação de UPPs, e neste curto tempo as estatísticas mostram uma situação mais grave do que era antes. O cenário ao invés de melhorar, tornou-se ainda pior.

Notícia-se em *O Globo* (dia 24 de Agosto, pág.11, Rio – Rio sem lei) que o Ministro da Justiça externa preocupação com o modo pelo qual o crime e o tráfico estão obstruindo a estrutura econômica nacional, e afirma que o Plano Nacional de Segurança está sendo elaborado, porém faltava verba para sua execução.

A crise instalada com a gestão neoliberal prospera com a retirada intencional dos investimentos públicos, principalmente onde as condições de vida das populações são mais críticas. A mensagem do noticiário, contudo, faz entender que a falta de recursos é devida à violência, que, de fato, é gerada em muito pelo modelo político dominante.

A impressão transmitida ao público pela produção representacional midiática é a da ocorrência de contingências normais dentro da neutralidade do poder em um sistema democrático inclusivo. A racialização pensada por Fanon (1979, 2008), entretanto, inscreve-se junto com o darwinismo social no contexto do sistema de dominação. O discurso dominante, porém, é o da dissimulação, produzido intencionalmente ou não.

Uma reportagem de *O Globo* (15 de julho, pág.17, Opinião) pontua que a análise marxista foca o capitalismo como causa, e, assim, a violência acompanha a escalada do capitalismo que dissolveu os laços sociais, ficando então “livre” todo o tipo de barbárie da polícia/Estado e dos criminosos. O noticiário alerta para o perigo da possibilidade do surgimento de algum grupo libertário ou totalitário que, insuflado pelo marxismo, queira restaurar a paz social ao seu modo. Fala-se que modelos de projetos inovadores de outros países que, no contexto capitalista, inspiraram iniciativas sociais importantes no Brasil e no Rio de Janeiro, e dá-se a ideia de que tal pode acontecer também em relação ao combate ao crime e ao problema das drogas. A “Operação Lava Jato” e a “Lei Seca” são citadas como exemplos deste tipo de iniciativa. O contexto capitalista é referenciado como o de um movimento globalizado de aprendizado.

A mensagem ainda é de elogio ao sistema e da aceitação das condições sociais adversas, que, parte da normalidade capitalista, podem e serão corrigidas.

Vai ao encontro desta perspectiva, da solução de problemas sociais dentro da normalidade de um sistema político justo e inclusivo, o tema da descriminalização da maconha, que se faz presente no noticiário.

O jornal *O Globo* (15 de agosto de 2017, pág.12, Opinião) aponta como a agenda econômica tem suas decisões tomadas rápida e prioritariamente enquanto a agenda social, independente da urgência do tema, corre sem limites de tempo para decisões. O assunto é retomado em *O Globo* (13/08/2017, pág.9, País), quando se lê que “*a discussão sobre a descriminalização da posse de drogas para consumo próprio está parada há dois [em 2017] anos no Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda está em análise no gabinete de um Ministro que se diz favorável à descriminalização do consumo de drogas como maneira de reduzir encarceramento e influência do crime organizado, se diz também contrário à prisão de usuários menciona penas alternativas e tratamento. O processo, no entanto, se mantém parado e a matéria, no sentido de enfatizar a necessidade de solução da questão, faz alusão a uma pessoa apanhada e aprisionada em São Paulo com três gramas de maconha. Ressalta-se que “cerca de 30% das pessoas presas em flagrante por porte de maconha não estariam na cadeia” se a legislação fosse outra. A Lei de Drogas de 2006 não especifica a diferenciação entre usuário e traficante, cabendo ao policial em ação determinar quem é um ou outro. O que, de acordo com outra matéria (*O Globo*, 05/08/2017, pág.6, País), “faz com que observações como ‘atitude suspeita’ ou a posse de dinheiro sem origem explícita sejam interpretados como tráfico.”*”

Em outra edição de *O Globo* (18 de Agosto, pág.15, Opinião) aventa que os possíveis dados que aparentemente o referido Ministro do STF ainda estaria analisando apontam que onde foi liberado o consumo recreativo nota-se que “*o consumo não aumentou, a violência e a criminalidade não cresceram, nada mudou na vida das famílias, a não ser o imposto da maconha, que está engordando os cofres dos estados americanos e sendo distribuído aos contribuintes*” O colunista responsável afirma ainda que os efeitos da “*maconha, induz[em] a estados de introspecção, devaneio e preguiça. A preparação de um assalto por maconheiros certamente termina com todo mundo dormindo.*” Enfatiza-se que além de os usuários não serem de fato traficantes, tampouco seriam perigosos, e se conclui que o problema seriam as drogas sintéticas e cocaína, que são drogas vendidas não apenas em favelas, mas traficadas também e principalmente por traficantes de grande porte, em larga quantidade e para uma classe diferente de consumidor, visto serem muito mais caras que a maconha.

O jornal *Extra* (17/08/2017, pág.11, O país) registra o encaminhamento do parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), enviado para o STF, contrário “*à liberação irrestrita da maconha para fins medicinais e terapêuticos*”. O documento foi assinado pelo Presidente da

República, que argumentou ser necessário controle por se tratar de questão de saúde pública. Também no *Extra* (24 de Julho, pág.16, Bem-Viver) mostrava-se parecer da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) contrário ao cultivo de maconha para fins medicinais enquanto não houver regulamentação, alegando a possibilidade de desvio para uso recreativo.

Ainda pertinente ao tema, *O Globo* (13/08/2017, pág.9, País) reproduz a posição de um médico psiquiatra que diz que há riscos no uso da maconha, pois não há dose correta conhecida.

O tema, relevante, da descriminalização é tratado de forma a parecer assunto somente das autoridades governamentais. Não se menciona a repercussão social mais ampla da questão, sua complexidade ou o debate público junto à população. As referências em relação às decorrências da questão permanecer sem solução são generalizadas, se limitando aos possíveis prejuízos para os que são detidos sem que se definam se são usuários ou traficantes. Tudo se representa como se a questão do uso da droga não envolvesse cor ou classe social, inscrevendo-se a questão de descriminalização no jogo das relações capitalistas de consumo. O tema parece ser pertinente somente ao tirocínio de um Ministro do STF, e a importância da questão é remetida ao jogo da agenda de privatizações da gestão neoliberal

Certamente a questão deveria se inscrever no contexto da saúde coletiva, além de ser tratada apenas como tema de segurança pública, referente, então, somente ao aspecto punitivo por um delito. No contexto da epidemiologia crítica, a questão deve ser inscrita na reflexão de Breilh (2008) sobre a determinação social da saúde, onde se analisa o papel das condições materiais de existência, como classe social e processo de trabalho, e a perspectiva simbólica, remetida ao poder, à resistência, ao conflito, ao sonho e à utopia. Evidenciam-se, assim, as diferentes expressões de respostas às doenças pelo uso de teorizações e práticas em saúde não-hegemônicas que enfatizam seu posicionamento ao lado das classes subordinadas frente aos opressores. É nesta perspectiva que Breilh aponta que o foco de atenção da saúde coletiva deve ser a iniquidade, o que, injusto e perverso, pode ser mudado por uma ciência comprometida com a transformação social.

Como afirmamos antes, foi difícil obter informação sobre a idade e a cor dos citados no noticiário selecionado, embora a natureza dos fatos apresentados nos leve a envolver aqueles que são assunto deste trabalho, jovens negros usuários de drogas ilícitas.

Sobre isto é interessante citar Ramos (2011, p. 43, 43-44) quando, em seu relevante estudo, relaciona jovens e violência na “*trajetória do tráfico*” no Rio de Janeiro. Para a autora, “*parece razoável a equação que associa os problemas da violência letal no Rio de Janeiro principalmente ao tráfico de drogas envolvendo jovens de favelas*”. Ramos vai mais além, e mais se aproxima de nossas considerações, ao afirmar que, embora existam

dificuldades em relação aos dados disponíveis no que tange a uma delimitação mais precisa dos fatos, é possível inferir que *“as vítimas majoritárias da violência letal são jovens pobres e negros do sexo masculino”*.

Ao final da análise do material selecionado fica a impressão da realização de um discurso sobre discursos. Conformando talvez um texto ensaístico. Uma forma para a qual a argumentação emocionada de Fanon chama.

Pensamos que foi possível evidenciar a procedência de usar, neste estudo, a reflexão epistemológica de Fanon sobre racismo e colonização. O que nos pareceu, por vezes, de uma adequação surpreendente.

## 6 Considerações Finais

A constatação da extrema violência e da injustiça social imperantes nas comunidades pobres do Rio de Janeiro sempre aflorou das notícias estudadas, o que nos levava com frequência à análise dos conteúdos veiculados e não das representações presentes nos discursos.

Conforme vimos, o uso da abordagem de Fanon (1979; 1980; 2008) nos permite explicitar a relação entre o racismo, a cultura e o capitalismo na sociedade brasileira, conforme o recorte da problematização da representação das drogas ilícitas. A partir desta imbricação do racismo no tecido das relações socioculturais, Fanon (2008) apresenta os mecanismos de defesa desenvolvidos pela psiquê da pessoa negra, ou grupo oprimido, diante da objetificação a que é submetida. Entende-se portanto, que a suposta inferioridade negra e a suposta superioridade branca, ou seja, o racismo, é gerado socialmente e posteriormente epidermizado a partir das relações estabelecidas e reproduzido nas representações construídas nas publicações dos jornais.

Por meio da análise das publicações nos jornais *O Globo* e *Extra*, pudemos identificar que, embora pertencentes ao mesmo Grupo Empresarial, existem algumas diferenças referentes a representação constante em cada um deles, embora em ambos se expresse um viés racista e opressor. *O Globo* apresenta linguajar mais genérico, enquanto o *Extra* é mais objetivo e variado em relação aos contextos em que aborda a questão das drogas ilícitas. À medida que o primeiro foca majoritariamente as questões econômicas, políticas e de segurança pública, o segundo apresenta, além disto, situações envolvendo artes, comunidade e saúde.

Percebemos, em ambos os periódicos, a prevalência da representação do negro como usuário de drogas ilícitas expressada em *estereótipos* (BHABHA, 1998) negativos, em oposição aos brancos na mesma situação de uso de drogas ilícitas. A questão raça-etnia não foi mencionada em nenhuma reportagem, o que parece remeter ao caráter velado do racismo brasileiro. Em nenhum momento, a preocupação com danos causados à psiquê ou ao corpo físico dos envolvidos foi tratado, ainda que fique patente a chacina direcionada ao povo negro e favelado, o que mais uma vez remete ao exercício analítico psicossocial fanoniano.

Houve massiva dominância da presença masculina nas notícias examinadas. A idade dos envolvidos raramente foi informada. Ao nível das representações isto pode evidenciar a perspectiva, discutida nesta pesquisa, da invisibilização da população pobre e negra.

De outra fora, quando a notícia se referia ao mal-feito de algum branco pertencente a uma classe econômica mais favorecida, o texto dava a impressão de um certo



compadecimento com o envolvido, o que caracteriza uma representação distinta daquelas referentes à população das comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Vale frisar a importância da análise fanoniana, aliada aos aportes de Bhabha e Hall, em desmascarar processos de dissimulação contidos no discurso colonizador, voltados para a perpetuação de relações de dominação.

Pudemos notar como foi criado por intermédio dos discursos estruturantes dos textos das notícias nos jornais impressos, um contexto que se tornasse favorável à política de intervenção militar federal nas comunidades do Rio de Janeiro. Por dias a fio, construiu-se a idealização de um cenário de guerra, onde se apresentava como alegação a precarização da polícia militar carioca para controlar o tráfico de cargas e, em seguida, também quanto ao combate ao uso e ao tráfico de drogas dentro das favelas.

Grande parte do material selecionado versava sobre o cenário de guerra ao tráfico, intervenção federal e diversas formas de violência decorrentes dessa política de segurança pública. A representação dos fatos noticiados, neste contexto, configurava uma perspectiva de evidente naturalização do drama da violência cotidiana. Nos discursos enunciadores, e nas representações produzidas, encontramos dados que puderam ser analisados a partir da teorização de Fanon.

A questão das drogas ilícitas foi massivamente comentada pelo viés da segurança pública e econômica, em poucas edições havendo discussões por parte de estudiosos da sociologia, história e outras perspectivas analíticas e críticas. Quando a abordagem se realizava pelo viés da saúde, as matérias apresentavam referência a algum grupo de apoio aos usuários e familiares na Zona Sul do Rio de Janeiro; quando eram referidas outras áreas cariocas, porém, emergia um cenário de adoecimento, suicídio e assassinato dos agentes policiais, com panorama semelhante para os moradores de comunidades. Em meio a isso, apenas uma curta opinião isolada de um psiquiatra, nenhum outro profissional médico ou psicólogo.

Sobre a descriminalização das drogas, especialmente da maconha, o texto recaía no entrave burocrático e aludia à possível privatização do comércio legalizado, não inserindo o problema no âmbito da saúde pública e coletiva. A representação do tema tratado o aliena, portanto, da consideração ao nível da ampla participação social na discussão.

No contexto da saúde coletiva, o tema das drogas ilícitas tratado à luz da teorização de Fanon, Hall e Bhabha pode ser referenciado ao campo da epidemiologia e das ciências sociais em saúde, inscrito na perspectiva da Determinação Social da Saúde e do compromisso com a transformação social. Este contexto teórico-reflexivo permite pensar as articulações biopsi-cossociais, resistências populares, meios de produção e reprodução materiais e simbólicos das iniquidades e perfis de saúde-doença, enfatizando o recorte racializado do usuário de drogas

ilícitas, e compreendendo que o problema não é o pobre favelado, o negro ou a droga, mas a precariedade das condições de vida à que esta população está historicamente submetida.

## Referências

- ABRAMOVAY, M.; ESTEVES, L. C. G. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas; Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 25 a 28 de Junho de 2008.
- ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. In: *Comum*, Rio de Janeiro, v.6, no. 17, Jul/Dez 2001, p. 11-125.
- ARMANI, C. H. Por uma escrita pós-colonial da história: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. *Revista Históriae*, Rio Grande, vol. 2, n.o 1, 2011; p. 25-36.
- BALLESTRIN, L.; “*A América-Latina e o Giro Decolonial*”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11. Brasília, Maio-Agosto de 2013; p. 89-117.
- BARATA, R. B. Iniquidades e saúde: a saúde e a determinação social do processo saúde-doença. *Revista USP*, São Paulo, n.51., setembro/novembro 2001, p. 138-145.
- BARBOSA, M. S. Homi Bhabha leitor de Frantz Fanon: acerca da prerrogativa pós-colonial. *Revista Crítica Histórica*, Ano III, n.o 5, Julho/2012, ISSN 2177-9961, 2012; p. 217-231.
- BARDIN, L. “*Análise de conteúdo*”; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASTOS, F. I.; BERTONI, N. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?; Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.
- BATISTA, V. M. Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 1ª reimpressão, dezembro de 2013.
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*”. Tradição Marco Estevão e Renato Aguiar; Revisão Marcia Ariela. SP: Editora HUCITEC, 1993; p. 9-16.
- BHABHA, H. K. “*O local da cultura*”; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, P. “*Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*”. Tradução Denice Barbara Catani. SP: Editora UNESP, 2004, p. 30-42.
- BRASIL, Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempluk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009.
- BREILH, J. Una perspectiva emancipadora de la investigación e acción basada em la determinación social de la salud. In: Taller Latinoamericano de determinantes sociales de la salud, México,D.F.: ALAMES, 2008, p. 14-29.
- CABAÇO, J. L.; CHAVES, R. Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In: ABDALA JUNIOR, B. (org.). *Mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo:

Boitempo, 2004, p. 67 – 86.

CAMPOS, R. R. Geografia política das drogas ilegais. Leme: JHMizuno, 2014.

CARNEIRO, S. Caros Amigos, n.35, fevereiro de 2000.

CARVALHO, J. M. de; A ideia de raça em Frantz Fanon e sua influência sobre o pensamento descolonial epistêmico. Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2015.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida. Considerações conceituais. In: Condições de Vida e Situação de Saúde (Org. Rita Barradas Barata). Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997; (itens I, II e V).

CELLARD, A. *A análise documental*. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ tradução de Ana Cristina Nasser, 2.edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 295-316.

CHAMPAGNE, P.; A visão Mediática. In: Pierre Bourdieu (org.). A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997; p. 63-79.

CHOR, D.; “*Desigualdades em saúde no Brasil: é preciso ter raça*”; In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(7), jul, 2013, p. 1272-1275.

COIMBRA, C. M. B.; Mídia e produção de modos de existência, In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Jan-Abr 2001, vol.17, n.1; p. 001-004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e políticas públicas brasileiras. Conselho Federal de Psicologia-Brasília: CFP, p. 23-33; 48-53, 2010.

CRUZ, M. S.; FERREIRA, S. M. B.; Determinantes socioculturais do uso abusivo de álcool e outras drogas: uma visão panorâmica. In: Álcool e drogas: usos, dependência química e tratamentos / Cruz, M. S. e Ferreira, S. M. B. (orgs), Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001, p. 95-114.

FANON, FRANTZ. “Os condenados da terra”. Tradução de José Laurênio de Melo. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, FRANTZ. “*Racismo e cultura*”, In: Em defesa da Revolução Africana, 1ª. Edição portuguesa, tradução de Isabel Pascoal, revista pelo editor, Editora: Livraria Sá da Costa, 1980, p. 34-48.

FANON, FRANTZ. “*Pele negra, máscaras brancas*”; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. M.; “*Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon*”. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. p. 216-232.

FAUSTINO, D. M.; “*Por que Fanon? Por que agora?*”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil / Deivison Mendes Faustino. -- São Carlos : UFSCar, 2015.

GIBSON, N. C. “*50 años después: el legado de Fanon*” In: *Africaneando. Revista de actualidad y experiencias*, Núm. 08, 4º. Trimestre 2011. Disponível em: [www.oozebap.org/africaneando](http://www.oozebap.org/africaneando). Acessado em: 11/05/2017.

HISTÓRIA GRUPO GLOBO. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm> Acesso em: 07 de Agosto de 2017.

GOLDENBERGER, M. “A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais”. 8ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, B.R.; CAPPONI, M.; Álcool e outras drogas: novos olhares, outras percepções. In *Álcool e outras Drogas./ Conselho Federal de Psicologia da 6ª Região – SP: CRPSP*, p. 9-14, 2011.

GORDON, L. “*Prefácio*”. *apud* FANON, FRANTZ. “Pele negra, máscaras brancas”; tradução de Renato da Silveira . - Salvador: EDUFBA, 2008; p. 11-24.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2015. Perfil dos usuários de drogas no Rio de Janeiro. Acessado em: 01/08/2016. <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2423487>>

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HALL, STUART. Cultura e representação. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HBN – Revista da História da Biblioteca Nacional. Ano 10, n.110, Novembro 2014, p. 16-51.

JG e MEPCT/RJ; JUSTIÇA GLOBAL e MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO; Quando a Liberdade é Exceção – a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro, RJ, 2016, p. 12-20.

KAWAHALA, E.; VIVAR Y SOLER, R. D. Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 2010, p. 408-410.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma de cultura. In R. Novaes & P. Vannuchi (Eds.), *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004; p. 89-114.

MAIO, M. C.; RAMOS, J de S. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: *Raça como questão*, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (org) – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010; p. 25-50.

MAIO, M. C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: *Raça como questão*, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (org) – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010; p. 51-82.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Política social com recorte racial no Brasil: o caso da saúde da população negra. In: *Raça como questão*, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (org) –

Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010; p. 285-314.

MACHADO, R.; DUPRET, L. A mídia e o jovem da Baixada Fluminense, In: VII Encontro Nacional de História da Mídia – mídia alternativa e alternativas midiáticas; Fprtaleza/CE, 19 a 21 de agosto 2009.

MANFRÊ, M. M. Caminhos de uma rede: o percurso do usuário de álcool e outras drogas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

MENEZES de SOUZA, L. M. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JUNIOR, B. (org.). Mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 113 – 133.

MINAYO, M. C. de S. “O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde”. 14. -- São Paulo: HUCITEC, 2014.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*, Zahar Editora, 1978; p. 7-37.

NASCIMENTO, A. O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado - 1ª reimpressão da 2ª edição – São Paulo: Perspectiva, 2017.

NJAINÉ, K. “Violência – da produção da informação à comunicação na mídia”. In: Caderno Mídia e Saúde Pública: Comunicação em Saúde pela Paz. Organização: Adriana Santos – Belo Horizonte: ESP-MG, 2007, v.2; p. 53-60

PÁDUA, F. H. P.; FEFFERMAN, M.; KALCKMANN, S.; GÓES, W. L. (seminário) Uma prática reflexiva contra o preconceito à população negra e para políticas públicas mais igualitárias; In: Anais do XIV Encontro Nacional da Abrapso, Trabalhos Completos 316, ISSN 1981-4321.

PAULILO, M. A. S; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. Serviço Social em Revista, vol3-n1, Jul/Dez 2000. ISSN 1516-3091. disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_jovens.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_jovens.htm)

PERES, E. Sob(re) o silêncio das fontes... – a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. Revista Brasileira de Educação n.o 4 Jul/dez, 2002; p. 75-102.

RAMOS, S. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. Trivium, vol3-n2, dez. 2011, p. 4157.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009; ISSN; p. 2175-3423.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78, Outubro 2007, p. 3-46.

SANTOS, M. A força do lugar. In *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, razão e emoção*. 4 edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 251-273.

- SANTOS, J. A. F. “*Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil*”; In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.54, no 1, 2011, p. 5-40.
- SAPEDE, T. C. Racismo e Dominação Psíquica em Frantz Fanon. 2011.
- SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira – 1ª edição – São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, E. M. A. Mídia e Construção Social da Realidade: algumas considerações sobre os critérios de representação da violência urbana na imprensa carioca. In: 25a Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. 25a Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.
- SILVA, F. C. da; *A juventude na mídia brasileira: estereótipos e exclusão*, In: Revista Anagrama, Revista Interdisciplinar da Graduação, Ano 1 – Edição 4, Julho/Agosto 2008, p. 1-10.
- SILVA SÁ, D. B. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, A. (org.) Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994; p.147-71.
- SODELLI, M. Drogas e o ser humano: a prevenção do possível. In Álcool e outras Drogas./ Conselho Federal de Psicologia da 6ª Região – SP: CRPSP, 2011, p. 15-22.
- SOUZA, M. R. R.; OLIVEIRA, J. F.. Fenômeno das drogas: análise de reportagem veiculadas em um jornal de Salvador, In: Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v.22/v.23, n.1, 2, 3, jan./dez. 2008, jan./dez. 2009, p. 145-156.
- STREVA, JULIANA MOREIRA. “*Teoria descolonial de Frantz Fanon: anti-racismo, novo humanismo e luta*”, In: Conversações: Política, Teoria e Direito – Cadernos do Seminário da Pós 2015, Revista Discente da Pós Graduação – PUC-Rio, ISSN 21769826, p. 120-150.
- UNITED NATIONS, “*Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development*”, 2015, apud UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; *World Drug Report 2016*; United Nations publication, Sales No. E.16.XI.7, 2016.
- UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; *World Drug Report 2016*; United Nations publication, Sales No. E.16.XI.7, 2016.
- VAISSMAN, M; RAMÔA, M; SERRA, A.S.V. Panorama do tratamento dos usuários de drogas no Rio de Janeiro. In *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v.32 n. 78-79-80, jan/dez 2008m, p.121-132.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs). Um século de favela, 5a edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 07-24.
- ZALUAR, A. (org.). Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999; p. 147-170.
- ZURBAN, M. A.; WORTMANN, M. L.; KIRCHOF, E. R. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. Projeto História, São Paulo, n.56, Mai.-Ago., 2016; p. 9-38.

**Apêndice – Busca nos acervos e matérias citadas na dissertação**

<b>Busca nos acervos</b>						
<b>Palavras</b>			drogas			
<b>Período (mês e ano)</b>			Julho e Agosto de 2017			
<b>Jornais</b>			<i>O Globo e Extra</i>			
<b>Matérias digitalizadas por jornais</b>						
<b>Período</b>	<i>O Globo</i>		<i>Extra</i>			
Julho	132		72			
Agosto	127		90			
<b>Total</b>	259		162		421	
	<b>Material inicial</b>				<b>Material final</b>	
<b>Periódico</b>	<i>O Globo (inclusão)</i>	<i>O Globo (exclusão)</i>	<i>Extra (inclusão)</i>	<i>Extra (exclusão)</i>	Incluso	Excluído
<b>Total</b>	178	81	91	31	299	122
<b>MATÉRIAS CITADAS NA DISSERTAÇÃO</b>						
<b>Acervo <i>O Globo</i></b>						
<b>Data</b>	<b>Título</b>			<b>Editorial</b>	<b>Página</b>	
01/07/2017	Má-formação			Rio/Opinião	10	
01/07/2017	PM até vendia droga na ‘boca’, diz inquérito			Rio	10	
01/07/2017	Drogas e corrupção policial			Dos Leitores - Cartas e e-mails	13	
01/07/2017	A guerra de todo dia			Opinião - Zuenir Ventura	15	
02/07/2017	Diretora da Ecos do Futuro fala da instituição que forma alunos da rede pública para o mercado ao mesmo tempo em que prepara para a vida			Dois cafés e a conta... com Isabel Correia - Mauro Ventura	24	
03/07/2017	Droga e corrupção policial			Opinião	13	
03/07/2017	Policiais são acusados de vender drogas			País	6	



11/07/ 2017	Cidade de Deus tem dois mortos em confronto	Rio - Escalada da violência	10
13/07/ 2017	Aniversário da Tijuca – plantando e colhendo amor	Jornais de Bairro, Tijuca	16
15/07/ 2017	Caça ao rei do pó	Segunda Página - O Globo/Por dentro	2
15/07/ 2017	Peça discute o tráfico nas favelas	Jornais de Bairro - Zona Norte	4
15/07/ 2017	Entre o medo da polícia e o dos bandidos	Opinião	17
16/07/ 2017	O fantasma das drogas	País	2
17/07/ 2017	Os seis traficantes mais procurados do país	País	6
18/07/ 2017	Resgate de vida	Rio	10
19/07/ 2017	Sem socorro	Opinião	11
21/07/ 2017	Uma reunião para nada	Rio/Rio sem lei	9
22/07/ 2017	Segurança de longo prazo	País	4
22/07/ 2017	Após críticas, promessas	Rio	8
23/07/ 2017	Empresário francês disputará regata que cruza Atlântico para inspirar jovens de favelas e arrecadar dinheiro para projetos sociais no Rio	Rio - Dois cafés e a conta com... Pierre Lacaze	20
26/07/ 2017	Ilona Szabó e Casagrande farão debate sobre drogas na Bienal do Livro	Gente Boa	2
26/07/ 2017	Após sucesso, destinos diferentes para cada ator	Rio/ Rio sem lei	9
26/07/ 2017	PM virou militante após ter mãe assassinada	Rio/ Rio sem lei	10

26/07/ 2017	PM acha 1t de maconha no Pavão-Pavãozinho	Rio/ Rio sem lei	11
27/07/ 2017	Filho de desembargadora e pelo menos mais 19 trocam presídio por internação em MS, diz Magistrado	Opinião	13
27/07/ 2017	Sociedade precisa se mobilizar contra a morte de PMs	Opinião	14
27/07/ 2017	Nenhuma vida a menos	Sociedade	26
29/07/ 2017	oglobo.com.br – as mais compartilhadas	Segunda Página	2
29/07/ 2017	Como as tropas planejam atuar no Rio	Rio/Força contra o crime	12
05/08/ 2017	CNJ vai investigar soltura de filho de desembargadora	País	6
07/08/ 2017	De volta à rotina sem segurança	Rio - Força contra o crime	8
10/08/ 2017	Infraestrutura humana	Jornais de Bairro	2
13/08/ 2017	Decisão sobre posse de drogas hiberna no Supremo	País	9
14/08/ 2017	Dois policiais são enterrados num único dia	Rio	8
15/08/ 2017	Supremo retarda em excesso decisão sobre drogas	Opinião	12
18/08/ 2017	Vidas sitiadas	Rio	8
18/08/ 2017	Atrasando o atraso	Opinião	15
19/08/ 2017	Páginas de triste história	Rio - Rio sem lei	8
21/08/ 2017	Homenagem a policial morto	Rio	8
24/08/ 2017	Falta de recursos dificulta o Plano Nacional de Segurança	Rio - Rio sem lei	11
26/08/		Jornais de Bairro	6

2017	Hora de agir	- Jacarepaguá	
26/08/ 2017	Versos que renovam	Jornais de Bairro - Barra	10
26/08/ 2017	Entre a dor da saudade e a esperança do amanhã	Rio	18
30/08/ 2017	Neurocientista americano que estuda políticas públicas antidrogas vai ao Complexo do Alemão	Segundo Caderno	2
<b>MATÉRIAS CITADAS NA DISSERTAÇÃO</b>			
<i>Acervo Extra</i>			
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Editorial</b>	<b>Página</b>
01/07/ 2017	Violência na escola	Jornais de Bairro - Fala, Zona Oeste/Direito de ir e vir	2
01/07/ 2017	Injustiça para bater meta	Geral - Quadrilha fardada em São Gonçalo	9
02/07/ 2017	Precisa desenhar?	Geral	8
03/07/ 2017	50 anos de sacerdócio - Uma missão de amor e fé nas cracolândias	Geral	9
04/07/ 2017	Drogas: estudantes aprendem sobre riscos e prevenção	Mais Baixada	2
08/07/ 2017	Nossa gente	Jornais de Bairro	6
11/07/ 2017	CDD: dois mortos e seis feridos	Geral - Onde está a pacificação?	9
15/07/ 2017	Peça discute o tráfico nas favelas	Jornais de Bairro - Zona Norte	4
16/07/ 2017	Droga sintética de 2,25 milhões apreendida	Geral	10
16/07/ 2017	Caixa-preta do sistema	Geral - Dossiê Prisões	16
18/07/ 2017	Escolas com toque de recolher	Geral	10

24/07/ 2017	Anvisa dá parecer contrário a liberação do cultivo da maconha medicinal	Bem-viver	16
25/07/ 2017	Rota do tráfico passa por Caxias	Mais Baixada	3
30/07/ 2017	Reforço: efetivo do dia desaparece de noite	Geral/Tropa Federal no Rio	3
31/07/ 2017	Michel Temer diz que operação não é pontual	Geral/Tropa Federal no Rio	8
08/08/ 2017	PRF prende homem com drogas e moto adulterada na Dutra	Mais Baixada	6
17/08/ 2017	Desabafo em meio à guerra	Guerra no Rio	3
17/08/ 2017	Governo opina no STF sobre liberação irrestrita da maconha para uso medicinal	País	11
18/08/ 2017	Lágrimas em mais um adeus precipitado	Guerra no Rio	3
19/08/ 2017	PM se descontrola com mulheres em favela da baixada	Guerra do Rio	4
20/08/ 2017	Homenagem à policial	Rio	8
20/08/ 2017	Crime e castigo	Guerra do Rio	10
21/08/ 2017	Tiros matam três vezes mais em favelas	Guerra do Rio	3
21/08/ 2017	(sobre suicídio entre PMs)	Geral	8
23/08/ 2017	“Fim das UPPs, sem admitir”	Guerra do Rio	4
24/08/ 2017	Guerra e paz	Guerra do Rio	4
29/08/ 2017	Morte de policial foi comemorada	Serviço	4